

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE)

Campus Rio Claro

RENAN ANDREOSI SALLES DE OLIVEIRA

Paisagem e território de resistência: as frentes de expansão econômica e a cultura Xavante



Rio Claro – SP

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE)

Campus Rio Claro

RENAN ANDREOSI SALLES DE OLIVEIRA

Paisagem e território de resistência: as frentes de expansão econômica e a cultura Xavante

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciene Risso

Rio Claro – SP

2017

572.71 Oliveira, Renan Andreosi Salles de
O48p Paisagem e território de resistência : as frentes de
expansão econômica e a cultura Xavante / Renan Andreosi
Salles de Oliveira. - Rio Claro, 2018
82 f. : il., figs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientadora: Luciene Cristina Risso

1. Etnologia. 2. Xavante. 3. Paisagem. 4. Território. I.
Título.

RENAN ANDREOSI SALLES DE OLIVEIRA

Paisagem e resistência: as frentes de expansão econômica e a cultura
Xavante

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Data da Defesa 13/12/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora: Luciene Cristina Risso

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Paulo Fernando Cirino Mourão

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Rio Claro, 13 de dezembro de 2017.

**DEDICO ESTE TRABALHO
A JOSÉ ANTÔNIO ANDREOSI
E NADIR DE OLIVEIRA ANDREOSI**



AGRADECIMENTOS

Gratidão ao Grande Espírito, a Pacha Mama, aos Seres de Luz e Seres Divinos...

Gratidão ao povo A'uwe Xavante...

Gratidão Miriam, Bil e Lívia...

Gratidão Liz e Natália, meus amores...

E muita gratidão a Luciene Cristina Risso, pela sabedoria na condução desse trabalho.

Resumo: A presente dissertação tem por objetivo identificar e refletir sobre as estratégias socioculturais que permitiram aos índios Xavante, depois de séculos de espoliação cultural e territorial, o desenvolvimento de diferentes mecanismos adaptativos que garantiram sua reprodução. A tentativa aqui é de mostrar que essas estratégias e mecanismos socioculturais foram decisivos não só na manutenção de parte de seu território, mas também na manutenção de sua coesão social e relativa autonomia cultural. Outrossim, pretende-se como objetivo específico dessa dissertação, identificar quais dessas mudanças culturais são perceptíveis na paisagem, de forma a se buscar uma compreensão mais profunda sobre os mecanismos de apropriação desenvolvidos por esse povo na interface com a sociedade nacional contemporânea. A metodologia proposta para galgar tais objetivos, estrutura-se em extensos levantamentos bibliográficos multidisciplinares, que possam viabilizar, entre outras coisas: a construção concisa da historiografia Xavante, permitir o real entendimento da variação da organização social desse povo ao longo do contato com a sociedade nacional e, igualmente, auxiliar na construção de um aparato teórico capaz de alicerçar a dissertação desejada e sustentar os argumentos utilizados. Outros procedimentos relevantes aos objetivos pretendidos são as entrevistas e observações em campo, que, ao produzirem dados primários, podem revelar detalhes e oferecer diferentes nuances sobre dinâmicas socioculturais Xavante tão fundamentais aos objetivos dessa pesquisa. A presente pesquisa, ainda que inconclusa, projeta enxergar o povo Xavante como o principal sujeito de suas decisões, capaz de resistir aos avanços das frentes de expansão capitalistas sobre seu território e, acima de tudo, capaz de manter sua coesão sociocultural e decidir sobre os rumos e parâmetros do seu próprio desenvolvimento. Independentemente dos resultados obtidos, é possível afirmar que essa dissertação não tomará o Xavante como vítima de um trágico processo histórico, mas sim que, apesar de todos seus infortúnios, esse povo, sem relações tutelares, está habilitado a procurar seu caminho e manter-se como uma das maiores nações indígenas americanas.

Palavras-chave: Xavante; Paisagem; Território

Abstract: The present dissertation has the objective of identifying and reflecting upon the sociocultural strategies that allowed the Xavante Indians, after centuries of cultural and territory spoliation, the development of different adaptive mechanisms which guaranteed their reproduction. Here, the attempt is to show that those sociocultural strategies and mechanisms were decisive not only for the maintenance of part of its territory, as well as the maintenance of its social cohesion and relative cultural autonomy. On the other hand, as a specific objective of this dissertation, one intends to identify which of those cultural changes are perceived in the landscape, in order to seek a deeper comprehension of the appropriation mechanisms developed by those people in the interface with the national contemporary society. The proposed methodology to reach said objectives has been built up upon extensive multidisciplinary bibliographical surveys that might make feasible, among other things: the concise construction of the Xavante historiography, allow for the actual understanding of the social organization variation of those people during the interaction with the national society, and equally support the construction of a theoretical apparatus capable of laying the foundation for the desired dissertation and sustaining the employed arguments. Other procedures relevant to the intended objectives are the interviews and field observations that, upon producing primary data, may reveal details and offer different nuances on sociocultural Xavante dynamics, so fundamental to the objectives of this research. The present research, although not yet concluded, projects to perceive the Xavante people as the main subject of their decisions, capable of offering resistance to the progress of capitalist expansion fronts upon their territory and, above all, capable of maintaining their sociocultural cohesion, and decide on the course and parameters of their own development. Independently of the results achieved, it is possible to affirm that this dissertation will not place the Xavante as victims of a tragic historical process, but as people with no tutelary relationships that, in spite of all misfortunes, are skilled to search for their path and keep themselves as one of the greatest American Indian nations.

Key-words: Xavante; Landscape; Territory.

Figuras

	Página
Figura 1 – Mapa de localização da terra Indígena São Marcos	02
Figura 2 – Vista parcial da aldeia São Marcos a partir da Missão Salesiana dirigida desde 2016 pelo padre Sílvio Roberto.	03
Figura 3 – Livros fornecidos (entre outros) pelo antropólogo e padre salesiano Bartolomeo Giaccaria.	03
Figura 4 – Sementes de milho fornecidas pela FUNAI (Regional Barra do Garças) aos Xavante.	04
Figura 5 – Expansão da atividade pecuária a partir dos núcleos pernambucanos.	19
Figura 6 – Expansão da atividade pecuária a partir dos núcleos baianos.	20
Figura 7 – Território Cariri segundo mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (1987) e a expansão da pecuária nos séculos XVII e XVIII.	21
Figura 8 – Migração Xavante para além do Rio Araguaia (ou Öprè).	37
Figura 9 – Direções tomadas pelos vários grupos xavantes durante sua migração no século XIX.	38
Figura 10 – Distribuição atual dos processos minerários na sub-bacia do rio das Mortes.	51
Figura 11 – Distribuição atual dos processos minerários na bacia do rio Araguaia.	52
Figura 12 – Mapa de uso do solo em Barra do Garças – MT – agosto de 1975.	55
Figura 13 – Mapa de uso do solo em Barra do Garças – MT – agosto de 2008.	56
Figura 14 – O <i>Ró</i> – o mundo Xavante (desenho de Owau Xavante <i>apud</i> Gomide, 2008).	61
Figura 15 – Composição e distribuição tradicional de uma aldeia xavante.	65
Figura 16 – Alicerces do (<i>Rí</i>), a casa tradicional xavante.	66
Figura 17 – Esquema de uma casa xavante tradicional.	67

Figura 18 – Visão orbital da aldeia São Marcos apresentando uma disposição tradicional.	69
Figura 19 – Visão orbital das aldeias com disposição não tradicional Divina Providência (acima) e Rainha da Paz (abaixo).	69
Figura 20 – Visão orbital da aldeia não tradicional Terra Prometida que resguarda a fronteira leste da TI São Marcos.	71
Figura 21 – Moradias xavante nas Terras Indígenas Sangradouro (esquerda) e Marãiwatsedé (direita).	72
Figura 22 – Esboço do projeto arquitetônico utilizado na construção de novas moradias nas Terras Indígenas Xavante Sangradouro e Marãiwatsede.	73

Tabelas

Tabela 1 – Processos minerários na sub-bacia do rio das Mortes com área superior a 8.000 ha	49
Tabela 2 – Projetos Agroindustriais instalados no Vale do Rio Araguaia durante as décadas de 1960 e 1970.	53
Tabela 3 – Levantamento das principais características das aldeias com disposição não tradicional.	70

Abreviaturas

T.I. – Terra Indígena

SIGMINE – Sistema de Informações Geográficas da Mineração

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FBC – Fundação Brasil Central

ERX – Expedição Roncador-Xingu

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste

PIN – Plano de Integração Nacional

ISA – Instituto Socioambiental

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	05
1. TERRITÓRIO E PAISAGEM XAVANTE: DO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO	07
1.1. As frentes de expansão capitalista e a formação da paisagem e território Xavante atual	13
1.1.1. Expropriação e frentes de expansão (séculos XVII a XIX)	16
1.1.1.1. Atividade Agropecuária	17
1.1.1.2. A Mineração e as Bandeiras	23
1.1.2. Expropriação e processo de surgimento das reservas	29
1.2. As Terras Indígenas (TI) e as novas frentes de expansão (século XX)	42
1.2.1. Atividade Minerária nos vales dos rios Araguaia e das Mortes	48
1.2.2. Atividade Agropecuária e Projetos de Infraestrutura	53
1.2.3. Plano de Desenvolvimento para a Nação Xavante (Projeto Xavante)	56
2. PAISAGEM XAVANTE HOJE: TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS	59
2.1. <i>Ró</i>	61
2.1.1. <i>Warã</i>	62
2.1.2. Aldeias e moradias xavante	
2.1.3. Escolas xavante	73
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
Referências	80

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo identificar e refletir sobre as estratégias socioculturais que permitiram aos índios Xavante, depois de séculos de espoliação cultural e expropriação territorial, o desenvolvimento de diferentes mecanismos adaptativos que garantiram sua reprodução. A tentativa aqui é de mostrar que essas estratégias e mecanismos socioculturais foram decisivos não só na manutenção de parte de seu território, mas também na manutenção de sua coesão social e relativa autonomia cultural.

Outrossim, pretende-se como objetivo específico dessa dissertação, identificar quais dessas mudanças culturais são perceptíveis na paisagem, de forma a se buscar uma compreensão mais profunda sobre os mecanismos de apropriação desenvolvidos por esse povo na interface com a sociedade nacional contemporânea.

A metodologia proposta para galgar tais objetivos, estrutura-se em extensos levantamentos bibliográficos multidisciplinares que possam viabilizar, entre outras coisas: a construção concisa da historiografia Xavante, permitir o real entendimento da variação da organização social desse povo ao longo do contato com a sociedade nacional e, igualmente, auxiliar na construção de um aparato teórico capaz de alicerçar a dissertação desejada e sustentar os argumentos utilizados.

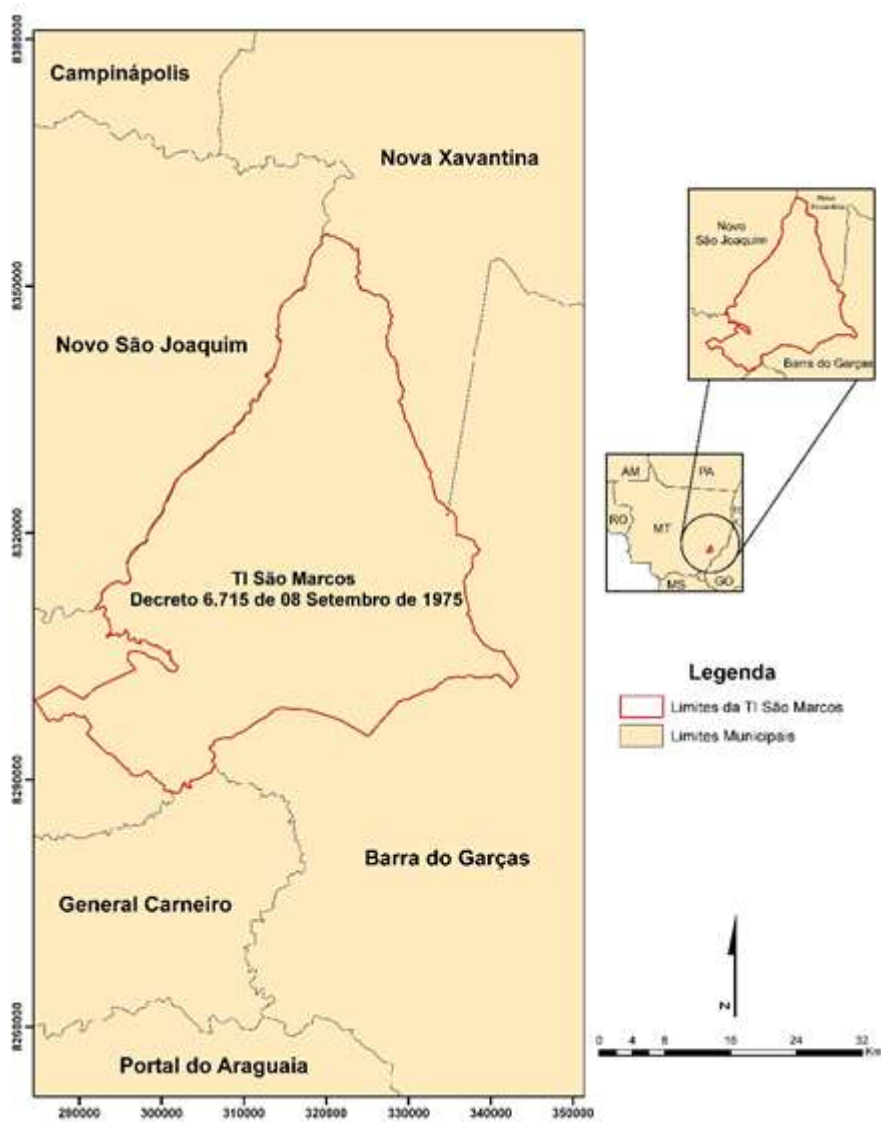
Outros procedimentos importantes para avultar os objetivos pretendidos foram as entrevistas e observações em campo. Ambas as atividades, ao permitirem a produção de dados primários, puderam revelar detalhes importantes sobre as dinâmicas socioculturais dos Xavante que, por sua vez, foram fundamentais à construção da análise pretendida.

Os trabalhos empíricos aconteceram nos municípios de Barra do Garças e Nova Xavantina durante o mês de julho de 2017. No primeiro município, sede da Terra Indígena Xavante São Marcos (figura 1), procederam-se uma série de entrevistas, principalmente na missão salesiana São Marcos junto ao padre Sílvio Roberto que, além de fornecer um panorama geral da atuação situação dos indígenas na TI São Marcos, fomentou o encontro com outro padre salesiano, este sendo um grande expoente da etnografia xavante, o padre Bartolomeo Giaccaria.

O encontro e entrevista com o padre Bartolomeo Giaccaria aconteceu em Nova Xavantina. O padre relatou sua trajetória junto aos Xavante e à frente da Paróquia Pessoal São Domingos Sávio, a qual é a responsável por toda a ação da igreja católica junto aos Xavante.

Ele refletiu igualmente sobre sua militância, conflitos, alegrias, tristezas e desafios vivenciados ao longo de mais de 40 anos de convivência diária e ininterrupta com os Xavante.

Figura 1 - Mapa de localização da terra Indígena São Marcos



Fonte: Sigmine/DNPM

Giaccaria, hoje com mais de 90 anos, mostra ainda muita lucidez e determinação nas suas atividades junto aos indígenas, simbolizando uma fonte quase inesgotável de passagens e fatos ocorridos com os Xavante ao longo do tempo. O padre, além de ceder gentilmente toda sua obra referente aos Xavante em formato digital, ainda forneceu outros materiais que estimularam diversas reflexões posteriores.

Figura 2 – Vista parcial da aldeia São Marcos a partir da Missão Salesiana dirigida desde 2016 pelo padre Sílvio Roberto.



Figura 3 – Livros fornecidos (entre outros) pelo antropólogo e padre salesiano Bartolomeo Giaccaria.



Por fim, importantes informações foram coletadas na sede regional da FUNAI em Barra do Garças, principalmente através do agente indigenista e agrônomo Yuri Muriel Sousa, que forneceu mapas, tabelas e registros fotográficos realizados por ele em campo, além ainda de amostras de sementes concedidas aos indígenas na coordenação de suas atividades agrícolas.

Figura 4 – Sementes de milho fornecidas pela FUNAI (Regional Barra do Garças) aos Xavante



Portanto, essa pesquisa se propõe não só a analisar as dinâmicas vivenciadas pelo povo Xavante na interface com a sociedade nacional, mas também visa contribuir de maneira crítica para o desenvolvimento epistemológico e social da ciência geográfica.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação está organizada em apenas três capítulos: Território e paisagem xavante: do tradicional ao contemporâneo, Paisagem xavante hoje: Terra Indígena São Marcos e Considerações finais.

O capítulo 1 “Território e paisagem xavante: do tradicional ao contemporâneo” procura inicialmente esclarecer a orientação teórico-metodológica utilizada, apontando as categorias espaciais de análise escolhidas e quais os desafios a serem vencidos sob essa estratégia. No item 1.1. “As frentes de expansão capitalista e a formação da paisagem e território xavante atual” procura mostrar o papel diacrônico dessas frentes de expansão capitalista nos seguidos processos de desterritorialização e reterritorialização vivenciados pelos Xavante ao longo de sua história.

O item 1.1.1. “Expropriação e frentes de expansão (séculos XVII a XIX)” ilustra a influência capitalista sobre o território xavante através da identificação de diferentes atividades econômicas que, ao longo do tempo, vetorizaram a expansão econômica e modificaram permanentemente os territórios indígenas. Os itens 1.1.1.1. “Atividade Agropecuária” e 1.1.1.2. “A Mineração e as Bandeiras” representam o aprofundamento e sustentação das ideias proposta no item anterior, procurando descrever e interpretar o real papel das atividades agropecuárias e de mineração nos momentos que antecedem as expropriações das terras xavante.

O item 1.1.2. “Expropriação e processo de surgimento das reservas” descreve efetivamente os seguidos processos de perdas territoriais e de migrações realizadas pelos Xavante entre os séculos XVIII e XIX, que os levaram até o Leste matogrossense, onde eles novamente entraram em contato com a sociedade nacional através de novas frentes de expansão, vivenciaram conflitos e, com muita luta conseguiram a demarcação de suas terras.

O item 1.2. “As Terras Indígenas (TI) e as novas frentes de expansão (século XX)”, por conseguinte, identifica o momento da retomada dos contatos entre indígenas e não indígenas já no século XX, quais os conflitos ocorridos, bem como quais as principais atividades econômicas que nortearam esses novos contatos.

Os itens 1.2.1. “Atividade Minerária nos vales dos rios Araguaia e das Mortes”, 1.2.2. “Atividade Agropecuária e Projetos de Infraestrutura” e 1.2.3. “Plano de Desenvolvimento para a Nação Xavante (Projeto Xavante)”, nesse contexto, descrevem de que forma essas frentes exerceram pressão sobre as terras xavante e moldaram os conflitos ocorridos na segunda metade do século XX entre indígenas e não indígenas.

O capítulo 2 “Paisagem xavante hoje: Terra Indígena São Marcos” propõe interpretações à respeito do atual território e paisagem xavante através da identificação e interpretação de símbolos culturais novos ou ressignificados. Os itens 2.1. “*Ró*”, 2.2. “*Warã*” e 2.3. “Aldeias e moradias xavante” procuram nortear e exemplificar essa interpretação dos símbolos em concepção e transformação.

Por fim, no capítulo 3 “Considerações Finais”, de certa forma, avalia-se o método interpretativo na abordagem de simbolismos culturais através da paisagem atual xavante, levantando e respondendo questões epistemológicas e fazendo algumas projeções sobre os prováveis desafios da etnia Xavante da TI São Marcos à médio e longo prazo.

1. TERRITÓRIO E PAISAGEM XAVANTE: DO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO

Um conceito, segundo Milton Santos (2000), é uma ideia plasmada num tempo-espaço definido, sob uma intencionalidade específica, no interior de uma sociedade com limitações técnicas e relações socioculturais igualmente específicas, podendo, por isso, ser dinâmico e passível de ressignificação em diferentes contextos espaciais ao longo do tempo. Os conceitos, conseqüentemente, não podem ser imutáveis assim como é a própria realidade que representam e ajudam a analisar.

A efemeridade ou perenidade de um conceito, a partir dessa afirmação, está estreitamente ligada às ideias de movimento e transformação. Numa instância maior, é possível dizer que qualquer ciência que procure analisar os fenômenos que ocorrem na esfera terrestre, independente se de ordem natural, social ou cultural, devem estar atentas a ideia perpétua de “mudança”. As ciências humanas, nesse contexto, sejam na interface com outras ciências ou não, devem se ocupar não só dos fenômenos socioespaciais, mas também das dinâmicas que estes engendram.

As orientações teórico-metodológicas e os conceitos concebidos no interior das ciências devem, por isso, acompanhar esse movimento, estando flexíveis à aperfeiçoamentos de forma a não perder sua relevância e realmente auxiliar a compreensão dos mais variados fenômenos. Assim, as opções realizadas por um pesquisador devem levar em conta não só o fenômeno em si, mas também as interrelações que imprimem suas dinâmicas, para que ele possa escolher adequadamente um aparato teórico-metodológico flexível que torne sua análise eficaz.

As orientações conceituais possuem ainda outras limitações decorrentes, por exemplo, da posição contextual do pesquisador ao que está sendo pesquisado. O pesquisador, sendo produto do espaço-tempo em que vive, possui limitações de linguagem que, inevitavelmente, derivam-se dos simbolismos ideológicos e relações de poder aos quais ele esteve “exposto” durante seu processo de desenvolvimento intelectual (DUNCAN, 1990). Logo, qualquer análise realizada por esse pesquisador num ambiente exótico ao seu ambiente de formação deve, assumidamente, ser feita sem aspirações à neutralidade e suas observações devem ser conscientes de sua parcialidade histórica, social e ideológica.

A presente dissertação, ciente desse movimento, se propõe, como afirmado anteriormente nos seus objetivos, a analisar os diversos fenômenos sociais vivenciados pelo povo xavante ao longo de sua história, metodologicamente, através das dimensões espaciais e

culturais envolvidas nesses processos. Para tanto, conceitualmente, a análise será estruturada a partir das ideias de paisagem e território.

A escolha por esses conceitos decorre de sua indissociabilidade com a ideia de cultura, quando a paisagem, por engendrar uma materialidade simbólica, aproxima a Geografia da cultura; enquanto o território, ao exprimir as relações imateriais de poder que ocorrem no espaço através das territorialidades, por exemplo, permite identificar movimentos de natureza social, política e econômica que influenciam e são influenciados diretamente pela cultura. A seguir, as ideias de cultura, paisagem e território serão mais cuidadosamente elaboradas de forma a sustentar e situar as perspectivas e diretrizes dessa dissertação.

A ideia de cultura, segundo Roque de Barros Laraia (2001), é de conhecimento de todo antropólogo, entretanto, cada um tem uma forma específica de exteriorizá-la segundo sua orientação teórico-metodológica, fazendo com que haja uma infinidade de definições. Essa multiplicidade de conceituações não oferece, portanto, um terreno seguro para uma “filiação” definitiva, principalmente aos que não possuem um conhecimento sólido sobre a historiografia da antropologia ou sobre suas reflexões a respeito do tema.

Clifford Geertz (2008), inclusive, entende que esse é um dos maiores desafios da ciência antropológica entre os séculos XX e XXI: “a redução do conceito de cultura a uma dimensão justa, que assegure a sua importância continuada ao invés de debilitá-lo [...] um conceito de cultura mais limitado, mais especializado, mais poderoso...” (GEERTZ, 2008, p. 3). O autor, há que se esclarecer, não propõe uma redução intransigente do conceito, mas sim uma procura por algo mais factível que “o todo complexo” proposto por Edward Tylor durante o século XIX.

O autor oferece um pouco de sua perspectiva sobre a ideia de cultura ao afirmar que:

... o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. (GEERTZ, 2008, p.15)

Essa ideia, segundo o próprio autor, se estrutura através de uma “descrição etnográfica densa”¹ que permite ao pesquisador identificar e hierarquizar símbolos plenos de significação,

¹ A respeito dessa ideia Geertz (2008) faz a seguinte afirmação:

O que o etnógrafo enfrenta de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio

que ao serem interpretados permitem a apreensão dos significados que, por sua vez, fornecerão a compreensão de certos aspectos culturais de uma sociedade. A proposta teórico-metodológica de Geertz, portanto, sugere que a análise etnográfica consista em escolher entre as estruturas de significação (símbolos), determinar sua base social e a sua importância para que seja possível o entendimento da “teia de significados” socioculturais.

O autor, no entanto, enfatiza que tal intento é árduo e cheio de percalços, pois ao buscar a compreensão de uma cultura através da interpretação de seus símbolos, o pesquisador precisa estar consciente de que os próprios símbolos já são interpretações realizadas por uma sociedade. Em outras palavras, eles são signos imbuídos de significados atribuídos por essa sociedade para justificar condutas ou explicar fenômenos, por exemplo:

... o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas... a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente... estamos explicando explicações (GEERTZ, 2008, p. 8).

Para Geertz (2008), essa “teia de significados” produz conjuntos simbólicos distintos que, por sua vez, criam grupos culturais heterogêneos. Ele exemplifica a implicação dessa heterogeneidade simbólica mostrando que uma grande parte dos conflitos em determinada sociedade ocorre por causa de interpretações e percepções conflitantes sobre o mundo em questão, o que se mostra central nessa análise.

Assim, embora o autor procure mostrar como culturas diferentes originam ações e interpretações diferentes, deflagrando conflitos entre os grupos, ele não propõe buscar eliminar a heterogeneidade, ao contrário disso, ela enfatiza a importância de se compreender determinada cultura na interface com outras para, de fato, compreender os conflitos entre grupos heterogêneos.

A abordagem aqui pretendida não possui um cunho etnográfico, tampouco se propõe a realizar uma “descrição densa” da sociedade Xavante – descrição essa que, de uma forma ou de outra, já foi realizada por importantes antropólogos como Maybury-Lewis, ou Batolomeo Giaccaria – mas sim procura, sob as diretrizes estabelecidas por Geertz, identificar estruturas de significação na cosmogonia xavante que se modificaram ao longo do tempo e, por isso,

de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com sinais convencionais do som, mas exemplos transitórios de comportamento modelado (2008, p. 7).

contribuíram para a manutenção da coesão e reprodução da cultura Xavante, mesmo com os assédios da sociedade nacional.

A proposta de Geertz, ainda que não explicitamente, encontra correspondências no interior da Geografia através de abordagens culturais realizadas por importantes geógrafos como Paul Claval, Denis Cosgrove e James Duncan. Essas abordagens, apesar de metodologicamente distintas em muitos momentos, tem na ação cultural humana um dos pilares estruturantes de suas análises e reflexões.

Os trabalhos desses autores, alternativamente às abordagens científicas, objetivas e pretensamente imparciais de algumas correntes geográficas, procuram adotar perspectivas mais interpretativas e subjetivas sobre seus objetos de pesquisa, entendendo a subjetividade como uma importante fonte de conhecimento.

A paisagem emerge entre essas várias abordagens como um conceito-chave na abordagem geográfica da cultura, pois ela abriga diacronicamente expressões espaciais simbólicas repletas de significados culturais passíveis de interpretação. O artigo de James Duncan “A paisagem como sistema de criação de signos” (2004) apresenta um primeiro passo nesse sentido ao afirmar que:

A paisagem [...] é um dos elementos centrais num sistema cultural, pois, como um conjunto ordenado de objetos, um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado (DUNCAN, 2004, p. 106).

Os símbolos, enquanto significação de signos espaciais, conectam a cultura e a paisagem e, ao mesmo tempo, às dimensões materiais e imateriais do espaço. A abordagem de paisagem que se pretende aqui, a princípio, se estrutura através de um olhar cultural simbólico e diacrônico sobre o espaço, afastando a ideia de paisagem de um determinismo geográfico, mas não necessariamente entendendo-a exclusivamente como produto histórico-cultural.

A formação da paisagem num contexto tribal de organização e apropriação espacial pré-industrial, produz relações sociais e simbolismos culturais que se materializam e podem ser visualizados na paisagem, porém dificilmente podem ser explicados e compreendidos na sua totalidade e essência num outro contexto histórico. Da mediação entre a cultura xavante e sua relação com o mundo natural surgiram paisagens culturais complexas e completas de simbologias.

A cosmogonia xavante é produto do cerrado. O próprio índio xavante se considera parte do cerrado. Não existe xavante sem cerrado e, desde tempos imemoriais, não existe cerrado

sem o povo xavante. A ciência ocidental – assim como essa dissertação, por razões óbvias – afirma que a paisagem xavante nasce da apropriação cultural que esse povo realiza sobre o cerrado. Já o Xavante, cosmologicamente, não se considera apropriador, pelo menos não mais do que o buriti, o tamanduá ou o próprio fogo, que renova o cerrado sazonalmente.

A interpretação da paisagem xavante, dessa forma, não pode se restringir a observações da materialidade ou a trabalhos empíricos, mas deve, antes de tudo, contemplar os processos históricos, espaciais, sociais, culturais e políticos inscritos nessa paisagem. A ideia de paisagem pretendida aqui, não toma a materialidade ou o visível como um fim, mas como um dos meios possíveis de apreensão dos processos culturais engendrados pela paisagem.

A criação de símbolos, materiais ou não, segundo uma organização social ideológica, juntamente com as relações de poder e até as paixões individuais, representam outros meios possíveis apropriação cultural do espaço, os quais permitem uma concepção mais abrangente do processo de formação da paisagem (COSGROVE, 1984). E é sob essa perspectiva mais abrangente que a paisagem xavante será apreendida espacialmente, culturalmente e historicamente.

A ideia de território, seguindo esse movimento, tem se modificado consideravelmente ao longo do tempo, quando diversos autores, sob diferentes perspectivas teóricas, têm realizado importantes reflexões sobre o conceito. Dentre essas perspectivas, segundo Haesbaert (2004), duas se sobressaem, pois orientam inúmeras abordagens sobre o tema, sendo uma de base materialista e outra de base idealista.

A primeira, de base materialista, se desenvolve a partir de diferentes abordagens levando em consideração aspectos “naturalistas”, sociais, políticos e econômicos; tomando como ponto de partida, invariavelmente, a materialidade criada no interior de uma sociedade humana. Essa materialidade, por sua vez, segundo essas diferentes abordagens, pode se constituir através de “características inatas” à espécie humana, a partir das relações de poder ou ainda através das relações de produção, criando diferentes variáveis que, conseqüentemente, criam condições favoráveis ao desenvolvimento de diversas ideias sobre o que é um território.

A perspectiva materialista, portanto, enseja uma ideia de território pautada, segundo o autor, numa “apropriação-dominação” do espaço, exemplificada por variáveis como as fronteiras, os recursos naturais ou os fluxos de mercadorias, estando sempre ligada ao aspecto material do espaço.

A segunda, de base idealista, permite a realização de abordagens culturais que podem atribuir ao território um caráter mais simbólico e imaterial, gerando uma “apropriação-identificação” com o espaço, criando assim uma ideia bem menos condicionada pela materialidade, ainda que essa materialidade não possa ser negligenciada.

A presente dissertação, no entanto, não pode abrir mão de uma ou outra perspectiva, justamente porque o território a ser analisado apresenta complexidades temporais, socioespaciais e, acima de tudo, culturais, causadas principalmente pelos seguidos processos migratórios vivenciados pelo povo Xavante ao longo de sua história na interface com a sociedade nacional.

Isso equivale a dizer que o território xavante não é resultado apenas de interações e apropriações espaciais endógenas ao grupo, mas também é fruto das relações de poder – quase sempre desiguais – que esse povo exerceu e exerce com agentes externos à sua cultura. Em outras palavras, as perspectivas materialistas e idealistas consideradas isoladamente, são insuficientes numa compreensão mais profunda sobre o território em questão.

Assume-se, portanto, uma posição teórica mais “integradora” no que se refere à concepção de território, ora pautando a análise a partir da materialidade produzida no interior de relações sociais, políticas e econômicas, ora concentrando-se na relações simbólicas e imateriais que ajudam a estabelecer um território.

A integração entre ambas as perspectivas realizar-se-á segundo a ideia de territorialidade, presente em ambas as perspectivas e que consiste nas diversas relações imateriais que constituem um território, sejam elas de ordem social, política, econômica ou cultural. De maneira mais objetiva, procurar-se-á identificar os momentos mais importantes na constituição dos diferentes territórios xavante ao longo da história, quais os elementos essenciais que atuaram nesse processo de formação e quais os seus resultados, para que seja possível transitar entre as orientações teóricas escolhendo a mais adequada nos diferentes períodos.

O padre salesiano Bartolomeo Giaccaria (2000) fornece importantes informações para o estabelecimento desses períodos de análise através da identificação dos episódios mais relevantes da história Xavante que alteraram profundamente sua territorialidade e seu território, a saber: a redução dos Xavante a aldeamentos militares na segunda metade do século XVIII (entre 1784 e 1788); a fuga dos remanescentes desses aldeamentos em meados do século XIX

(entre 1850 e 1860), que iniciou os processos migratórios para além dos rios Araguaia e das Mortes; o estabelecimento dessas populações no Leste do Mato Grosso e; por fim, a retomada dos contatos com a sociedade nacional através do SPI na década de 40 do século XX.

O território xavante do século XVII, por exemplo, apresentava uma carga simbólica muito mais vigorosa do que aquela visualizada nos séculos seguintes, devido, entre outras razões, a uma cosmogonia mais presente nas estruturas socioculturais e espaciais desse povo. Logo, a perspectiva idealista se mostra mais adequada a análise territorial desse período da história Xavante.

Contudo, desde os primeiros contatos com a sociedade colonial até a redução dos Xavante no século XVIII, o território em questão já apresenta novos elementos a serem considerados, principalmente sociais, políticos e econômicos, processos de desterritorialização e reterritorialização se iniciam e se completam, desmantelando estruturas socioculturais tradicionais.

A superposição de momentos históricos na paisagem revela, entre outras coisas, visões de mundo perpassadas por tendências culturais, filosóficas, ideológicas e por limitações ambientais e tecnológicas. Essas limitações, inclusive, podem evidenciar quais os principais recursos naturais e seus tipos de uso no interior de uma racionalidade econômica hegemônica ou, de outra maneira, qual o modo de produção responsável pela formação social e econômica de uma determinada paisagem (SANTOS, 1985).

O ponto que divide essa análise é justamente esse: como interpretar a paisagem Xavante sob uma ótica externa de matriz ideológica capitalista e, cosmologicamente, procurar entender a importância da manutenção do simbolismo milenar dessa cultura para a sociedade atual. O primeiro esforço dessa pesquisa, portanto, será dissertar sobre o papel do capitalismo na formação da paisagem cultural Xavante, identificando seus principais mecanismos de ação e suas atividades de expansão.

1.1. AS FRENTES DE EXPANSÃO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E PAISAGEM XAVANTE ATUAL

O sistema capitalista é [...] muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção (HARVEY, 2005, p. 43).

A necessidade de acumulação imprime um caráter dinâmico ao capitalismo, fazendo com que barreiras temporais e espaciais sejam ilimitadamente transpostas em favor da reprodução dos capitais e seus excedentes. A inserção de novas áreas, nesse contexto, atende a uma demanda vital do sistema capitalista, pois, em essência, a colonização traz novas fontes de recursos, inaugura novos mercados com reservas de mão de obra e cria potenciais consumidores.

Nesse sentido Harvey (2005, p.117) complementa dizendo que:

... lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba, mas então numa escala geográfica expansível. O único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão de obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital.

A necessidade orgânica de expansão do capitalismo produz mudanças espaciais e sociais significativas à medida que o modo de produção capitalista desestabiliza e substitui o modo de produção anterior². O modelo capitalista, conseqüentemente, passa a criar novos símbolos, a reestruturar relações sociais e de poder, e acaba por impor uma nova organização espacial.

A materialização decorrente dessa reestruturação consolida uma nova paisagem e hegemoniza o novo modo de produção. A paisagem resultante, responde a outros signos, fazendo com que qualquer resquício material ou ideológico do modelo anterior seja desvalorizado ou estigmatizado, transformando-se numa “paisagem residual” (COSGROVE, 1984).

A não valorização de paisagens pré-industriais ou a própria estigmatização dessas paisagens como “residuais” fazem parte do enfraquecimento e desagregação socioespacial e cultural necessária à expansão capitalista. O não reconhecimento de contextos espaciais pré-existentes e o rolo compressor das atividades de expansão abrem o caminho necessário para a inserção de um novo modo de produção que, através de uma nova apropriação dos recursos, desconstrói o modelo de relações anterior.

² É importante ressaltar que no caso de áreas ocupadas por populações indígenas, a ausência de atividades comerciais e fluxos de mercadorias, por exemplo, não caracterizaram a presença de um modo de produção pré-capitalista. Logo, a inserção do modelo capitalista de produção nessas áreas, não substitui um modelo prévio, mas sim altera profundamente as relações sociais e espaciais que se materializam na paisagem. Nas palavras de Andrade (2004, p. 14): “Na verdade, a paisagem e o tipo de exploração do território e de organização das suas relações, é que vão indicar seus antecedentes e o processo de sua formação”.

A consolidação desse modo de produção é seguida por uma paisagem cultural que reescreve e é reescrita por uma nova formação social e econômica. A hegemonização, por fim, surge da eliminação completa ou quase total dos simbolismos culturais e relações sociais anteriores. Às paisagens residuais, resta apenas uma diluição realizada sob uma coexistência condicionada que, com o tempo, inexoravelmente culminará com a extinção.

A paisagem e o território xavante, nessa perspectiva, não devem ser reconhecidos pelo capitalismo como uma força paralela, mas sim como um entrave à inserção de novas áreas, à criação de mercados e, conseqüentemente, um impeditivo à reprodução do capital. Ela deve ser encarada como um resquício de um modelo cultural e econômico passado, que foi substituído pela sua “incapacidade” de atender novas demandas sociais.

Tudo o que o Xavante construiu anteriormente deve, no interior do capitalismo, ser relativizado ou até mesmo desvirtuado, na tentativa de depreciar o modo indígena de se relacionar com a natureza. Da mesma forma, os símbolos e marcas imprimidos pelos Xavante ao espaço, devem ser enxergados pelos capitalistas como resíduos de um passado longínquo e atualmente sem o vigor necessário para resistir ao inevitável avanço capitalista.

A possibilidade do lucro, objetivo maior do capitalismo, se sobrepõe a qualquer cultura milenar ou a seus princípios. As terras ancestrais são, sob a ótica capitalista, recursos disponíveis subutilizados que, mais cedo ou mais tarde, devem se render às “necessidades” do mercado.

A essa altura, se faz necessário um reconhecimento mais detalhado sobre apropriação da paisagem e formação territorial vivenciada pelos Xavante na interface com a sociedade nacional. Para que dessa forma seja possível identificar as verdadeiras circunstâncias de mudança no paradigma do modo de produção e se faça possível uma real compreensão, espacial e temporal, dos movimentos do capital e das alterações provocadas na paisagem Xavante ao longo dos séculos de contato.

Nesse sentido, há dois momentos relevantes durante esse processo: o primeiro, consiste no longo período (entre os séculos XVII e XIX) de expropriação do território e na desconstrução das paisagens ancestrais, empreendidos pela ação das seguidas frentes de expansão do capital, que culminaram na redução desse povo a um mosaico rarefeito de reservas; já o segundo, consiste num processo neocolonizatório (século XX) dessas terras remanescentes através de

novos assédios, motivados pelas metamorfoses e novas necessidades da acumulação e produção de excedentes.

1.1.1. EXPROPRIAÇÃO E FRENTES DE EXPANSÃO CAPITALISTA (SÉCULOS XVII A XIX)

As principais atividades econômicas que vetorizaram e consolidaram a implantação do modo de produção capitalista nos territórios ancestrais Xavante, já a partir do século XVIII, derivaram de uma matriz mercantil e colonial, tendo, por isso, a função de subsistir mercados externos ao território indígena. Dentre essas atividades é possível destacar atividades primárias como a agricultura, a pecuária e a mineração³.

A interiorização da colonização promovida por essas atividades foi marcada por dois momentos interligados e subsequentes. No primeiro momento, a atividade agropecuária assumiu um papel de destaque através da economia açucareira que, durante todo o século XVII, promoveu grande acúmulo de excedentes para os senhores de engenho e, ao mesmo tempo, estimulou a interiorização de outras atividades criando uma sinergia econômica através da demanda de outros produtos básicos.

Atividades como a pecuária bovina e o apresamento de índios garantiram o fornecimento de carne, de tração animal, de artigos de couro e de mão de obra necessária para os trabalhos de plantio, colheita e beneficiamento da cana nos engenhos. Por isso, é possível afirmar que a pecuária e as Bandeiras representaram, simultaneamente, o arrimo da atividade açucareira litorânea e a vetorização do capitalismo mercantil no interior da colônia durante esse período.

O segundo momento é marcado justamente por uma consequência da interiorização dessas atividades de sustentação. A busca incessante pelo apresamento e escravização de indígenas garantiu não só oferta de mão de obra, mas acabou por revelar importantes jazidas de ouro e outras gemas preciosas em partes dos sertões percorridos. A ascensão da mineração, cria uma nova sinergia econômica sob a qual a interiorização da pecuária se aprofunda, gerando novas descobertas minerais e levando consigo a agricultura policultora.

³ Outra atividade econômica importante no período foram as *Bandeiras* e *Entradas* que permitiram o reconhecimento e abertura de caminhos nos *sertões* da colônia, além ainda de estabelecer contatos e “pacificar” inúmeras etnias que habitavam esses sertões. Ainda que usualmente essas penetrações não consolidassem ocupações, elas ampliaram os horizontes e possibilidades da econômicas da colônia.

A mineração emerge conjunturalmente nesse período como um elemento articulador à medida que as descobertas de metais preciosos promoveram movimentos migratórios significativos para as áreas de extração e esses movimentos, por sua vez, passaram a reclamar quantidades expressivas por alimentos, roupas, ferramentas, entre outros artigos.

O historiador Caio Prado Junior (2008), a esse respeito, ressalta que a mineração se comportou nesse período como uma atividade *centrifuga* que, a partir de um núcleo, irradiou pelo espaço um modelo de organização espacial, social e ideológica, simbolizando uma forma até então desconhecida de ocupação e organização do espaço no interior da colônia.

O papel dessas atividades na expansão do capitalismo mercantil e consolidação das relações coloniais merecem, contudo, maior detalhamento nos itens seguintes, em grande parte porque elas simbolizam importantes signos de expropriação de territórios indígenas.

1.1.1.1. ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

O historiador J. Capistrano de Abreu na sua obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1960) relata vividamente com riquíssimos detalhes os primeiros caminhos trilhados por colonos nos *sertões* do Brasil, propondo que tais empreendimentos foram resultado direto da necessidade de expansão territorial e econômica da colônia.

O autor dedicou numerosas páginas ao reconhecimento e descrição desses caminhos, exaltando seus desbravadores e as razões que motivaram essas empreitadas. Ele dedica, inclusive, especial atenção a duas atividades que, de fato, oportunizaram essa interiorização: as *Bandeiras*, no Centro Sul e a pecuária desempenhada na região Nordeste da colônia.

O historiador Celso Furtado, por sua vez, na sua obra *Formação econômica do Brasil* (1961), produz uma reflexão igualmente rica sobre o povoamento e a expansão da colônia. No entanto, o autor dedica-se com maior ímpeto a reflexão sobre o papel que a economia açucareira assumiu nessa expansão, principalmente entre os séculos XVI e XVII, chamando atenção, antes de tudo, para a contribuição dessa atividade na consolidação da ocupação da colônia e, posteriormente, para o seu papel fomentador de outras atividades econômicas pelo território.

O autor entende que é possível “... admitir, como ponto pacífico, que a economia açucareira assumia um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país” (FURTADO,

1961 p. 71). E, apesar de grande parte da renda proveniente dos engenhos não permanecer ou pouco circular na colônia, as demandas por “atividades acessórias”⁴ eram elevadas.

A pecuária emerge nesse cenário como uma das atividades acessórias que integram a economia açucareira, sendo importante, por exemplo, no fornecimento de artigos empregados diretamente na produção, como o gado utilizado para tracionar os maquinários ou as carroças que traziam a lenha necessária às fornalhas. Outros produtos importantes seriam o fornecimento de carne para alimentação ou o couro para diversas finalidades.

A *plantation*, no entanto, sendo voltada para exportação e simbolizando a principal fonte de riqueza metropolitana no período, não podia sofrer interferências na sua produtividade, por isso, progressivamente, se disseminou uma “incompatibilidade irremediável” entre a produção de cana e qualquer outra realização que lhe tomasse espaço como, por exemplo, a criação de gado bovino ou as roças policultoras voltadas para a produção de alimentos consumidos nos próprios engenhos (FURTADO, 1961.; PRADO JUNIOR, 2008; ANDRADE, 2004).

A coexistência entre as atividades de plantio de cana e suas atividades acessórias deteriorou-se a medida que a produção açucareira alcançou considerável expansão e rentabilidade, tornando cada palmo de chão relevante ao cultivo. O gado, por seu turno, tem suas áreas de pasto reduzidas e, naturalmente, passa a invadir campos de cultivo consumindo a produção, pisoteando os solos e até ocupando áreas ainda não utilizadas, mas vocacionadas pedologicamente ao cultivo da cana.

O processo de deslocamento e expropriação dessas realizações secundárias culminou na promulgação de uma lei que proibiu efetivamente a criação de gado bovino nas regiões litorâneas, compelindo-o a uma diáspora forçada nas terras interiores (FURTADO, 1961; PRADO JUNIOR, 2008; ANDRADE, 2004).

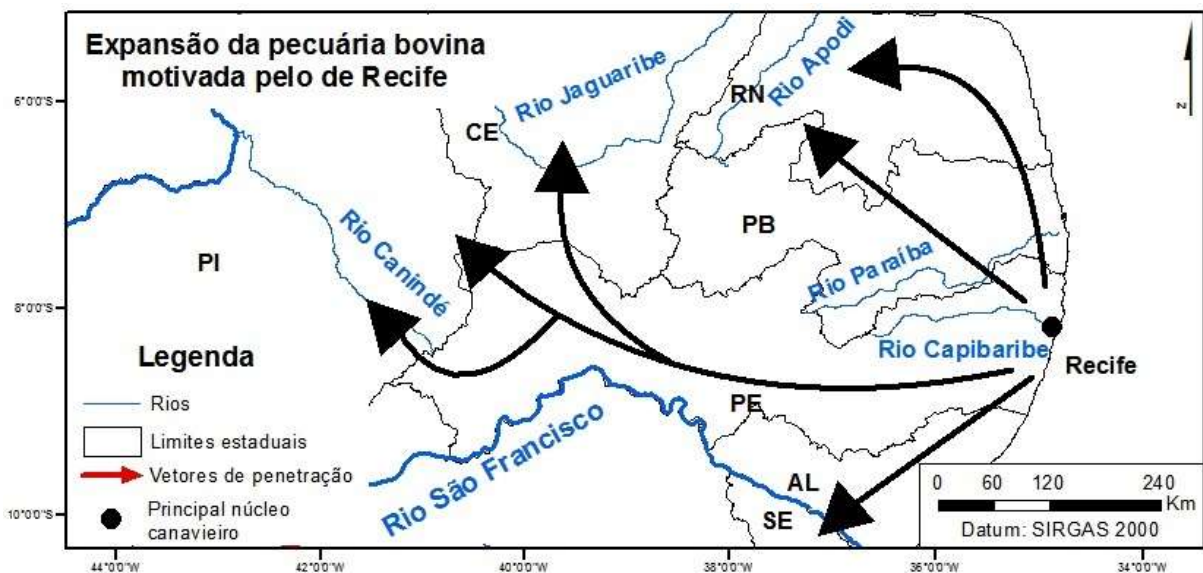
As circunstâncias desfavoráveis à permanência da atividade pecuária no litoral, apesar de ter colocado o gado em marcha, não desestruturou de todo o processo produtivo do setor, dado o caráter ultraextensivo e itinerante das criações de gado bovino no período. Aliás, segundo Furtado (1961), grandes deslocamentos já eram realizados sazonalmente motivados pela escassez de água ou pela distância dos mercados consumidores. Mais que isso, o autor faz a seguinte observação:

⁴ Prado Junior (2008) caracteriza as atividades acessórias como sendo realizações vitais a economia açucareira, ainda que essas ocupações não gozem da importância geopolítica e, nem tampouco, produzam rentabilidade semelhante ao cultivo da cana. A pecuária e a policultura são, nesse âmbito, importantes atividades acessórias.

Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independente da procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro (FURTADO, 1961, p. 73 e 74).

A expansão da pecuária contribuiu, portanto, para a constituição de um complexo econômico no Nordeste, pois de um lado alicerçou a economia açucareira e de outro acabou colaborando diretamente para uma colonização mais ampla do território, seja através de reconhecimentos ou da efetiva ocupação de novos espaços. As novas áreas integradas à economia colonial, passaram a receber fluxos de núcleos bem definidos adquirindo, assim, uma nova “órbita” espacial.

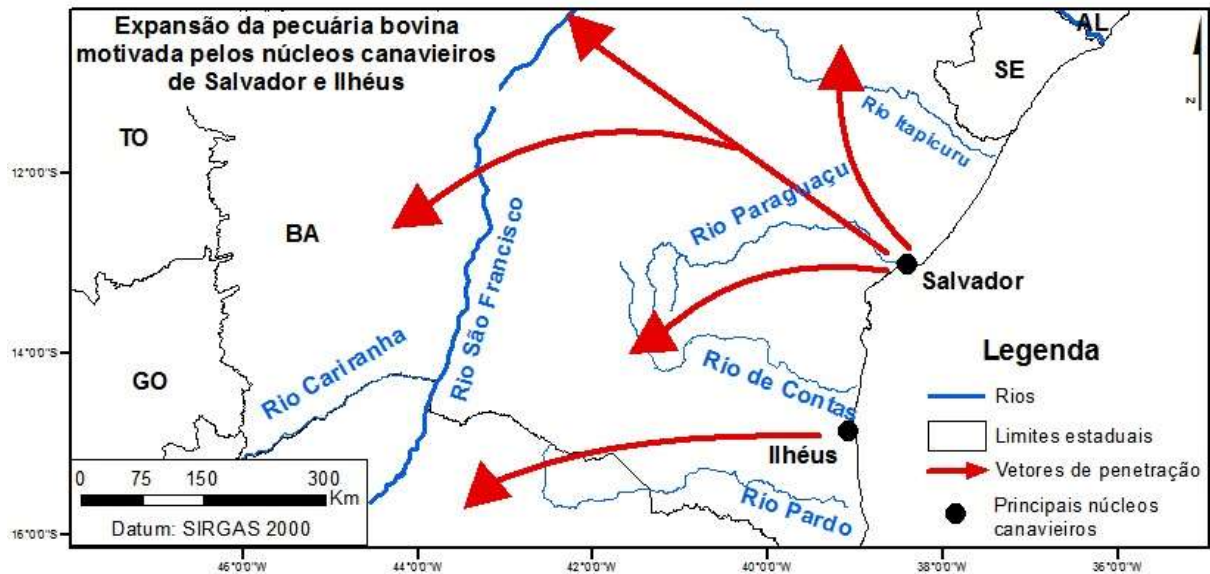
Figura 5 - Expansão da atividade pecuária a partir dos núcleos pernambucanos.



Abreu (1960) propõe que pernambucanos e baianos tiveram papel singular nessa conjuntura, já que no período Salvador e Recife⁵ foram os principais núcleos de produção açucareira, irradiando, por isso, fluxos e demandas por vastos territórios. Além do vale do São Francisco, regionalmente, outras várzeas foram ocupadas pelos currais provenientes desses núcleos.

⁵ Os fluxos pastoris provenientes de Recife vão se intensificar, principalmente, após a retomada do poder lusitano nesse núcleo (1654). O rei Dom João IV através da Ordem Régia de 29/04/1654 concedeu sesmarias nas terras interiores aos soldados e oficiais que combateram na Guerra de Restauração. Assim, ao reivindicar “seus direitos” soldados e oficiais naturalmente entraram em conflito com os povos indígenas instalados nessas terras até então (STUDART FILHO, 1966 *apud* Dantas, Sampaio e Carvalho, 1992).

Figura 6 - Expansão da atividade pecuária a partir dos núcleos baianos.



O mesmo autor relata ainda que tais incursões não foram fáceis, tampouco pacíficas principalmente nos territórios Cariris. Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p. 432) em seu texto *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*, dão uma ideia da grandeza, diversidade e abrangência territorial dos grupos Cariri afirmando que:

Reconhece-se, porém sem dificuldade, a predominância da família Kariri desde o Ceará e a Paraíba até a porção setentrional do sertão baiano, mas não se definem bem os seus contornos, já que apenas quatro de suas línguas – Kipeá, Dzubukuá, Kamuru e Sapuyá – chegaram a ser identificadas e apenas a primeira delas suficientemente bem descrita, ainda no período colonial...

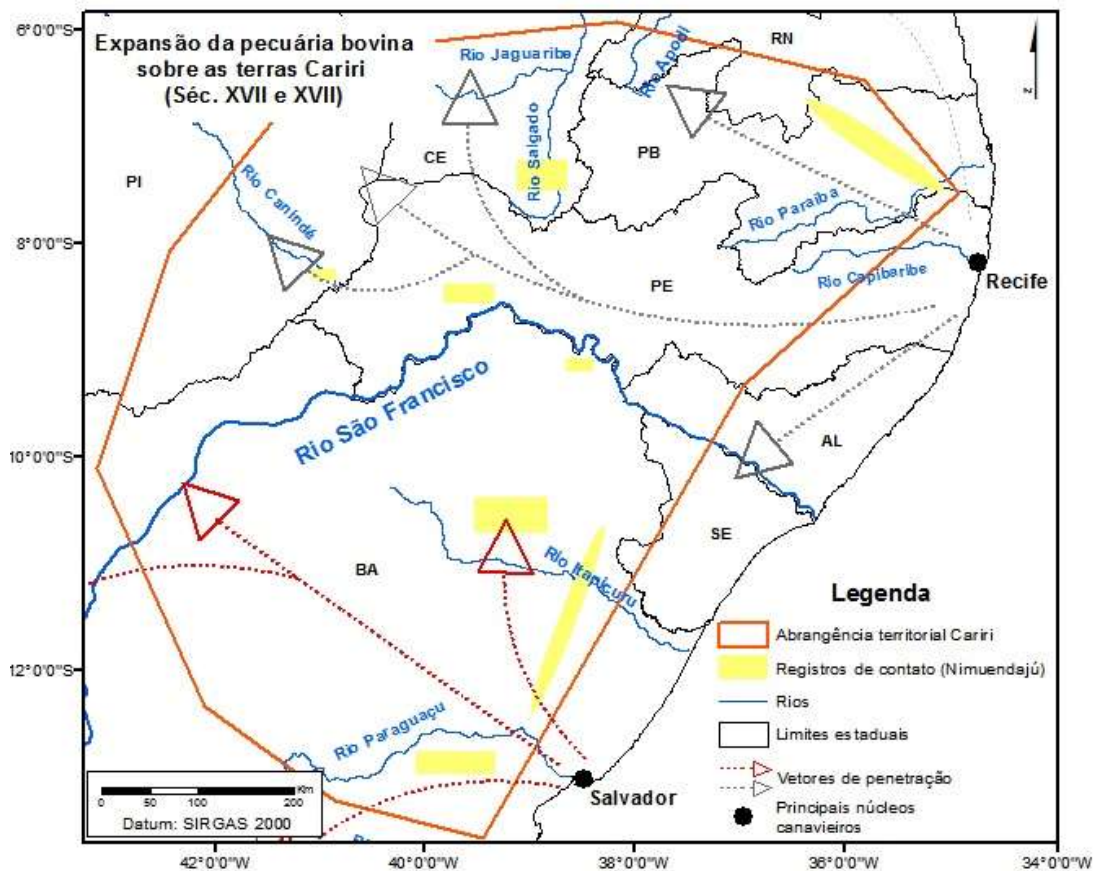
O mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (1987) ilustra (figura 8) essa amplitude territorial e corrobora de certa forma com a imprecisão na delimitação dos territórios Cariri. Seu mapeamento, tomando como base espacial os vales dos rios mais importantes da região, registra os contatos através de datas muito vagas, mas que ainda sim oferecem a possibilidade de um esboço das áreas de abrangência Cariri, mesmo que as delimitações sejam tênues, móveis ou sofram descontinuidades⁶.

⁶ Os autores Faria (2003) e Silva, C. (2006) propõem que é temerário delimitar territórios indígenas segundo fontes esparsas e deficitárias. Nas palavras dos autores:

Localizações dadas por fontes esparsas não podem delimitar um território específico para determinado grupo étnico também porque a territorialidade indígena difere daquela construída a partir do Estado Moderno e dos ideais burgueses onde terra é mercadoria e contém valor de troca. Para os indígenas, a terra apresenta-se como um bem material, espiritual e ilimitável sobre o qual se constroem suas representações cosmológicas e desenvolvem as atividades socioculturais. Um universo do qual, fontes textuais limitadas, não dão conta (FARIA, 2003, p. 125 *apud* SILVA, C., 2006).

Os autores são contundentes e contribuem para a disseminação da multiplicidade das relações indígenas com o espaço, porém a presente pesquisa, difere dos autores em certo sentido, ao não considerar temerário realizar

Figura 7 - Território Cariri segundo mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (1987) e a expansão da pecuária nos séculos XVII e XVIII.



Seguramente esses embates foram numerosos não só com os Cariri, mas com uma quantidade e variedade significativa de etnias e isso fatalmente produziu dois resultados para essas populações: o extermínio ou a migração forçada⁷. E é dessa forma que os territórios Xavante começaram a se transformar, pois passaram a receber fluxos indiretos irradiados pelos

esboços visuais de territorialidades indígenas, inclusive seguindo descrições de alguns autores para a delimitação de territórios, pois hipóteses no interior da ciência ocidental estão sujeitas a serem refutadas ou aceitas, sendo, por isso, mais importante o ato reflexivo.

Permitir-se o “erro” é ato de coragem, não de medo, tanto na ciência ocidental quanto nas diferentes cosmologias indígenas. É necessário sim ter prudência e esmiuçar o quanto possível as fontes e realizar comparações sinceras, com o objetivo de contribuir para a manutenção dessas culturas, mas considerar os “pontos de contato” registrados nos documentos históricos como válidos e não considerar os esboços de abrangência de territorialidade, caracteriza uma parcialidade e necessidade de se eximir de uma culpa que não existe.

⁷ Segundo Studart Filho (1966, *apud* Dantas, Sampaio e Carvalho, 1992, p. 442):

A denominada Guerra dos Bábaros, Levante Geral dos Tapuia ou Confederação dos Kariri iniciar-se-á em 1687, como reação ao movimento expansionista dos portugueses sobre as terras indígenas [...] e só se encerrará em meados do século XVIII [...] entraram na luta os Paiaku e, posteriormente, os Katiú e Ikó, no Ceará, e os Xukuru, Pega, Panati, Korema e Icozinhos, habitantes do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

núcleos de ocupação colonial. Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) sustentam essa ideia afirmando que as frentes pastoris dos séculos XVII e XVIII, provenientes principalmente do núcleo soteropolitano, atingiram terras circunvizinhas às dos Xavante que, se abstendo de qualquer contato – por estratégia própria ou não – iniciaram o seu primeiro grande movimento migratório para além do rio Tocantins.

Os povos Akwen – Xacriabá, Xerentes e Xavante – que são referidos no sul do Piauí e oeste da Bahia no período colonial não foram aí contatados tendo migrado para oeste e sudoeste, onde travariam contato com outras frentes de penetração, principalmente na bacia do Tocantins-Araguaia nos séculos XIX e XX (DANTAS, SAMPAIO & CARVALHO, 1992, p. 434).

As Bandeiras e a mineração correspondendo a essas “outras” frentes de expansão propostas pelos autores, noutra orientação, devassaram a porção central do território da colônia à procura de índios e pedras preciosas e, inevitavelmente, depois de século e meio de procura, descobriram expressivos aluviões auríferos nos rios Doce, Jequitinhonha e rio das Velhas, provocando novas alterações territoriais e motivando novas migrações entre os Xavante.

Naturalmente a revelação de veios auríferos expressivos causou um aumento demográfico “epidêmico” nos planaltos interiores atraindo outras atividades econômicas que pudessem auxiliar o estabelecimento da mineração. A atividade minerária passa a atrair sinergicamente atividades como a pecuária (dos mais variados tipos de gado) e a policultura agrícola, ambas necessárias à produção de gêneros alimentícios. A partir daí a pecuária passa a vetorizar uma penetração mais profunda no território, justificando dessa forma seu caráter expansionista.

Andrade (2004, p. 47) ilustra bem esse movimento ao enfatizar que:

A descoberta de ouro nas Gerais e a formação de um grande adensamento populacional em área distante do litoral, trouxeram grandes vantagens para os criadores de gado do Sertão que passaram a abastecer os centros de mineração; a corrida do ouro, gerando grande riqueza, fez com que se concentrasse a população e se expandisse consideravelmente o mercado.

Prado Júnior (2008) reforça esse discurso propondo que a atividade pecuária desenvolvida no Nordeste ao longo do médio rio São Francisco passou a se deslocar em direção às suas cabeceiras, localizadas próximas às regiões das minas com o intuito de abastecer o crescente mercado consumidor. Concomitantemente a isso, fazendas policultoras e novas rotas comerciais foram criadas nas imediações nucleares de forma a prover as novas demandas.

Ainda segundo Andrade (2004, p. 48):

A demanda de alimentos nas Minas foi bem superior à oferta, fazendo os preços se elevarem e numerosos migrantes agricultores de mantimentos, como mandioca, milho, cana de açúcar, frutas ou criadores de médios e pequenos animais que eram facilmente comercializados. A pecuária foi acompanhando, nas áreas de caatingas e de cerrados, o trajeto dos mineradores, aproximando-se sempre dos arraiais de garimpagem.

As grandes ligações abertas entre o médio e o Alto São Francisco, [fez] com que se formassem não só caminhos de gado como que se conquistassem terra aos índios com a finalidade de criar gado para a área mineradora.... Daí a continuidade dos currais nordestinos por territórios, hoje de Minas Gerais, Goiás e do próprio Mato Grosso.

A pecuária juntamente com a agricultura, portanto, foram decisivas na primeira expansão econômica da colônia, pois seja no litoral ou nas terras interiores, elas consolidaram a presença da coroa. Mais que isso, elas contribuíram para profundas mudanças socioespaciais ao promover e dinamizar outras atividades econômicas, permitindo a instalação de novos fluxos econômicos que realizaram mudanças no modo de produção e asseguraram a expropriação dos territórios indígenas.

A seguir, será feita uma reflexão dessas atividades agropecuárias na interface com a atividade mineraria, de forma a integralizar no tempo e no espaço os movimentos das frentes de expansão que foram responsáveis pela expropriação das terras indígenas no primeiro momento projetado.

1.1.1.2. A MINERAÇÃO E AS BANDEIRAS

O historiador Caio Prado Júnior em seu livro *A formação do Brasil contemporâneo* (2011) procurou detalhar em que circunstâncias as atividades agropecuária e de mineração estabeleceram uma interdependência em princípios do século XVIII. Para o autor, a mineração ao mesmo tempo que consolidou a presença da atividade pecuária nas terras interiores do Nordeste e do Sul do país, expandiu os mercados das criações e da policultura alimentar.

A mineração, na impetuosidade de sua atração, desencadeou bruscos movimentos migratórios em direção às minas e exigiu um grande fluxo de bens complementares fundamentais à produção direta e indireta das lavras. A atividade mineraria nesse período reestruturou não só a economia colonial, mas também motivou novas dinâmicas socioespaciais.

Prado Júnior (2011), nesse sentido, chama atenção para as dinâmicas socioespaciais distintas promovidas pela atividade mineraria. Enquanto a atividade agropecuária ocupa os espaços através da formação de núcleos hierarquizados, contíguos e interligados por fluxos de diferentes naturezas, a mineração, de maneira impessoal, promove uma ocupação

descontextualizada de caminhos anteriores, desconexa de atividades precedentes e efêmera do ponto de vista da sedentarização. Nas suas palavras:

Entre a mineração e o avanço dos rebanhos ocorre, no que diz respeito ao povoamento, uma primeira diferença que devemos logo notar. A mineração impele o homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente; não há contiguidade na expansão: os núcleos mineradores vão surgir muito longe dos pontos de partida das correntes migratórias, e no espaço intermediário permanecerá o deserto que só raras vias de comunicação atravessam. Essas articulações das minas com o litoral, donde lhes vem as vidas e para onde se encaminham sua produção, às vezes nem ao menos respeitam o traçado dos roteiros e primeiras vias utilizadas para alcançá-las (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 55).

As dinâmicas socioespaciais decorrentes da economia açucareira do século XVII, conseqüentemente, sofreram profundas mudanças com a ascensão da mineração, a medida que novas polaridades econômicas foram surgindo, antigos espaços foram sendo ressignificados e estruturas sociais foram se renovando. As transformações produzidas nesse cenário, desmantelaram importantes dinâmicas já sedimentadas a algum tempo na colônia, como foi o caso das Bandeiras.

As expedições, como proposto anteriormente, foram fundamentais na interiorização da colonização ao abrir caminhos de comunicação entre os diferentes núcleos de povoamento e contribuir decisivamente para a implantação da lavoura de cana provendo a mão de obra necessária. O apogeu dessa atividade ocorreu durante o século XVII, quando, através de suas ações, são descobertas importantes jazidas de ouro e gemas.

Segundo Taunay (1975) as Bandeiras e Entradas paulistas já sondavam os sertões do centro sul desde o início do século XVII, quando em André Leão e Nicolau Barreto, entre 1601 e 1604 já esquadrihavam, respectivamente, as terras hoje ocupadas pelos Estados de Minas Gerais e Paraná⁸ (TAUNAY, 1975).

Basílio de Magalhães endossa essa ideia quando em sua obra *Expansão geográfica do Brasil* o autor expande a área de ação desses exploradores e propõe que Entradas oriundas da Bahia teriam, já em finais do século XVI e início do XVII, prospectado áreas que mais tarde

⁸ André Leão em busca de jazidas de prata, encetou percurso através do vale do rio Paraíba do Sul, venceu a Mantiqueira e conseguiu atingir as cabeceiras do Rio São Francisco na Serra da Canastra, hoje estado de Minas Gerais. Tal empreendimento já dá uma ideia clara que as terras das futuras minas gerais já estavam desde muito cedo sendo investigadas pelos bandeirantes.

tornar-se-iam importantes núcleos mineradores, como aquelas dos vales do Jequitinhonha e do Pardo⁹. Além disso, o autor ainda ressalta outras matrizes nordestinas que promoveram Entradas como a de Sergipe e a do Ceará, que devassaram a porção norte do território e desbravaram os caminhos que mais tarde seriam utilizados pelos curraleiros para a interiorização das criações.

As Bandeiras seguiram-se numerosas durante todo o século XVII, almejando o mesmo êxito obtido na América espanhola com importantes jazidas de prata e ouro nas terras que hoje abrigam o México, a Argentina e o Peru¹⁰, por isso perseveraram com grande afincamento não só na região Centro Sul, mas também na região Nordeste sempre com a tônica de *descer* escravos e sondar jazidas de metais preciosos¹¹.

A obstinação desses bandeirantes finalmente, depois de século e meio de procura, foi recompensada com as descobertas de expressivos aluviões auríferos entre os vales dos rios Grande, Das Velhas, Jequitinhonha e Doce. Tais descobertas foram e são alvo de intensos debates no que se refere às suas cronologias e autorias, devido à precariedade na circulação de informações e pessoas no período, que acabaram por produzir uma série de documentos que ora se sobrepõem ora se contradizem, tornando a veracidade de qualquer documento discutível¹².

⁹ Basílio de Magalhães relata que numerosas Entradas foram realizadas por expedicionários baianos em busca de jazidas de gemas e metais preciosos. As primeiras que se tem notícia, foram as de Miguel Henriques (1550) e Francisco Bruza de Espinosa (1554), sendo que a segunda percorreu aproximadamente 350 léguas saindo de Porto Seguro em direção aos vales do Jequitinhonha, Pardo e São Francisco.

A partir daí seguiram-se as Entradas de Vasco Rodrigues Caldas (1561), Martim Carvalho (1567), Sebastião Fernandes Tourinho (1573), até a de Antônio Dias Adorno (1574) que confirmou a presença de jazidas de gemas na Chapada Diamantina, através de amostras trazidas por Tourinho anteriormente.

¹⁰ Afonso d'Escrangolle Taunay (1975, p. 139) faz alguns relatos sobre a aparente infertilidade mineral das colônias portuguesas nos primeiros séculos de colonização afirmando que “Peru e Potosí andavam na boca de todos os aventureiros do Velho Mundo e na América espanhola. Do Brasil nada surgira neste sentido apesar das esperanças alimentadas de que viria a ser ‘fértil’ como os domínios dos reis católicos”.

¹¹ Taunay (1975) afirma que durante todo o século XVI e XVII as descobertas minerais no Brasil já haviam ocorrido, porém se reduziam a faiscagens ocorridas no planalto paulistano e nas regiões do litoral sul.

¹² O mais seguro é considerar essas descobertas são fruto de um processo que se inicia efetivamente na última década do século XVII e se estende até o final da primeira década do século seguinte nos territórios de Minas Gerais. Já nos territórios de Goiás e Mato Grosso, além das cronologias e autorias serem bem mais claras, os achados se estendem durante o primeiro quartel do século XVIII.

As incertezas históricas a respeito desse tema, na realidade, provocaram sérias precariedades na “posse” desses achados. Os paulistas reivindicaram desde o princípio seus direitos natos sobre os achados, porém a medida que a densidade demográfica e a produção foram aumentando, acirraram-se proporcionalmente as disputas pelas datas. Legislações foram criadas de forma a diminuir ou até suprimir os direitos desses descobridores em favor de homens importantes ligados à Coroa, sendo estes quase sempre portugueses recém chegados ao Brasil.

Foram instituídas medidas que iam desde a ocupação militar das minas e rotas de escoamento da produção até Regimentos que garantissem ao menos a metade de tudo que fosse encontrado. Algumas dessas legislações, aliás, se remetem a períodos anteriores à descoberta das primeiras grandes jazidas. Segundo Berta Ribeiro (2008), elas surgem a partir de 1603 quando a administração metropolitana criou um Regimento que legislava sobre a atividade mineraria, sendo esse seguido por outro datado de 1618, quando as descobertas ainda tardavam a acontecer.

As tentativas de legislar sobre uma produção mineral que crescia vertiginosamente num curto espaço de tempo foram eficazes quanto a hegemonização portuguesa sobre as minas, porém fracassaram na mediação de diferentes conflitos. As mudanças sociais que se realizaram nas regiões que abrigavam as minas foram intensas e drásticas, fazendo com que conflitos de interesses fossem inevitáveis.

Assim, iniciaram-se os primeiros ruídos que logo ganharam coro e tornaram-se gritos contra a repressão e espoliação das jazidas por parte da Coroa. Insubordinações foram praticadas, grupos militares organizados e, irremediavelmente, iniciou-se um conflito entre paulistas e *emboabas* (estrangeiros na língua Tupi).

A “Guerra dos Emboabas”¹³, produziu resultados desastrosos para os paulistas que, além de perder cerca de 300 homens no capão da traição, perderam os direitos sobre suas lavras. Segundo Taunay (1975) esse conflito recolocou os paulistas nos sertões à procura de novas jazidas que lhes aproovesse o que lhes tinham sido usurpados.

¹³ Para mais detalhes sobre as razões, desenvolvimento e desfecho desse conflito consultar TAUNAY, A. de E. “História das Bandeiras Paulistas” V.10 3ª Ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.

Assim, não tardaram novas descobertas de jazidas aluvionares significativas em Mato Grosso e Goiás por volta dos anos de 1719 e 1722, respectivamente (CHAIM, 1983; GARCIA, 2003; PRADO JÚNIOR, 2008; SILVA, 1998; TAUNAY, 1975). Essas novas descobertas simbolizaram a chegada das frentes de expansão, citadas por Dantas, Sampaio e Carvalho (1992), no século XVIII, aos vales e interflúvios da bacia do Tocantins-Araguaia.

As terras ocupadas pelos Xavante entravam, dessa maneira, mais uma vez no caminho dos avanços paulistas¹⁴ que, mais do que nunca, se apresentavam alvoraçados e vorazes por novos ganhos que reparassem os danos sofridos no conflito com a Coroa. As Bandeiras de Pascoal Moreira Cabral, em Mato Grosso, e de Bartolomeu Dias Bueno em Goiás foram as grandes responsáveis pelas novas descobertas (CHAIM, 1983).

Assim, precipitaram-se maciços fluxos migratórios na direção do Brasil Central provocando significativas mudanças socioespaciais e territoriais que culminaram na criação das Capitanias de Goiás (1744)¹⁵ e Mato Grosso (1748)¹⁶ e de fortificações nas regiões fronteiriças entre o Brasil e as colônias hispânicas, como por exemplo, os Fortes Nossa Senhora da Conceição (1759), o Real Príncipe da Beira (1776) entre outros¹⁷.

A Coroa não tardou em novamente reivindicar sua parte nesses novos achados e diante do vigor dessas novas descobertas a Metrópole passou a criar uma estrutura que, além de permitir a exploração e o controle das minas, realizou a proteção interna e externa desses achados.

¹⁴ Chaim (1983) e Silva (1998) afirmam que as regiões centrais da colônia já haviam sido totalmente percorridas ao longo dos dois primeiros séculos de colonização (sécs. XVI e XVII) e que durante o séc. XVIII teria se intensificado com as Bandeiras partidas de São Paulo e com as Missões Religiosas que teriam como ponto de partida o Pará, logo não inseguro pensar que parte das terras ocupadas pelos Xavante já havia sido reconhecida.

¹⁵ Segundo Parente (*apud* SILVA, C.) localizava-se neste território as povoações mineiras de Maranhão (1730), Natividade (1734), Almas (1734), Crixás (1734), São José do Tocantins (1735), São Félix (1736), Chapada (1736), Carmo (1737), Pontal (1738), Taboca (1740), Príncipe (1740), Arraias (1740), Cavalcante (1740), Conceição (1741).

¹⁶ Segundo Ayala & Simon (2006) a capitania de Mato Grosso surge a partir do desmembramento da Capitania de São Paulo e da fundação de suas primeiras Vilas, a Vila Bela do Bom Jesus de Cuiabá (1727) e a Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).

¹⁷ Outras fortificações que podem ser citadas são: Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi no ano de 1767, do Forte de Nova Coimbra em 1775, do Real Forte Príncipe da Beira em 1776 e do Presídio de Miranda em 1792 (TULUX, 2011).

A criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso representou parte da estratégia do Governo português em militarizar o território e proteger as recentes descobertas. A respeito disso o historiador Romyr Conde Garcia (2003) levanta ainda uma hipótese interessante ao afirmar que a produção mineral na capitania de Mato Grosso, por exemplo, foi menos expressiva que as de Goiás e Minas Gerais, não por causa da escassez mineral ou por falta de estrutura para exploração, mas sim porque a exploração gradual e lenta dessas jazidas foi parte da estratégia em não despertar a cobiça externa e, ao mesmo tempo, fez com que o território pudesse ter sido colonizado e militarizado transformando a recém-criada capitania numa espécie de tampão entre a América portuguesa e a América espanhola.

A tese de que caberia ao Mato Grosso resguardar a fronteira Oeste, encontra vazão no extenso período de extração mineral realizado nessa capitania que, apesar de ter fornecido minerais em menor quantidade, ofereceu uma maior constância e longevidade na sua produção, já que ela se inicia ainda na primeira metade do século XVIII e declina realmente apenas no início século XIX (GARCIA, 2003).

Outra medida geoestratégica, no sentido de resguardar as descobertas, foi o cerceamento de fluxos migratórios para a porção Norte da capitania de Goiás (atual estado do Tocantins), ora para viabilizar a exclusividade da Coroa na extração de diamantes ora para restringir os caminhos a serem percorridos no escoamento de ouro, minimizando assim os contrabandos.

A fundação dessas capitanias, suas vilas e fortificações, portanto, incorreram na expansão das atividades econômicas coloniais e permitiram a ocupação de parte do planalto Central. A mineração nas capitanias de Goiás e Mato Grosso suscitou profundas mudanças territoriais estimulando ocupações descontínuas e, ao mesmo tempo, atraindo atividades acessórias como a pecuária e a policultura que apresentaram uma sedentarização mais uniforme e menos efêmera, que acabou se estendendo para além do período da mineração.

O declínio da atividade mineraria, no entanto, já em finais do século XVIII e início do XIX, impôs um desafio importante à manutenção dessas ocupações. O esvaziamento demográfico de alguns povoados, decorrente do esgotamento das jazidas, obrigou uma refuncionalização espaçoeconômica das terras apropriadas pelos colonos, de forma a sustentar a expansão precedente.

A distância dos principais núcleos coloniais de povoamento e o incipiente mercado consumidor dessas capitanias, porém, dificultaram a renovação de seus sistemas econômicos num primeiro momento. Se fez necessário não só uma reestruturação das atividades

econômicas, mas também o estabelecimento de novas redes comerciais. A utilização do Tocantins e do Araguaia surgem nesse sentido como possibilidades de comunicação com outros mercados que já se desenvolviam na bacia amazônica, por exemplo.

Bem clara a posição dos governantes com relação à capitania: mesmo enquanto durou a produção do ouro e esse metal garantiu as expectativas da metrópole, a região norte de Goiás só era contemplada com restrições e proibições, com o intuito de evitar o descaminho do ouro. A partir do momento em que o metal desaparece, todas as atenções voltam-se para o norte, visto agora como único meio de viabilizar uma saída para a crise que abatera sobre a região: o escoamento da produção agropecuária através da navegação fluvial e um estímulo comercial mais intenso em suas capitanias. (PARENTE, 1999, p.95 *apud* SILVA, C. 2006).

O Norte de Goiás (Tocantins) assumiu, assim, um protagonismo no fortalecimento e dinamização econômicos da capitania durante a segunda metade do século XVIII, colocando as terras Xavante, de fato, no caminho dessas novas incursões. A navegação através do Tocantins e do Araguaia seria fundamental nessa nova expansão e, portanto, para garanti-la, seriam necessárias ocupações mais contundentes das margens e interflúvios desses grandes rios.

Contudo, é possível afirmar que a mineração e a pecuária foram as grandes responsáveis pela expansão da economia colonial até o coração das terras habitadas pelos Xavante no século XVIII. É igualmente possível pensar que essas atividades econômicas foram as principais responsáveis, juntamente com a agricultura, pela devastação dos cerrados, fato relevante no desencadeamento de novas migrações entre os Xavante.

1.1.2. EXPROPRIAÇÃO E PROCESSO DE SURGIMENTO DAS RESERVAS

A imagem do “país em construção” com uma formação territorial ainda inconclusa, estimula em muito os expedientes de controle social. Historicamente, sempre que a população aparece como empecilho à acumulação a solução implementada se dá pela eliminação do elemento de atrito” (MORAES, 2005, p. 98).

Contraditoriamente, foi justamente a expropriação mais acentuada das terras xavante que garantiu a manutenção de parte de seu território, pois a partir daí iniciou-se um longo processo que culminou na criação de suas reservas. A redução e delimitação do território indígena simbolizou uma “concessão” imprescindível à expansão do capital, pois esse mecanismo simultaneamente eliminou o “elemento de atrito” e abriu o caminho para a instalação das atividades econômicas necessárias à acumulação e produção de excedentes.

A despeito disso Marivone Mattos Chaim na sua obra intitulada *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811* (1983, p. 65) faz a seguinte observação: “O índio foi um dos problemas

complexos que a administração lusitana enfrentou após iniciada a obra colonizadora, pelo objetivo que se teve em vista de aproveitá-lo como elemento participante desta colonização”.

A incapacidade da Coroa portuguesa em ocupar e expandir os limites territoriais de sua colônia na América sem o auxílio dos povos nativos, provocou uma série de impasses e dilemas para seus administradores. A utilização do elemento indígena como vetor de entrada e colonização das terras interiores simbolizou um verdadeiro “quebra cabeças” para as administrações metropolitanas.

Os povos nativos, segundo a doutrina cristã, não poderiam ser apenas “guias dos sertões”, mas necessariamente também difusores da “fé”, da cultura e soberania portuguesas sobre os territórios percorridos, de forma a criar as bases necessárias para a construção de uma colônia que servisse aos propósitos de acumulação idealizados pelos portugueses. Para Prado Júnior, 2008, p. 67).

A prova da importância do silvícola na economia colonial é evidenciada através das Bandeiras de apresamento, da vasta e contraditória legislação portuguesa sobre o seu cativo, e da luta por mais de dois séculos travada entre colonos e jesuítas, ambos interessados no monopólio do trabalho indígena.

A aparente contradição contida nesse processo em tomar o indígena como “obstáculo” à colonização e, ao mesmo tempo, tomá-lo como “ferramenta” imprescindível a este empreendimento, se reflete sobre as legislações coloniais que se ocuparam do assunto.

As legislações que cuidaram do “cativo” indígena surgiram a partir de 1570, se perpetuaram ao longo dos primeiros séculos de colonização¹⁸ e mostraram-se frequentemente ineficazes, pois apenas em raros momentos promoveram uma proteção efetiva dos povos nativos. Os Alvarás e Regimentos promulgados nesse período tendo sido redigidos de maneira genérica permitiram diferentes interpretações e, frequentemente, apresentaram-se contraditórios e, ao invés de coibir, acabaram por estimular e justificar a violência, escravização e exploração dos povos indígenas¹⁹.

¹⁸ Segundo Chaim (1983) essas legislações se iniciam já no século XVI, em 1570, com o então Governador Geral da colônia Mem de Sá e se estendem pelo restante do século XVI e por todo o século XVII (1595, 1609, 1647 e 1655).

¹⁹ Moraes (2005, p. 97) corrobora essa ideia quando deixa claro que “Nesse contexto, o colonizador desenvolve a ideia da conquista. A mesma teorização teológica que sanciona a apropriação violenta da terra

A formulação dessas legislações, *a priori*, visou atender as demandas impressas pelo projeto colonial, oferecendo, apenas em segundo plano, uma pseudoproteção aos povos nativos diante dos abusos praticados pelos colonos. Em outras palavras, as legislações que se ocuparam dos povos indígenas foram estabelecidas a partir de aspectos de ordem político-econômica, priorizando o atendimento de interesses econômicos em detrimento de necessidades socioculturais dessas populações.

As descobertas minerais realizadas no século XVIII estabeleceram, nesse cenário, não só os novos rumos econômicos para a colônia, mas também as novas diretrizes que orientaram as políticas indígenas subsequentes. Mais do que nunca a participação do indígena na economia colonial se fez necessária e, por isso, foi igualmente necessário criar práticas jurídicas que estivessem em consonância com essas novas diretrizes econômicas.

As Cartas Régias desse período que discorriam sobre o aprisionamento e redução dos indígenas nas capitanias de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, são bons exemplos disso quando apontam que seria necessária a utilização da mão de obra indígena tanto nos descobrimentos de novas jazidas quanto na manutenção de atividades agrárias quando declinasse essa mineração declinassem²⁰.

Nesse período, portanto, as ações contra os povos indígenas se intensificaram ora através de seu aprisionamento ora através da sua eliminação, fazendo com que as incoerências das legislações coloniais se tornassem mais evidentes. Mais que isso, as incongruências da política colonial em relação aos povos nativos, juntamente com a “necessidade” de colonização do território e anseio por minerais preciosos, acabaram por criar um quadro social instável, com constante desequilíbrio entre as forças atuantes.

Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, ou Marquês de Pombal foi um dos que procurou administrar e normatizar procedimentos no interior da colônia em relação aos

legítima a posse do escravo (...) Na verdade, o colonizador não estabelece esta distinção, vendo a população das áreas conquistadas como um recurso natural”.

²⁰ Chaim (1983, p. 71 e72) faz a seguinte observação: “Essas determinações acompanhariam as mesmas diretrizes da política da Capitania de São Paulo em relação ao índio, muito semelhante às reivindicações feitas anteriormente – em 1725 – (...) no sentido de que os índios administrados passassem aos herdeiros e aos mineradores, e na falta destes, deveriam ser colocados em aldeias reais, sob a alegação de não poderem prescindir dos mesmos em suas andanças pelo sertão, à cata de ouro. Ficava, portanto, reforçada a condição de semi servidão do índio”.

povos nativos. Na tentativa de impedir arbitrariedades praticadas por colonos no uso da mão de obra indígena segundo seus interesses pessoais, o marquês de Pombal retomou a política de “redução” com prerrogativas diferentes daquelas idealizadas anteriormente pelos jesuítas, com o objetivo de estimular a inserção das populações indígenas na sociedade colonial segundo os costumes “civilizados” (CHAIM, 1989; RAVAGNANI, 1989). Nas palavras da autora:

A política oficial até o período pombalino, apresentava-se oscilante, ora a favor dos interesses dos colonizadores, ora a favor dos silvícolas, dando origem a medidas contraditórias no que tangia ao problema do cativo indígena. Com Pombal a Coroa Portuguesa desembaraça-se dos partidos em choque, e impõe a “sua política”: o interesse geral da colonização portuguesa no Brasil, acima dos interesses particulares em oposição [...] Assim sendo, ao invés de conservar o índio segregado, como pretendiam os jesuítas, Pombal objetivava transformá-los em cidadãos ativos na tarefa de povoamento, através da sua integração na comunidade” (CHAIM, 1989, p. 176).

Assim, a partir de 1750 os “aldeamentos” ganharam novo fôlego, procurando “integrar” o índio de maneira “racional e pacífica” na economia e sociedade coloniais. Os aldeamentos acabaram assumindo um importante papel nas frentes de expansão, especialmente na capitania de Goiás, na qual estavam instalados os povos indígenas do grupo “Akwen” ao qual pertenciam os Xavante (SAMPAIO, 1913; NIMUENDAJÚ, 1944 *apud* DE PAULA, 2007)²¹.

Os primeiros relatos sobre o grupo Akwen realizados por bandeirantes remetem-se ao século XVIII quando os mesmos começaram a desbravar o Brasil central e iniciaram os primeiros contatos com as nações dessa região. Acredita-se que o território original desse grupo abrangia os atuais estados de Goiás, Distrito Federal e Tocantins, além de trechos do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais.

A proximidade das terras Akwen com o epicentro da atividade mineraria do período, acabou por colocar seu território no caminho das frentes de expansão que buscavam novas jazidas e, conseqüentemente, colocou esses povos na mira das novas políticas de “integração social” idealizadas por Pombal.

A despeito disso De Paula (2007, p. 178) observa que todos os povos do grupo Akwen

foram simultaneamente atingidos pela ‘guerra de conquista’ patrocinada pela Coroa e pelo império através do incentivo direto à organização de bandeiras,

²¹ DE PAULA, Luís – Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial Xavante. Tese (Doutorado) Departamento de Antropologia, FFLCH, USP – São Paulo, 2007.

apoio às frentes pioneiras de ocupação, parcerias indiretas com missões católicas (jesuítas num primeiro momento e depois capuchinhas) e, por fim, a instalação de presídios militares para os índios da Província de Goiás”.

As “submissões” dos povos do grupo Akwen segundo relatos de autores como Giaccaria & Heide (1972) e Ravagnani (1989) aconteceram de maneira gradual e condicionada a inúmeros conflitos, que produziram perdas significativas tanto para os indígenas quanto para os colonos. Esses conflitos, acima de tudo, serviram de um lado para mostrar a insatisfação desses povos em relação às tentativas de inseri-los na política de redução e, de outro, para exibir o poderio bélico dessas nações e sua capacidade.

Os Xavante, após inúmeros conflitos, foram reduzidos aos aldeamentos de Mossâmedes e Pedro III (no sítio Carretão), próximos aos rios Carretão Grande (atual rio São Patrício) e Crixás²², por ordem e empenho do então governador da Província de Goiás Tristão da Cunha Menezes que, entre os anos de 1784 e 1788, incentivou e financiou parte da “guerra de conquista” realizada contra os Xavante (GIACCARIA & HEIDE, 1972; RAVAGNANI, 1989; DE PAULA, 2007; e GOMIDE, 2008).

O empenho de Tristão da Cunha Menezes, segundo os autores mencionados, se apoiou nas políticas e legislações discutidas anteriormente, e procurou se justificar nas ações de resistência praticadas pelos Xavante colonos no território de Goiás durante a segunda metade do século XVIII. Um relato curioso e de grande relevância histórica, é escrito por José Rodrigues Freire que, de maneira etnocêntrica, narrou detalhadamente em 1790 a “guerra” empreendida contra o povo Xavante exaltando a ação do governo da Província de Goiás ao mesmo tempo amenizando a violência praticada contra essas populações, afirmando que diante de insistentes e frustradas tentativas de “paz” não restou outro caminho ao poder colonial senão o de reprimir os movimentos indígenas.

Logo que o Ilmo. Exmo. Senhor Tristão da Cunha Menezes entrou no governo desta capitania de Goiaz, empreendeu civilizar e trazer ao domínio português as nações bárbaras, que tem os seus domicílios nas vizinhanças dos nossos estabelecimentos (...)

Porém, quando se applicava em descobrir os mais fáceis meios de execução estes úteis projetos, lhe chegou a funesta notícia da súbita invasão dos índios Xavantes nas terras contíguas ao Arraial de Crixás (...) continuou nossa bandeira a sua marcha até encontrar os bárbaros que afincadamente rejeitaram todas as propostas de paz (...) da impossibilidade de trazer à razão aquele gentio indócil e tenaz, mais por

²² Mais tarde, por volta de 1848, alguns Xavantes também estiveram presentes no aldeamento São Joaquim de Jamimbu, na região de Salinas, na margem direita do rio Araguaia (RAVAGNANI, 1989).

uma errada suspeita, que por fereza de gênio, procurou para dar cumprimento as expressas recomendações do excelentíssimo capitão general aprisionar alguns indivíduos daquela rebelde nação...

Freire (*apud* GOMIDE, 2008, p. 168)

A geógrafa Maria Lúcia Cereda Gomide em sua tese de doutoramento *Maranã Bödödi: A territorialidade Xavante no Ró*, ao analisar o relato na íntegra observa que José Rodrigues Freire reafirma a importância econômica da conquista desses territórios ao deixá-los livres de “bárbaros” e disponíveis à procura e cata do ouro e de outras riquezas minerais, deixando claro o viés econômico dessa empreitada contra os indígenas.

Ainda assim, para o governo da Província a “submissão”, apesar de simbolizar uma importante vitória sobre o gentio, seria apenas a primeira etapa do processo de pacificação, sendo necessário num segundo momento “enfraquecer” o povo Xavante de forma a desestimular ou até inibir insurreições.

A primeira medida adotada nesse sentido foi a fragmentação do grupo em dois aldeamentos distintos, desmantelando as ordens tribais e dificultando a organização de qualquer tipo de ação ofensiva. O primeiro aldeamento criado foi o de Pedro III, no sítio Carretão às margens do rio Carretão Grande e o segundo, próximo ao rio Crixás, denominado Mossâmedes²³.

Apesar de ter sido veementemente rechaçada pelos Xavante, a medida acabou se concretizando, devido à falta de estrutura do primeiro aldeamento em receber um número tão grande de indígenas. Assim o fracionamento da população, além de inevitável, atendeu eficientemente aos propósitos idealizados pela Coroa no esfacelamento da coesão Xavante.

A conclusão desse processo realizou-se através da fome, dos maus tratos e das doenças que simbolizaram os meios mais rápidos e eficazes de desagregação e erradicação do povo Xavante no interior dos aldeamentos. Uma epidemia de sarampo teria sido a principal causa da morte de grande parcela da população aldeada, fazendo com que os poucos remanescentes fugissem para os sertões ainda não ocupados em busca de um recomeço.

²³ Ravagnani (1989) em seu texto propõe que essa divisão foi feita devido à falta de infraestrutura para receber o êxodo promovido pelos Xavante durante o processo de submissão, o que seria bem possível dadas as restrições financeiras da capitania de Goiás no período o que causaria um subdimensionamento tanto na construção do aldeamento em 1755, como na sua reforma em 1788. Porém, não seria fantasiar demais essa divisão simbolizar um artifício geoestratégico, pois a “guerra declarada” aos Xavante vinha se arrastando desde 1784.

Ravagnani registra um relato sobre a experiência do frei Segismundo de Tágia que, por volta de 1848, procurou atrair novamente índios Xavantes para os aldeamentos. Nesse relato um velho índio se recusa a retornar alegando que parte de seu povo havia sofrido muito anteriormente, nas suas palavras: “... os cristãos são maus, que quando [estivemos] no Carretão [sofremos] judiação com palmatória, tronco, corrente, chicote e colar...” (1989, pág. 137)

O quadro vivenciado pelos Xavantes nos aldeamentos Pedro III e Mossâmedes repetiu-se, portanto, de maneira geral nas outras reduções fazendo com que, ao final do “ciclo do ouro” em Goiás, a maior parte delas estivessem vazias ou em franca decadência, assim como a própria política que os criaram.

O fracasso dos aldeamentos restaurou a instabilidade política e territorial na Província de Goiás e restabeleceu antigos conflitos entre indígenas e colonos, o que exigiu do governo colonial o desenvolvimento de novas políticas de controle dos povos indígenas. Em resposta a essas novas demandas em 1798 o Diretório Pombalino foi abolido e a Coroa revigorou a política de caráter bélico em relação aos indígenas através do regimento de 13 de maio de 1808.

O governo goiano, por sua vez, seguindo as diretrizes designadas, criou “presídios militares” que tinham a função de abrigar todos aqueles que fossem aprisionados em combate, fossem eles homens, mulheres ou crianças indígenas (GIACCARIA & HEIDE, 1972; RAVAGNANI, 1989; DE PAULA, 2007; e GOMIDE, 2008).

Uma Carta Régia de 1811 ilustra essa nova política indígena quando afirma que

...falho os meios brandos, será preciso empregar a força armada contra o índio, sendo esse recurso, de que se deverá lançar mão, para conter os Apinayé, Xavante, Xerente e Canoeiros, porquanto suposto que os insultos por eles praticados tenham origem no rancor que conservam pelos maus tratos experimentados e partidos de alguns comandantes das aldeias, não resta, presentemente, outro partido, senão intimidá-los e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam (DE PAULA, 2007, p. 182).

A política de encarceramento construiu cerca de treze presídios só na Província de Goiás, sendo que um destes, foi construído especialmente para abrigar os grupos Xavante e Xerente. Segundo Ravagnani (1989) o presídio militar de Santa Maria do Araguaia tinha por objetivo isolar esses grupos da crescente colonização e da navegação que estava acontecendo na região do rio Araguaia.

O presídio de Santa Maria do Araguaia representou um momento emblemático na história de alguns povos que habitavam o Brasil central, em especial para os Xavante, pois,

além de não terem se submetido ao cárcere, como forma de resistência se juntaram a Xerentes e Carajás formando uma coligação de nações indígenas que teve por objetivo atacar o presídio. Segundo Alencastre (1979) ao final da empreitada, no ano de 1813, o presídio de Santa Maria do Araguaia foi destruído, selando assim o destino desses povos que, diante de tal insulto, não mais poderiam habitar as terras do “bico do papagaio”²⁴.

Os anos que se seguiram a esse episódio foram de intensa perseguição e conflitos forçando as etnias coligadas a se dispersarem à procura de novas terras que não estivessem sob a influência colonial. Segundo Gomide (2008) nesse período surgiram diversos relatos sobre a dispersão Xavante pelo Norte de Goiás, numa tentativa de isolamento que invariavelmente fracassou diante da cobiça de colonos que se instalaram nessa porção do território.

A impossibilidade de permanecer em seus territórios ancestrais colocou, portanto, Xavantes e Xerentes em marcha à procura de novas terras sertão adentro, fazendo com que eles atravessassem o rio Araguaia em direção ao Oeste. A respeito disso, De Paula (2007, p. 225) dá o seguinte depoimento

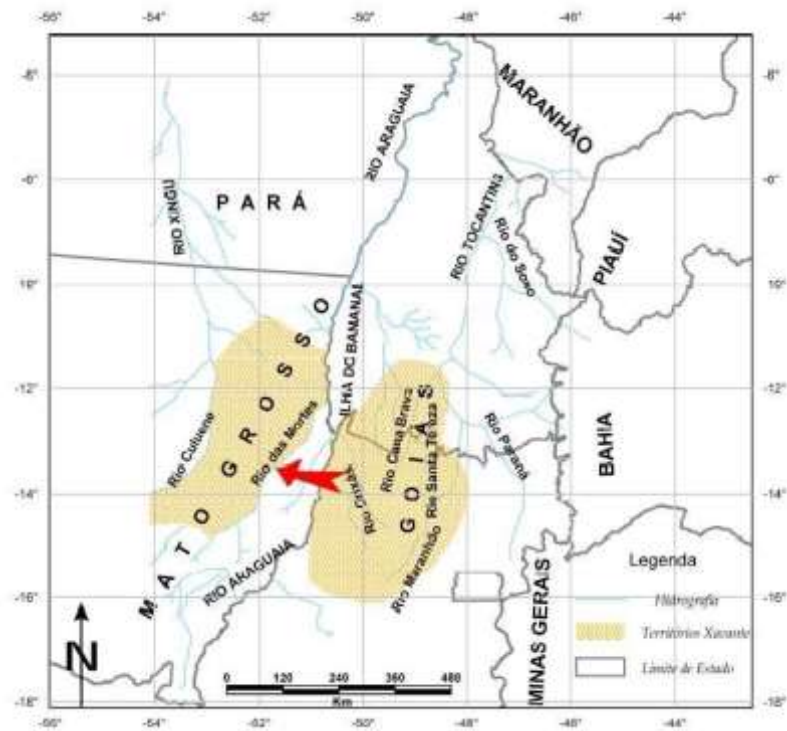
Segundo os relatos nativos coletados pelos missionários salesianos na fuga das terras goianas, grupos locais xavantes fundaram a aldeia de *Dunári* ainda na margem Leste do rio Araguaia (denominado pelos Xavante como “Oprè”) Mas os brancos voltaram a incomodá-los e eles atravessaram e fundaram uma aldeia da qual não lembram o nome, para, em seguida, atravessarem o rio Cristalino e fundarem a aldeia Maratò’bre.

Assim, entre 1850 e 1890, realizam-se gradualmente os grandes movimentos migratórios da etnia Xavante em direção às terras que atualmente abrigam o estado do Mato Grosso²⁵. Os mapas a seguir ilustram as prováveis direções tomadas pelos diferentes grupos Xavante nesse movimento que, em finais do século XIX, iniciaram sua busca por “redenção” em terras matogrossense atravessando primeiramente o rio Araguaia (ou *Öprè*), posteriormente o rio Cristalino para, enfim, realizar a travessia do rio das Mortes (ou *Owawe*).

²⁴ Área da confluência entre os rios Araguaia e Tocantins.

²⁵ Esse período da história Xavante está envolto por uma série de histórias que ora possuem um caráter estritamente mítico, como é o caso do *pedzayü* (história do boto) e ora possuem um grande valor historiográfico, o que faz, de uma forma ou de outra, com que esse seja um período muito importante para os Xavante. Para uma maior riqueza de detalhes sobre a história mítica Xavante ou sobre a construção do território e territorialidade Xavante no Mato Grosso ver, por exemplo, Maybury-Lewis (1984) ou Giaccaria & Heide (1972).

Figura 8 - Migração Xavante para além do Rio Araguaia (ou Öprè)



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2016.

O primeiro mapa de autoria de Giaccaria & Heide (*apud* Gomide, 2008, p. 170) procura apresentar um panorama geral desse movimento indicando a criação de uma nova região de influência Xavante, enquanto o segundo mapa idealizado pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) (*apud* DE PAULA, 2008) ilustra as prováveis direções tomadas pelos diferentes grupos Xavante no interior dessa região e de maneira mais detalhada aponta a descontinuidade desses novos núcleos de ocupação²⁶.

²⁶ A não contiguidade desses núcleos, segundo autores como Giaccaria & Heide (*op.cit.*), teria se processado através de duas tendências: a primeira é a de que teria havido conflitos internos entre os diferentes clãs que realizavam o movimento migratório. A segunda se refere a ocupação dos novos territórios que obedeceria ao caráter seminômade da territorialidade Xavante.

Figura 9 - Direções tomadas pelos vários grupos xavantes durante sua migração no século XIX



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2016.

Daí em diante ocorreu uma série de deslocamentos e transformações socioespaciais na sociedade Xavante que culminou no estabelecimento de três regiões distintas de ocupação na margem Oeste do Rio Araguaia, entre os rios Cristalino e das Mortes. Esse processo de (re)territorialização no Leste mato-grossense, por sua vez, durou até o primeiro quartel do século XX quando aconteceu – forçosamente – o restabelecimento do contato com a sociedade nacional.

Os métodos e os “personagens” utilizados na retomada dos contatos no início do século XX foram os mais diversos e, apesar de na essência todos apresentarem o mesmo propósito – o de se apropriar das terras Xavantes – foram muitos os objetivos buscados. A começar por uma dupla de padres salesianos Fuchs e Sacelloti, que na tentativa de catequizar e converter os Xavante são mortos próximo ao rio das Mortes em 1934 (DE PAULA, 2007).

Outro fato importante foi a criação de novas “Bandeiras” em São Paulo, aos moldes dos séculos XVII e XVIII, que tinham por objetivo devassar o vale do rio das Mortes em busca de ouro e diamante. Essas expedições, segundo Ravagnani (1989) foram, inclusive, os primeiros relatos oficiais do recontato “pacífico” com os Xavante.

As Bandeiras “Piratininga” e “Anhanguera” circularam pelo vale do rio das Mortes entre 1935 e 1938, período em que contraditoriamente surgiram relatos de ataques violentos e impiedosos contra os Xavante. Apesar disso, Luís Sabóia Ribeiro (*apud* DE PAULA, 2007,

p. 193 e 194) relembra um desses episódios transcrevendo relatos de expedicionários que integraram a Bandeira Anhanguera:

Iam bem armados. Acampam aqui e ali; seguem sempre avante; vadeiam o rio das Mortes e não se cansam da procura que demora semanas e semanas. Guiados pelo faro sertanejo sabem que vão certos ao fim desejado, o que conseguem depois duma penetração de mais de trezentos quilômetros. Finalmente divisam com a aldeia que seria a recompensa prometida. Situava-se num vale circundado por pequenos morros e esta localização vinha a molde de oferecer condições estratégicas para que a desforra fosse integral. Contaram uma por uma as cento e vinte palhoças e calcularam em mil o número de habitantes. Os atacantes distribuíram-se em volta e, como fosse ao cair da tarde, aguardam a alvorada seguinte para a arremetida vingadora. Lá em baixo os selvagens dormiam tranquilamente não se sabendo ao alcance da surpresa e do fuzil dos civilizados... Mal despontando o Sol, das tendas de palhas surgiram os gê, alguns para saírem do aldeamento, ao lado das mulheres acoradas no preparativo da refeição matinal. A deixa foi dada. Ecoou o primeiro, o segundo tiro e centenas de tiros partiram do círculo agressor que não se cansava de descarregar as automáticas. Os expedicionários relataram que aos primeiros tiros uma xavante ferida gritou: Civilizados! Civilizados! Tiros de misericórdia fizeram cessar os gemidos moribundos, tendo o incêndio completado o vandalismo.

Depois disso, seguiram-se vários contatos ora realizados por órgãos ou representantes do Estado, como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ora por organizações civis representadas principalmente por missões religiosas, sendo que nenhuma das tentativas de contato subsequentes ao massacre houveram escaramuças que tenham sido tão cruéis.

Ainda assim, mortes e assassinatos continuaram acontecendo para ambos os lados²⁷, até que em 1946 uma equipe de indigenistas e sertanistas do SPI liderada por Francisco Meirelles conseguiu estabelecer um contato pacífico com um dos grupos Xavante na banda Oeste do rio das Mortes. Esse grupo atraído pelo SPI e liderado pelo chefe guerreiro Apowe transfere sua aldeia para a banda Leste do rio, e a instala próxima ao Posto Indígena São Domingos (GIACCARIA & HEIDE, 1972; MAYBURY-LEWIS, 1984; RAVAGNANI, 1989; PAULA, 2007; GOMIDE, 2008).

Apesar da aceitação desse contato ter se restringido a apenas um grupo, a notícia de que a pacificação dos Xavante enfim havia sido realizada correu rapidamente os veículos de comunicação oficiais, fazendo com que os entusiastas da “Marcha para o Oeste” alimentassem

²⁷ Um exemplo disso é o caso de uma equipe de agentes do SPI chefiada por Genésio Pimentel Barbosa que foi morta próximo ao rio das Mortes por um grupo de Xavantes quando tentavam atraí-los e condicioná-los (GIACCARIA & HEIDE, 1972; MAYBURY-LEWIS, 1984; RAVAGNANI, 1989; PAULA, 2007; GOMIDE, 2008).

sua cobiça pelas “novas” terras. E essa ganancia não tardou a se materializar quando no já no início da década de 1950 as terras Xavante começam a ser ocupadas, mesmo com a promessa do Governo Estadual em criar reservas.

A continuidade desses contatos pacíficos, porém, ficou condicionada à promessa de criação dessas reservas pelo Governo Estadual do Mato Grosso. Segundo Maybury-Lewis (1984) e Sbaderllo (1996), o Governo Estadual garantiu aos Xavante um título temporário (1950) que expiraria num prazo de dois anos, período em que o SPI deveria inspecionar uma grande área na margem esquerda do rio das Mortes e estabelecer os limites das reservas, porém antes mesmo da expiração do prazo as terras já estavam sendo retalhadas e vendidas pelo próprio Governo Estadual, assim após dois anos a margem esquerda do rio das Mortes estava praticamente toda loteada.

O surgimento das reservas, nesse contexto, simboliza um marco divisório importante na formação econômica e social dos Xavante, quando elas são, ao mesmo tempo, a marca da expropriação territorial e o traço mais marcante do condicionamento imposto pelas necessidades do capital. Conhecer o processo histórico de implantação dessas reservas é, portanto, uma etapa importante na compreensão da paisagem Xavante atual.

A Terra Indígena São Marcos, recorte espacial principal dessa dissertação, apesar de suas especificidades, tem seu desenvolvimento totalmente inserido nessa mudança paradigmática de sujeição ao modo de produção capitalista, atendendo por isso a um mecanismo único de reestruturação espacial. Ainda assim, esmiuçar o processo de criação dessa reserva em especial é um esforço necessário para justificar a opção por essa área.

Os episódios mais marcantes derivados desse processo de condicionamento e expropriação dos territórios Xavante aconteceram durante o período de surgimento das TIs e muitos deles estiveram ligados justamente ao surgimento da TI São Marcos. Entre 1956 e 1957 populações das aldeias Xavante Parabubu e Wedetede, fugindo de perseguições de colonos e fazendeiros, buscaram asilo nas missões Salesianas²⁸ de Sangradouro e Meruri, que já

²⁸ A atuação da Igreja Católica junto aos povos indígenas de um modo geral tem se modificado ao longo dos anos, pois, apesar de ainda manter uma postura assistencialista e tutelar em alguns casos, ela tem participado ativamente nas lutas pelos direitos indígenas, principalmente através de organizações como o Comitê Indígena Missionário (CIMI) e suas Congregações, entre elas a Salesiana. Porém, durante o processo de surgimento das TIs Xavante no Leste matogrossense, a atuação da Congregação Salesiana junto aos Xavante claramente serviu aos propósitos da política de redução desse grupo, pois a sua proteção em relação às perseguições e conflitos sofridos

abrigavam indígenas da etnia Xavante e Bororo. Essa migração, porém, significou a morte para grande parte dessa horda, principalmente através de doenças como o sarampo.

Posteriormente outros casos de perseguição foram deflagrados fazendo com que mais grupos Xavante procurassem abrigo nas missões, o que acabou levando num determinado momento os salesianos optarem pela criação de uma nova missão, anexa à Meruri dedicadas exclusivamente aos Xavantes. Assim nasce a missão São Marcos (GIACCARIA & HEIDE, 1972).

Um caso semelhante de conflito fez com que novos grupos chegassem a missão São Marcos uma década mais tarde, quando em 1966 cerca de 260 Xavantes da aldeia Maraiwatsedé foram transferidos para lá, a fim de desocupar terras "pertencentes" a fazenda Suiá-Missú. Porém, mais uma vez, mais da metade desse grupo pereceu em poucos dias em decorrência de outra epidemia de sarampo (GIACCARIA & HEIDE, 1972; MAYBURY-LEWIS, 1984; RAVAGNANI, 1989; DE PAULA, 2007; GOMIDE, 2008).

Por todo o final da década de 60 aumentou a tensão entre Xavantes e fazendeiros, o que fez com que o Governo Federal se obrigasse a prometer a criação de uma série de reservas para garantir a integridade desse povo. Tais promessas, porém, mais uma vez mostraram-se vazias (DAVIS, 1978).

Alguns líderes Xavante no período, cansados de esperar e pressionados pelo expressivo aumento da atividade pecuária e minerária no município de Barra do Garças, partiram para ações mais ofensivas queimando casas e matando gado, o que levou o Governo, em 1972, a instituir um estado de emergência na região.

Na tentativa de organizar a situação fundiária da região, em setembro do mesmo ano, o governo Militar decide decretar inicialmente a criação de duas Terras Indígenas reservadas aos Xavante, as TI's Sangradouro e São Marcos e, cinco dias depois, mais três reservas – Areões, Pimentel Barbosa e Couto Magalhães – que, apesar de simbolizarem uma tentativa de mitigação

pelos indígenas esteve condicionada a um rígido sistema de internato, no qual a conduta deveria obedecer a preceitos cristãos e os costumes tradicionais abandonados.

A atuação Salesiana no período sob uma ideologia evolucionista desestimulava qualquer luta pela manutenção dos territórios ancestrais ou pela propagação de seus costumes, o que enfraqueceu a coesão Xavante e atenuou sua resistência (GIACCARIA & HEIDE, 1972).

dos conflitos fundiários, na prática, não conseguiram atenuar esses conflitos que se estenderam duramente por toda a década de 1970.

O território criado pelo capitalismo, portanto, é um lugar de contradição e tensão, que se comporta como um cenário permanente de disputas por poder e, inevitavelmente, produz inúmeros conflitos, sejam eles reais ou ideológicos. Assim, a criação das reservas representa necessidades momentâneas do capitalismo, não dos índios aldeados.

O caráter permanente das disputas, sustentado pela contradição e necessidades de renovação das atividades capitalistas, torna as reservas símbolos efêmeros de manutenção cultural à medida que seus limites e recursos são permanentemente alvo de questionamentos e, conseqüentemente, razão de conflitos.

À despeito disso Harvey (2005, p. 53) faz a seguinte observação:

Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação...

Assim, caminha-se para o segundo momento relevante à compreensão da formação econômica e social Xavante, no qual o modo de produção capitalista ao transmutar-se, revela novas demandas sobre essas áreas de reserva de mão de obra e recursos.

1.2. AS TERRAS INDÍGENAS (TI) E AS NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO (SÉCULO XX)

As Terras Indígenas (TI), sob a ótica capitalista são reservas de recursos e mão de obra, que foram criadas segundo as próprias necessidades do capital no tempo e no espaço. A prova da “transitoriedade” desse marco físico são os frequentes assédios aos seus limites e recursos. Seja *in loco* ou no Congresso Nacional, os questionamentos sobre a “validade” dessas fronteiras são ininterruptos e sistemáticos, pois se essa é uma construção capitalista ela, contraditoriamente, possui uma vida útil e, por isso deve ser desconstruída.

Os mecanismos capitalistas de construção e desconstrução de espaços apropriados representam

... uma máquina impessoal sem alma e, de ora em diante, sem mestre, que colocou a humanidade a seu serviço. Emancipada de qualquer interferência humana que queira contê-la, a máquina enlouquecida prossegue em sua obra de desenraizamento planetário. Arrancando os homens de seu chão, mesmo nos confins mais remotos do globo, a máquina os atira no deserto das zonas urbanizadas sem integrá-los, porém, à industrialização, à burocratização e à tecnificação ilimitadas que ela impulsiona (LATOUCHE, 1994, p. 13).

A recusa ao contato com a sociedade nacional e a procura por novas terras levaram os Xavante, depois de um longo percurso, a se instalarem no Leste matogrossense. O isolamento almejado se mostrou frágil e breve, pois os novos contatos não tardaram a acontecer e dessa vez, as mudanças provocadas no modo de vida ancestral xavante foram profundas e permanentes.

As tentativas de “civilizar” os Xavante durante o século XX decorreram das necessidades de inserção de novas áreas no sistema econômico nacional e da criação de uma reserva de mão de obra que seria necessária à realização de um projeto maior de desenvolvimento idealizado inicialmente na aurora da República, posto em prática durante o Estado Novo com Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940 e mais intensamente durante a Ditadura Militar após o Golpe de 1964²⁹ (DAVIS, 1978; MORAES, 2005).

Ainda que as novas medidas aparentemente repitam ações e aspirações do passado, como a de permitir o livre acesso às terras com grande potencial econômico através da utilização direta ou indireta da mão de obra indígena, elas apresentam um novo caráter quando não se prestam apenas à realização de uma acumulação primitiva de capital de base colonialista, mas ao invés disso procuram viabilizar a expansão do capital num outro sistema, o de base capitalista³⁰. Para Harvey (2005, p. 54):

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir investimentos para abrir espaço novo para a acumulação.

²⁹ Davis (1978, p. 45) em seu livro ilustra as aspirações desenvolvimentistas de Getúlio Vargas quando reproduz o seguinte fragmento de um de seus discursos sobre a importância da colonização das terras interiores: “Nada nos deterá neste movimento que é, no século XX, a maior tarefa do homem civilizador: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e extraordinária fertilidade em energia disciplinada...”

³⁰ Martins (1982, p. 55) ajuda a explicar o novo caráter de apropriação da terra quando afirma que “... a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo (...) o capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza.”

Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente

As novas formas de apropriação do espaço nessa perspectiva, segundo Martins (1982), modificam as relações sociais e estabelecem diferentes usos da terra sob os quais a terra assume um caráter de mediadora na produção do lucro, tornando-se terra de negócio, conflitando diretamente com a concepção de terra de subsistência apregoada pelas populações indígenas.

A retomada dos contatos com a nação xavante durante a primeira metade do século XX, sob tais dinâmicas, ocorreu, portanto, sob a égide da expansão do capital num contexto em que era creditado ao Estado a responsabilidade de criar as condições necessárias para a integração de novas áreas à economia. Dentro desse contexto é que na década de 1940 Getúlio Vargas idealizou um modelo de ocupação territorial “desenvolvimentista multipolarizado” no qual o Estado não só proveria condições para a colonização, mas de maneira integrada e simultânea estimularia a realização de atividades econômicas em todas as regiões do país, em especial no Brasil Central e na Amazônia.

As “novas frentes de expansão” de caráter multipolarizado propostas por Vargas estariam representadas através da *pecuária, agricultura, mineração e obras de infraestrutura (rodovias, pistas de pousos, hidrovias e hidrelétricas)*. Para a realização dessas medidas o Estado Novo estabeleceu convênios internacionais de cooperação financeira e tecnológica (em especial com os EUA) para a criação de instituições pretensamente modernas que, através de seu *know how* técnico, pudessem viabilizar a colonização e gestão das áreas interiores. É nesse contexto que nasce, em 1943, por exemplo, a Fundação Brasil Central (F.B.C.), que inicialmente foi resultado de uma parceria para o desenvolvimento da aviação brasileira³¹, mas que rapidamente tornou-se um importante “braço” dessa política de colonização e foi uma das grandes responsáveis pela ocupação dos territórios Xavante.

³¹ Esse convênio, segundo Davis (1978), consistiu na transferência de tecnologia e capacitação humana, permitindo a construção de pistas de pouso e o rápido desbravamento da porção central do Brasil (Goiás e Mato Grosso). Por isso, o autor afirma que a F.B.C. passa a desempenhar outras funções como a estimular e fomentar a ocupação e realização de atividades econômicas nas áreas desbravadas, como é o caso da fundação da Vila de Xavantina nas margens do rio das Mortes, que foi realizada por um dos braços avançados da Fundação, a Expedição Roncador-Xingu (ERX) durante a década de 1940.

A agropecuária e a extração mineral, segundo Vargas, seriam as principais atividades econômicas na inserção dessas novas áreas no sistema econômico nacional, pois, além de vetorizarem os caminhos para as “novas” áreas, elas representariam uma etapa fundamental no processo de industrialização do país, sendo responsáveis pelo fornecimento das matérias-primas necessárias ao desenvolvimento da agroindústria e das indústrias de base³².

Assim, tem início uma nova “Marcha para o Oeste” que em frentes de expansão distintas, criou novas demandas econômicas, justificou os acordos de cooperação técnica, facilitou a entrada de novos capitais estrangeiros e, acima de tudo, permitiu em pouco tempo a ocupação das terras xavantes. Apesar do desenvolvimento dessas frentes acontecer de maneira paralela, os resultados dessas ações produziram mudanças socioambientais simultâneas que acabaram por potencializar os efeitos dessa expansão sobre os territórios das populações indígenas.

As primeiras evidências desse processo, como afirmado anteriormente, foram os loteamentos e vendas de porções do território xavante a empreendedores privados – principalmente paulistas – para a implantação de fazendas de gado bovino realizados pelo Governo do Mato Grosso logo após a “aceitação” dos novos contatos nas décadas de 1940 e 1950.

A pecuária se mostrou uma eficiente atividade colonizadora nesse e em períodos posteriores, pois em pouco tempo devastou extensas áreas de mata nativa, gerou sérios conflitos agrários e dizimou uma parcela importante do povo Xavante, através de embates diretos ou através de doenças. Os conflitos deflagrados no período agravaram-se com a ascensão dos militares ao poder em 1964, pois para estes, o Brasil não podia mais esperar, a “integração” e o crescimento econômico eram necessários e deveriam ser alcançados a qualquer preço, mesmo que o custo disso fosse degradação dos povos nativos e seus *habitats*.

O governo militar reformulou o projeto de desenvolvimento orientado para o crescimento interno, promovendo e diversificando a exportação de produtos industrializados e agrícolas. Por meio de incentivos fiscais, crédito restrito e arrochos salariais, bem como da infusão de capital externo por meio de empréstimos oficiais e privados e de investimento direto, além do

³² Para Getúlio Vargas o desenvolvimento econômico do país estava intimamente ligado à multipolarização territorial da economia que, por sua vez, só seria possível através do espraiamento das atividades econômicas pelo território, coordenadas pela demanda do setor industrial (DAVIS, 1978).

investimento estatal em infraestrutura, os militares visaram estimular a acumulação de capitais (GARFIELD, 2011, p. 210)

Davis (1978) complementa afirmando que:

Nesse período um novo modelo da política indigenista foi institucionalizado no Brasil. Seus principais objetivos eram: integrar os índios o mais rápido possível à economia de mercado em expansão e à estrutura de classes do Brasil; e garantir que os índios não ofereciam obstáculos à ocupação e colonização da Amazônia (DAVIS, 1978, p. 88).

A Amazônia nesse contexto seria o grande obstáculo à política integracionista proposta pelos militares e, por isso mesmo, foi a Região brasileira em que se concentraram os principais programas para o crescimento econômico. O desafio que não pôde ser vencido por Getúlio Vargas, deveria ser retomado e, através de novas tecnologias, ser transposto pelos militares.

A retomada desse desafio, porém, reavivou um antigo dilema já vivenciado por governos anteriores relacionado aos possíveis modelos de ocupação da Amazônia. Na primeira metade da década de 1970, segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2012), os diferentes modelos de colonização opõem-se através de dois paradigmas distintos.

De um lado, o *paradigma da questão agrária*, que tem na autonomia camponesa a perspectiva de construção de uma outra sociedade que atenua os problemas estruturais do capitalismo e de outro, o *paradigma do capitalismo agrário* que toma as desigualdades como problemas conjunturais que podem ser superados através da inserção da sociedade como um todo no mercado capitalista.

Para compreender esses paradigmas, segundo esses autores, é necessário compreender que:

Os paradigmas representam visões de mundo que contém interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões sociais [...]

Os paradigmas são construídos com conjuntos constituintes que contribuem para apresentar uma visão sobre os processos de mudanças da realidade [...]

Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012, p. 45).

Nesse contexto, segundo Oliveira (2005), o Estado optou por uma lógica capitalista de ocupação do território amazônico durante a década de 1970, regida através da apropriação privada dos espaços e seus recursos. Ainda segundo o autor, os governos militares acreditavam

que os problemas sociais de fato eram conjunturais e que poderiam ser atenuados com desenvolvimento regional realizado através da expansão das atividades econômicas.

A forma capitalista de ocupação do território e de desenvolvimento regional adotada pelos governos militares se iniciou através da reestruturação dos órgãos de planejamento regional, como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que foi o principal órgão na viabilização de projetos agropecuários em latifúndios e de grandes áreas mineradoras, realizados por capitais privados estrangeiros ou nacionais, contando com grandes incentivos fiscais e tributários.

Davis (1978, p. 142) ilustra esse contexto e a inclinação dos militares pelo modelo agrário capitalista através do seguinte relato:

No início de 1974, começaram a aparecer os primeiros indícios que esse modelo se tornaria o padrão básico (...) Em setembro de 1974 o governo tornava ainda mais clara sua posição quanto à questão vital da política agrária para a Amazônia (...) o Governo criaria um novo projeto, chamado Polamazônia, para designar 15 “pólos de desenvolvimento” na Amazônia, de modo a estimular uma série de novos empreendimentos de pecuária, mineração e extração de madeira”.

O modelo de ocupação utilizado no Brasil Central e na Amazônia durante as décadas de 1960 e 1970, portanto, basearam-se na criação de grandes propriedades agropecuárias e mineradoras, ligadas ao capital industrial agro-mineral exportador, fomentados por programas governamentais através de incentivos fiscais e tributários. Nas palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

Parte-se, portanto, do princípio de que a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia traz consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira. Ou seja, o processo que leva os grandes capitalistas a investir na fronteira obriga a sua abertura aos trabalhadores do campo. Igual, simultânea e contraditoriamente, o processo que abre acesso aos recursos minerais da região aos grupos econômicos abre-se também aos garimpeiros (OLIVEIRA, 2005, pg. 68).

Nessa perspectiva, os principais órgãos de desenvolvimento regional juntamente com o Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), foram os grandes responsáveis pelo aumento exponencial do número de latifúndios agropecuários e de concessões de pesquisa e extração mineral na Região Norte e no Mato Grosso em favor de companhias privadas nacionais e internacionais.

1.2.1. ATIVIDADE MINERARIA NOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E DAS MORTES

Durante os anos companhias estadunidenses e europeias já haviam devassado a região do norte do Mato Grosso e sul Rondônia através de inúmeras prospecções geológicas que acabaram por revelar a presença de variadas e importantes jazidas, como por exemplo as de cassiterita, diamante e ouro. Após essa comprovação as empresas multinacionais procuraram restringir o acesso e monopolizar a exploração dessas jazidas, o que se confirmou com a anuência do Governo Federal que, através do DNPM, começou a impedir o acesso de garimpeiros à região e, simultaneamente, passou a emitir numerosas concessões de lavra para a exploração do mineral.

Para Davis (1978), a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho, entre outras obras de infraestrutura financiadas pela Agência Internacional de Desenvolvimento dos EUA, a US AID, simbolizaram novos e claros indícios da verdadeira natureza dos interesses internacionais nessa área, não se limitando obviamente a convênios técnico-científicos ou empréstimos monetários.

As primeiras concessões de pesquisa e lavra pelo DNPM nos vales do Araguaia e do rio das Mortes, nesse contexto, não tardaram a acontecer, assim como o assédio às Terras Indígenas, quando a maioria dos processos de autorização de pesquisa se concentraram nos arredores das Reservas.

Houve uma tentativa nessa pesquisa de se mapear a distribuição dos processos minerários referentes a esse período na bacia do rio das Mortes, porém hoje há uma dificuldade em se rastrear os processos minerários que já foram encerrados ou entraram em caráter de disponibilidade³³, pois esses processos fatalmente sofreram modificações ao longo do tempo.

³³ Um processo minerário pode entrar em “disponibilidade” ou ser “encerrado” por várias razões. Caso o solicitante da concessão não apresente os pré-requisitos necessários ele pode perder a prioridade no projeto de extração da área solicitada, que entra em disponibilidade e pode ser requerida por qualquer outra pessoa jurídica que atenda aos requisitos. Porém, quando alguém assume essa área o processo muda de número e assume o período da nova solicitação, e caso isso se repita por várias vezes fica muito difícil rastrear as solicitações anteriores.

Por outro lado, se ninguém se interessar pela área “disponível”, ou a área não apresentar viabilidade econômica ou sequer o mineral esperado, esse processo minerário poderá ser encerrado e, se for reaberto anos depois, o novo registro assumirá nova numeração e o processo anterior dificilmente será rastreado.

De qualquer forma, a distribuição atual dos processos é um bom indicativo de qual tipo de pressão a atividade minerária exerceu e continua exercendo sobre as terras Xavante.

Atualmente os projetos minerários nas bacias do Araguaia e do rio das Mortes, estão fortemente concentrados nas adjacências das TI's Xavantes, em especial no entorno das TI's São Marcos e Marechal Rondon, onde a maioria das solicitações possuem a áreas superiores a 8.000ha (com algumas chegando a 10.000ha) e estão registradas em nome de um pequeno grupo de empresas, como apresentado numa tabela simplificada e nos mapas a seguir.

Tabela 1 - Processos minerários na sub-bacia do rio das Mortes com área superior a 8.000 ha

Processo	Número	Ano	Área em hectares	Fase do Processo	Nome do Requerente	Substância	Uso	UF
866662/2009	866662	2009	8470	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866201/2011	866201	2011	9989	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866172/2011	866172	2011	9300	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866193/2011	866193	2011	9980	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866176/2011	866176	2011	9993	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866215/2011	866215	2011	8695	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866266/2011	866266	2011	9013	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866192/2011	866192	2011	9980	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866181/2011	866181	2011	9999	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866182/2011	866182	2011	9825	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866184/2011	866184	2011	9212	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866170/2011	866170	2011	9983	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866195/2011	866195	2011	9985	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866204/2011	866204	2011	9994	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866199/2011	866199	2011	9989	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866185/2011	866185	2011	9766	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866202/2011	866202	2011	9994	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866179/2011	866179	2011	9828	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866188/2011	866188	2011	9975	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866189/2011	866189	2011	9975	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT
866180/2011	866180	2011	9997	Autorização de Pesquisa	Adher Empreendimentos Ltda.	Minério de Ferro	Industrial	MT

Fonte: Sigmine / DNPM, 2016

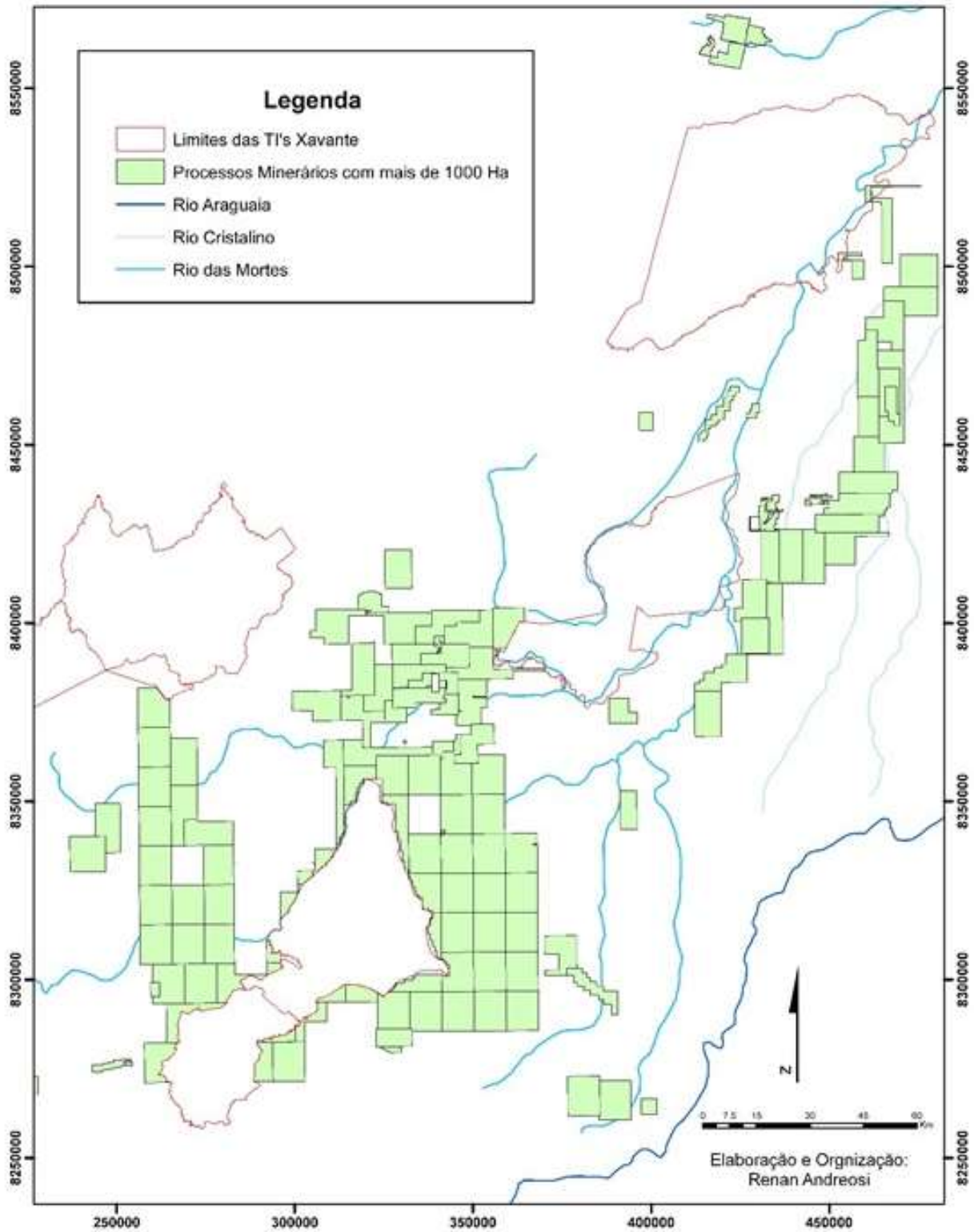
A monopolização dos requerimentos minerários nessa área e a proximidade destes com os limites das TI's são reflexos das políticas integracionistas implantadas pelos governos militares e, ao mesmo tempo, evidenciam as contínuas tentativas de expansão do capital sobre as Terras Indígenas realizadas através da ação e presença de grandes empresas mineradoras privadas na bacia.

A maioria dos processos minerários localizados nas imediações das TI's Xavantes encontra-se atualmente em fase preliminar – como a de autorização de pesquisa – o que permite a projeção de alguns cenários. O primeiro é que o início das atividades minerárias na região, mesmo não sendo iminente, devido à complexidade variável de cada processo, é latente, diante da capacidade econômica e influência política que as grandes empresas mineradoras possuem no atual cenário político-econômico.

O segundo cenário, sendo um desdobramento do primeiro, se estabelece na possibilidade dessas solicitações serem deferidas simultaneamente ou em intervalos curtos de tempo, já que há um monopólio nas solicitações, o que invariavelmente provocaria um aumento brusco da presença de não-indígenas no entorno das TI's.

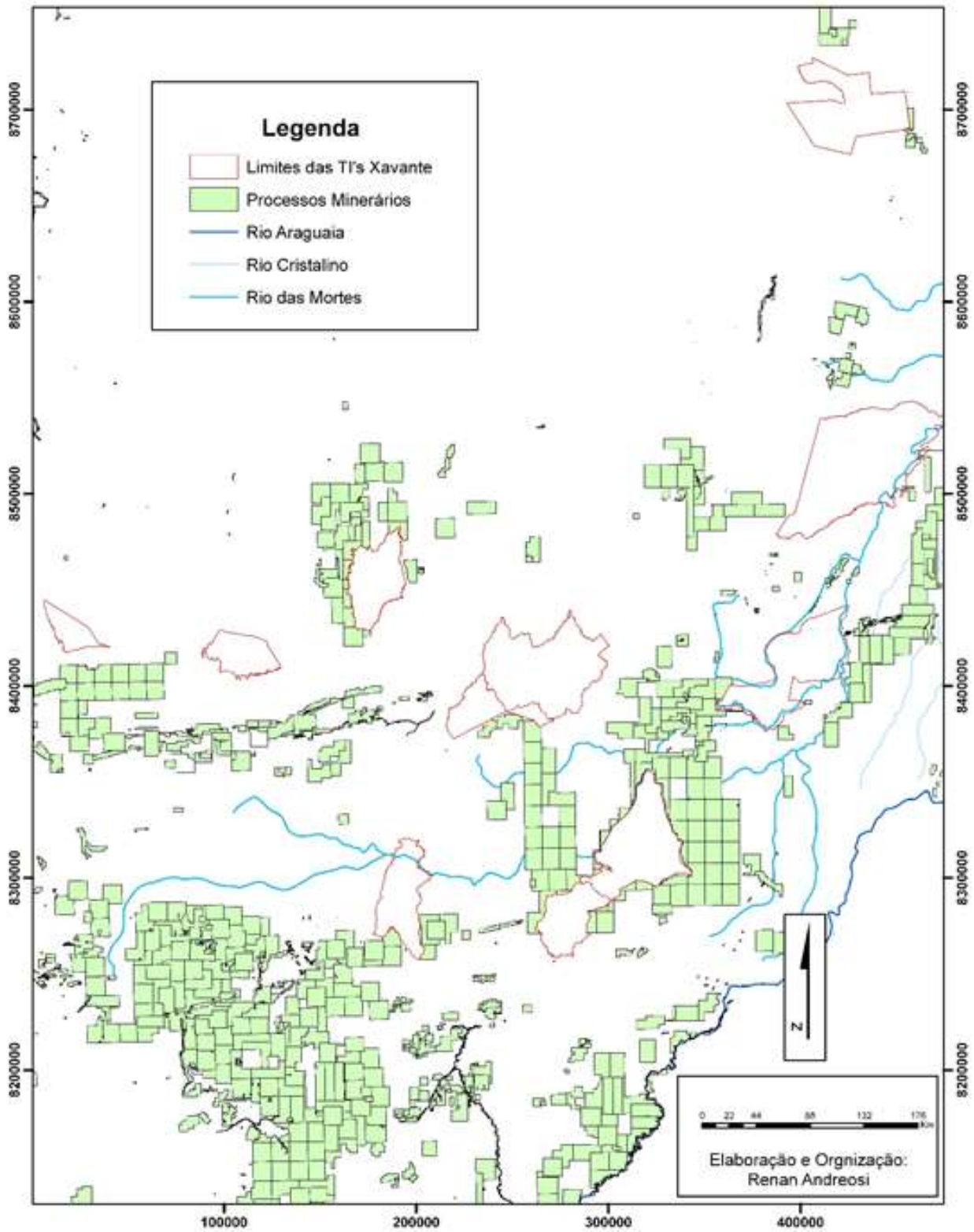
O contexto político e econômico atual difere em vários aspectos daquele produzido durante os governos militares, o que inexoravelmente interfere na atuação das empresas privadas nos dias atuais. Porém os resultados da inserção forçada de novas áreas e povos na economia a serviço do capital, em essência, produz resultados semelhantes aos ocorridos no passado: conflitos, doenças, estupros, mortes e perdas socioculturais entre os povos indígenas.

Figura 10 - Distribuição atual dos processos minerários na sub-bacia do rio das Mortes



Fonte: Sigmine / DNPM, 2016.

Figura 11 - Distribuição atual dos processos minerários na bacia do rio Araguaia



Fonte: Sigmine / DNPM, 2016.

1.2.2. ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

A atividade pecuária foi sem dúvidas a maior responsável pelo avanço das frentes de expansão econômica no Brasil Central e na Amazônia entre as décadas de 1960 e 1970, pois se mostrou uma atividade muito eficiente tanto na remoção da cobertura vegetal como na sua própria adaptação aos biomas cerrado e amazônico. Além disso, a atividade pecuária apresentou elevada produtividade num curto espaço de tempo gerando grande acúmulo de capital e estimulando sinergicamente atividades comerciais e demandando criação de infraestrutura em regiões que antes apresentavam incipientes índices econômicos e demográficos.

A região de Barra do Garças e Luciara no Leste matogrossense são bons exemplos de regiões onde ocorreram esses avanços quando, entre 1966 e 1970, a região recebeu 66 projetos agroindustriais aprovados pela SUDAM, autorizando a criação de latifúndios com áreas que variaram entre 20.000ha e, impressionantes, 695.843ha da Fazenda Suiá-Missú (o que equivale a 6958,43Km²). Essa situação, inclusive, se amplia a partir de 1974 quando Barra do Garças se torna um dos 15 pólos de desenvolvimento propostos no programa Polamazônia (DAVIS, 1978).

Tabela 2 – Projetos Agroindustriais instalados no Vale do Rio Araguaia durante as décadas de 1960 e 1970.

Nome da Fazenda	Área em hectares	Área em Km ²	Incentivos Fiscais -Cr\$	Incentivos Fiscais -R\$
Agropecuária Suiá-Missu	695.843	6.958,43	7.878.000	2.864,72
CODEARA (Cia de Desenvolvimento do	129.497	1.294,97	16.066.900	5.842,50
SAPEVA (Sociedade Agropecuária do	72.567	725,67	6.208.680	2.257,70
Agropecuária Campo Verde	64.819	648,19	6.565.120	2.387,31
COREBRASA (Colonizacão e	52.272	522,72	3.130.000	1.138,18
AGROPASA (agropecuária do Araguaia)	48.165	481,65	7.122.200	2.589,89
Agropecuária Bela Visla	36.125	361,25	4.390.920	1.596,69
Agropecuária Santa Silvia	35.574	355,74	3.028.000	1.101,09
Sociedade Agropecuária Brasil Central	31.110	311,10	3.729.140	1.356,05
Buritizal Agropecuária	30.621	306,21	3.939.630	1.432,59
Tracajá Agropecuária	29.880	298,80	3.798.130	1.381,13
AGROINSA (Agroec. Califórnia Com.e	29.831	298,31	3.142.160	1.142,60
APEME (Agropecuária Alvorada Mato	29.703	297,03	4.332.490	1.575,45
Elagro Pecuária	29.466	294,66	6.459.420	2.348,88
Agropecuária Tapirapé	27.614	276,14	3.109.690	1.130,79
Cia desenvolvimento Agropecuário de	26.824	268,24	2.342.720	851,89
Agropecuária Guanabara	25.800	258,00	4.398.880	1.599,59
Agropecuária Tamakavy	24.999	249,99	5.144.620	1.870,77
COLBRASA (Coloniz. e Representações	24.969	249,69	6.774.830	2.463,57
Agropecuária Roncador	24.251	242,51	5.369.180	1.952,42
Cia Agro-Pastoril Sul da Amazônia	24.200	242,00	4.288.870	1.559,58
Agropecuária Duas Âncoras	23.005	230,05	4.191.570	1.524,20
Tapiraguaia Agrícola e Pecuária	21.923	219,23	2.519.400	916,14
Rancho Santo Antônio	21.780	217,80	4.788.884	1.741,41
Agropecuária São Francisco do Xingu	21.000	210,00	3.921.364	1.425,95
Agropecuária Três Marias	20.000	200,00	3.505.768	1.274,82

Fonte: Adaptado de Davis (1978, p. 145, 146 e 147).

O Polamazônia, paralelamente, impulsiona a construção, extensão e modernização de importantes rodovias federais que acabaram por potencializar os projetos agroindustriais ao oferecer importantes vias de escoamento para a produção. As rodovias BR-364, BR-163, BR-158 e BR-153 particularmente ajudam a dinamizar a produção e o escoamento da carne bovina produzida em todo o Vale do Araguaia matogrossense, fortalecendo e estimulando o crescimento da produção.

Outro projeto que acelerou esse processo econômico de ocupação da região foi o POLOCENTRO, ligado a outra superintendência de desenvolvimento a SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste)³⁴. Criado pelo decreto nº 75.320, de 24 de janeiro de 1975, o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi desenvolvido especialmente para promover a ocupação das áreas de predominância de Cerrados, que previa a incorporação de 3,7 milhões de hectares a agropecuária e atividades florestais.

Os autores Luiz Eduardo Machado e Diego Cedro em seu artigo “Evolução do uso agropecuário no período de 1975 a 2008 no município de Barra do Garças – MT” (2009), dão uma boa noção da evolução da ocupação do município de Barra do Garças atestando o “sucesso” das políticas de ocupação na região. (MACHADO & CEDRO, 2009).

Juntamente a isso as terras ocupadas por esses projetos, supostamente “públicas”, quando de fato comercializadas (e não griladas) foram vendidas a valores irrisórios e passaram a receber generosos incentivos fiscais e vultuosos empréstimos fornecidos por diferentes órgãos de fomento ao crescimento econômico, fazendo com que a expansão da ocupação atingisse níveis extremamente elevados e dinâmicos.

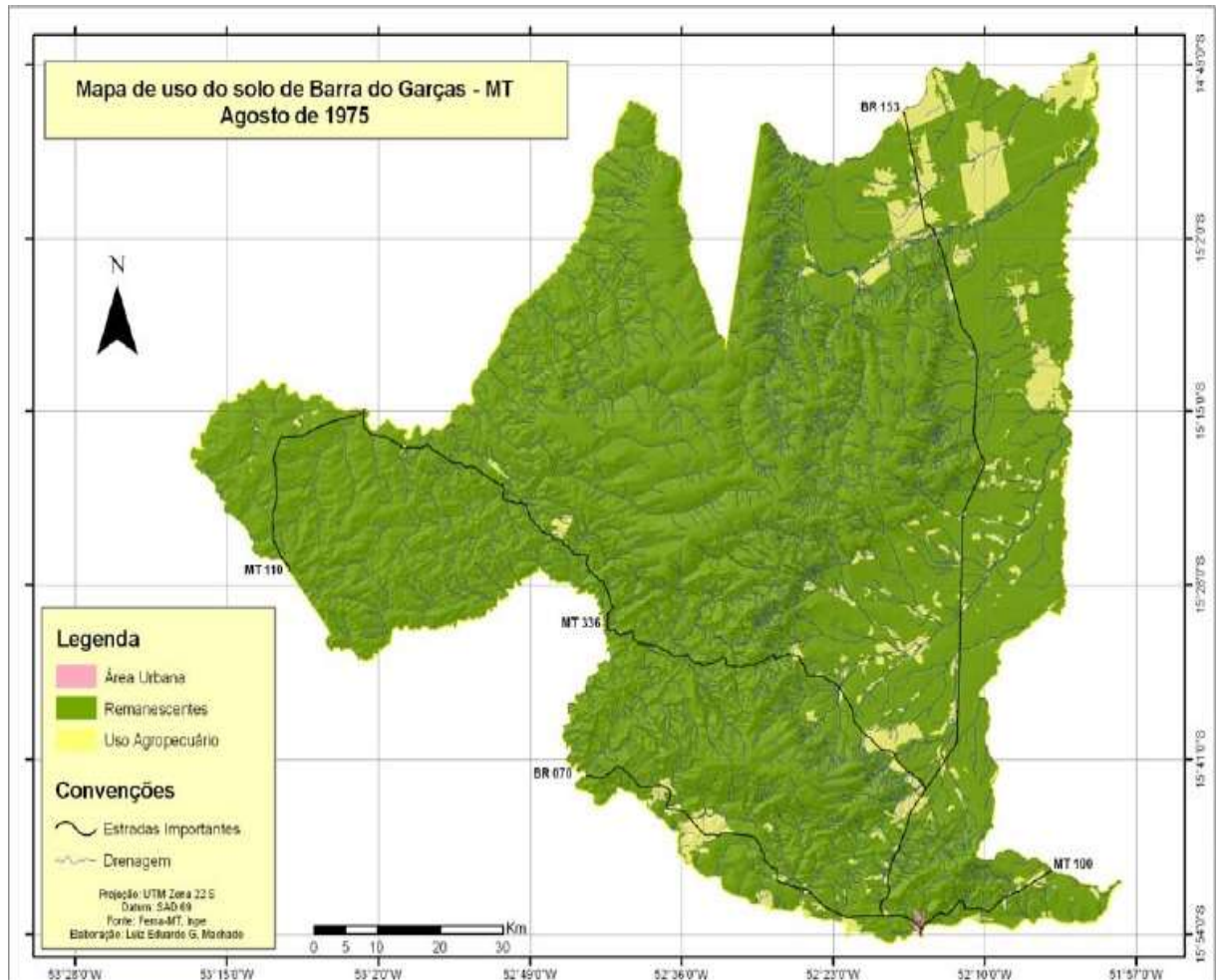
Os investidores, na sua maioria industriários do Sudeste, encontraram, por isso, condições favoráveis a acumulação de capital através de uma produção subsidiada de baixo custo, oferta crescente de mão de obra e infraestrutura e mercado consumidor crescente. No

³⁴ Criada pela Lei nº 5.365 na gestão Costa e Silva, a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) veio substituir a Fundação Brasil Central, atuando mesmo a partir da década de 1970. Essa superintendência, calcada no mesmo ideário desenvolvimentista e nacionalista, atuou no sentido de fortalecer os eixos de penetração na “selva”, voltada para a migração e o escoamento da produção, ligando o Centro Oeste à região Sudeste.

Por meio de estratégias para a agricultura e a colonização, era objetivo a maior racionalização dos recursos e da produção e imprimir-se-ia à agricultura e a pecuária uma visão empresarial, consubstanciada à necessidade de ampliar as relações com as multinacionais através da introdução de novas técnicas e instrumentos de produção, bem como de ampliar os saldos da balança comercial, aumentando a exportação (Abreu, 2001, p. 91).

entanto, tanto os projetos agroindustriais como os de infraestrutura foram planejados sobre terras ancestrais de diversos remanescentes de povos indígenas – entre eles os Xavante, os Karajá, Tapirapé, Boróros, entre outros – e sobre as terras de inúmeras famílias de posseiros que durante décadas já ocupavam a região, o que fatalmente desencadeou sérios conflitos fundiários.

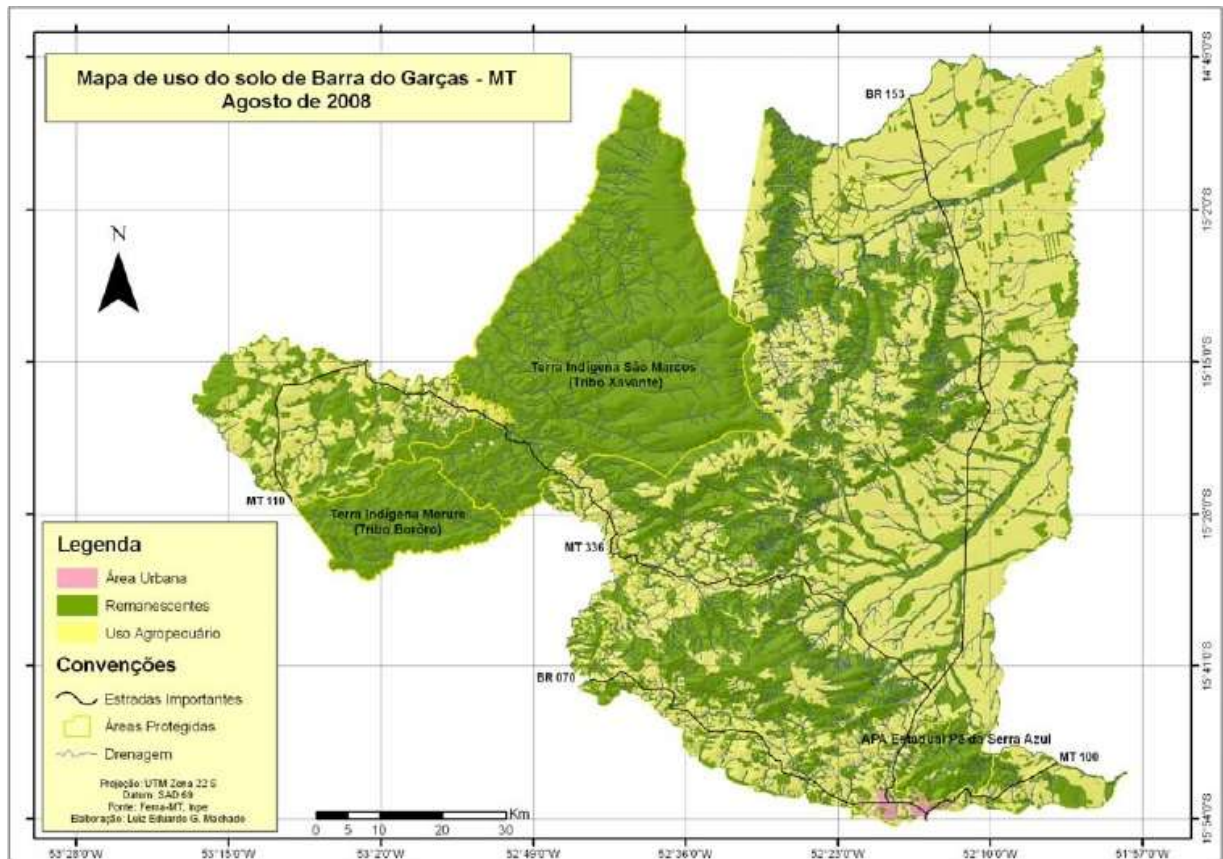
Figura 12 – Mapa de uso do solo em Barra do Garças – MT – agosto de 1975.



Fonte: (MACHADO & CEDRO, 2009).

Davis (1978) cita um relatório elaborado pelo então Bispo de São Félix, Dom Pedro Casaldáliga, intitulado “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” no qual o Bispo relata uma série de conflitos fundiários ocorridos entre as frentes de expansão pecuária e os povos indígenas e posseiros. Os principais conflitos, ainda segundo o Bispo, foram justamente aqueles ocorridos nos municípios de Barra do Garças e Luciara, onde no primeiro município havia grande concentração de tribos indígenas e, no segundo, famílias de posseiros.

Figura 13 – Mapa de uso do solo em Barra do Garças – MT – agosto de 2008.



Fonte: (MACHADO & CEDRO, 2009).

O item seguinte contextualiza esses conflitos fundiários envolvendo os Xavante e mostra como o governo militar tentou abrandar essas tensões através, principalmente, da atenuação da crescente militância política xavante implantando um projeto que procurou definitivamente numa economia de mercado através da agropecuária intensiva transformando-os numa mão de obra proletarizada a serviço do regime.

1.2.3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A NAÇÃO XAVANTE (PROJETO XAVANTE)

Elaborado em 1978 por dois antropólogos da FUNAI, Cláudio Romero e José Claudinei Lombardi, esse projeto de desenvolvimento comunitário visava gerar autossuficiência para as comunidades indígenas por meio da produção mecanizada de arroz e da criação de gado, além de programas educacionais e de saúde nas reservas xavante (GARFIELD, 2011, p. 291).

O Projeto Xavante idealizado pelo governo militar no último biênio da década de 1970 derivou-se de iniciativas mais amplas como o Projeto Polamazônia e o próprio Projeto de Integração Nacional (PIN). E seus objetivos, como descrito anteriormente, visavam a

integração definitiva dos xavantes no sistema socioeconômico nacional através da realização de atividades agropecuárias intensivas, de modo a diminuir sua dependência em relação ao Estado e estimular sua autossuficiência.

Outra justificativa para o estabelecimento desse projeto foi a tentativa de amenizar os conflitos fundiários deflagrados na região de Barra do Garças entre indígenas e não indígenas após a demarcação das reservas xavantes no início da mesma década. A “política paternalista de boa vizinhança” dos latifundiários que adquiriram lotes nos antigos territórios xavante cessou após essas demarcações e reavivou hostilidades entre ambos os grupos, gerando novos conflitos e perdas para os dois lados, principalmente para os indígenas (GARFIELD, 2011).

Há ainda uma terceira justificativa para a concepção e implantação do projeto que, derivada da segunda, procurou atenuar a crescente militância política xavante que, mesmo depois das conquistas das TI's, continuou se aprimorando e deixou de ser um simples incômodo, para ser de fato um problema para a política totalitária do Estado no período.

O Projeto Xavante, assim, possuía um caráter eminentemente político e, secundariamente, econômico e social. De um lado ele procurava abrandar a insatisfação das oligarquias regionais e, de outro, tentava consolidar o processo de “integração” xavante à economia e sociedade nacionais através de atividades consonantes com o plano de expansão para o Brasil Central e, principalmente, para Amazônia.

A operacionalização do projeto ficou a cargo da FUNAI que seria responsável por enviar um corpo técnico multidisciplinar (agrônomos, mecânicos, educadores e profissionais de saúde) para capacitação da “mão de obra indígena” com a esperança de torná-los agricultores, operadores de máquinas agrícolas, atendentes de saúde e monitores de ensino bilíngue. Além disso, o Ministério do Interior, através da FUNAI, forneceu maquinário agrícola, fertilizantes para correção da acidez do solo e, obviamente, sementes para o plantio. Tal procedimento alterou a relação entre FUNAI e indígenas, transformando os primeiros em “patronos” e o segundo em “clientes” (GARFIELD, 2011).

As diretrizes estabelecidas para implantação do projeto, no entanto, não se realizaram integralmente, fazendo com que sua eficiência fosse comprometida. O envio de corpo técnico, por exemplo, ocorreu apenas parcialmente o que não só inviabilizou a capacitação dos indígenas como também os marginalizou das atividades e tomadas de decisão, já que boa parte do trabalho

nos campos de cultivo eram planejados e realizados por poucos técnicos que integravam o quadro de funcionários dos postos regionais da FUNAI.

O maquinário, por sua vez, foi motivo de grandes disputas e desentendimentos entre os grupos xavantes. Isso porque a “aquisição” dessas máquinas simbolizavam, em primeiro plano, habilidade e influência política de determinado grupo. Essas disputas, entretanto, diluíam-se a partir do momento que a manutenção e o conserto das máquinas não eram realizados em nenhuma das reservas, ora por falta de recursos ora por repreensão aos usos inadequados destes realizados pelos Xavante, fazendo com que as máquinas perdessem seus valores simbólico e de uso.

A assimetria nas relações de poder entre os diferentes grupos xavante, entre outras coisas, promoveu distribuições desproporcionais de cargos remunerados e até dos lucros dos excedentes obtidos nas incipientes safras, fatos que em certa medida foram decisivos no acirramento das cisões internas dos indígenas.

As consequências desse clientelismo foram ainda mais profundas na estrutura social xavante, quando os mais novos por compreenderem melhor o português, absorverem com mais desenvoltura o uso de tecnologias e compreenderem mais facilmente o proceder dos não-indígenas – pois não ainda tinham arraigado em si mesmos as tradições xavante – passaram a assumir posição de destaque nessas relações de poder e acabaram por transferir o poder político xavante do Warã para as salas dos postos regionais da FUNAI.

O clientelismo que se instaurou nas diferentes instâncias do projeto, como tinha de ser, acabou por aprofundar o caráter consumista da relação entre indígenas e a FUNAI, acentuando ainda mais a dependência indígena em relação ao Estado. Os resultados do Projeto Xavante, contudo, são controversos, pois evidentemente a autossuficiência socioeconômica tão alardeada não se concretizou, tampouco os conflitos fundiários findaram na região. Em contrapartida, algumas ações desempenhadas conseguiram suavizar a militância política dos Xavante, desarticulando a coesão política que os diferentes grupos possuíam durante o processo de demarcação de suas reservas.

O Projeto, em suma, foi pouco eficiente do ponto de vista do desenvolvimento econômico xavante, porém foi eficaz na desagregação e modificação da estrutura social xavante, efetivando, por isso, mudanças viscerais e irreversíveis na cultura xavante.

2. PAISAGEM XAVANTE HOJE: TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

O presente capítulo inaugura a etapa final dessa dissertação e, assim como o povo xavante e sua cultura, continua desafiando a inevitabilidade da expansão capitalista. Por diversas vezes nos itens anteriores foi ressaltada a necessidade do capitalismo em alargar suas fronteiras, citando-se inclusive “recuos estratégicos” para a criação de futuras reservas de recursos, de mão de obra e de mercados consumidores.

A criação das reservas, nesse sentido, segundo o ponto de vista capitalista, seria uma concessão temporária que em determinado momento teria de ceder às novas demandas do sistema. No entanto, esse movimento toma esses “enclaves” como algo estático que, de uma forma ou de outra, seriam dissolvidos no momento necessário. Mas é justamente nesse momento que se constitui a essência dessa pesquisa.

As Terras Indígenas (TI) não são sinônimas de “reservas de recursos”, são na verdade territórios conquistados através de muita resistência, são reterritorializações que engendram aspectos materiais e imateriais constituídas a partir de culturas milenares dinâmicas em constante transformação que foram capazes, mesmo sob relações de poder tão desiguais, construir simbolicamente novas paisagens, que representam verdadeiramente paisagens de resistência.

A análise final toma como ponto de partida justamente os limites das Terras Indígenas xavante, em especial os limites da TI São Marcos, pois é a partir daí que se faz possível uma interpretação da atual paisagem xavante. Não é necessário reforçar o processo histórico de formação dessa TI ou refletir novamente sobre os elementos sociais, políticos e econômicos que o compõem, mas com toda certeza se faz necessário entender como se constituiu essa nova territorialidade. Em outras palavras, as linhas que se seguem não devem privilegiar as ideias de submissão e passividade xavante frente à voracidade do capitalismo, ao invés disso, deve priorizar o papel ativo desse povo na manutenção de seu território e reprodução de sua cultura.

As palavras de Bonneimaison e Cambrezy (*apud* Haesbaert, 2004) substanciam essa diretriz dizendo que:

pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-no dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o

mundo de hoje : perder seu território é desaparecer (HAESBAERT, 2004, p. 73).

As ideias propostas nessa afirmação não invalidam os aspectos materiais do território, ao invés disso, os reforçam, pois elas vem encorpar com o elemento cultural e simbólico do território. Elas permitem o surgimento de uma territorialidade intrinsecamente ligada a um determinado território e, ao mesmo tempo, a nenhum, já que o simbolismo cultural nasce de uma relação dialógica com os diferentes espaços que podem ser vivenciados por uma sociedade.

A territorialidade, por isso, não se restringe a um território, mas sim de maneira fluida, acompanha as culturas nos seus processos de desterritorialização e reterritorialização, sejam eles voluntários ou não. Os limites territoriais da TI São Marcos, nesse contexto, não devem ser entendidos apenas como um resquício de um amplo território tradicional, ou como um limitador do seminomadismo ancestral, mas sim como um fator de renovação da cultura xavante imbuído de uma nova territorialidade.

A TI São Marcos representa dessa forma, como descrito em itens anteriores, uma conquista que transcende a necessidade material de subsistência, se estendendo por dimensões simbólicas imateriais e, por isso, permitindo a renovação da cultura xavante, não o contrário. Sob essa perspectiva uma nova territorialidade dá origem e se origina a partir de uma nova paisagem cultural simbólica que, diacronicamente, acumula antigos símbolos e, simultaneamente, permite a concepção de outros, revitalizando as estruturas sociais, culturais e espaciais desse povo.

A “novas teias de significados”, conseqüentemente, demandam novas interpretações que, necessariamente devem levar em conta a paisagem, tanto em seu aspecto material quanto imaterial. A identificação de elementos etnográficos relevantes nessa nova paisagem oferecem, num primeiro momento, uma possibilidade de apreensão de importantes signos materiais que comportam simbolismos e significados.

Dessa forma, tomar-se-á o *Ró* como entidade simbólica norteadora e no interior deste serão identificados e interpretados três desses signos materiais: o warã, a aldeia e a moradia xavante de forma a viabilizar interpretações, entender simbolismos e, com sorte, compreender significados que compõem a paisagem atual xavante, permitindo apontar aqueles que são, segundo essa dissertação, elementos de resistência.

2.1. RÓ

Dentro da análise da territorialidade Xavante, um conceito importante a discutir-se é o *Ró* – representação de seu território mundo, configurando uma espacialidade por meio de círculos concêntricos, numa organização do espaço que vai do lugar – a aldeia até – o território ou em sua concepção de mundo.

Os Xavante estabelecem uma ordem quando descrevem o *Ró* (cerrado, mundo) como um complexo concêntrico onde o mais interior é a aldeia, o quintal, e logo depois as roças seguido pelos cerrados (com as plantas e os animais e com os espíritos)... mas embora exista essa configuração dos círculos concêntricos, é ao mesmo tempo um *continuum*, no sentido de cada uma das partes tem limites fluidos [...]

O *Ró* não é apenas fonte de recursos mas deve ser entendido como a espacialização das relações entre os diferentes sujeitos que habitam o cosmos (GOMIDE, 2008, p. 291).

Figura 14 – O *Ró* – o mundo Xavante (desenho de Owau Xavante *apud* Gomide, 2008)



Fonte: Gomide (2008)

A geógrafa Maria Lúcia Cereda Gomide em sua fundamental tese de doutoramento “Marãñã Bödödi – a territorialidade xavante nos caminhos do *Ró*” discute, entre outras coisas, a territorialidade xavante após a redução e surgimento das Terras Indígenas, apontando a necessidade de interligações entre as reservas com principal fator de manutenção cultural desse povo.

A ideia da autora baseia-se na íntima ligação cosmológica (*marãñã bödödi*) que há entre os Xavante com os cerrados. Para ela, a fragmentação do território através de limites fixos, extingue a fluidez da territorialidade xavante interrompendo relações que justamente viabilizam o *marãñã*:

Marãñã bödödi é quando você está articulado, você está praticamente pronto para conseguir algo que é de seu interesse. Então os guerreiros é que usam essa trajetória *marãñã bödödi*. É para não ser visto e para não ser percebido, isto é, já se trata de uma estratégia. Agora *robnã bödödi*, caminho no cerrado, todo mundo pode ver, agora no *marã*, não é todo mundo que consegue andar nesta picada, é só os guerreiros ou só os teimosos. Isto é bem claro para os Xavante (RURIÕ *apud* Gomide, 2008).

O mapa mental do cosmos xavante elaborado por Owau Xavante e proposto por Gomide (2008) levanta uma série de questões aos objetivos dessa dissertação, quando simbolicamente ele organiza aspectos materiais e imateriais do espaço produzindo uma paisagem cultural complexa e cheia de significados. Dentre esses questionamentos escolhe-se o seguinte: seria possível, com uma paisagem atual totalmente modificada, alcançar o *marãñã bödödi*?

Essa pergunta vai integralmente de encontro aos propósitos dessa pesquisa, pois, caso seja possível alcançar o *marãñã bödödi* sem a configuração tradicional do *Ró*, esse seria um dos maiores elementos (se não o maior) da resistência cultural xavante. A resignificação simbólica do *Ró* e auferição do *marãñã bödödi*, além de evidenciar uma cultura dinâmica, atribuiria aos Xavante muito mais do que uma capacidade de adaptação, lhes proveria uma qualidade única na conquista de seus objetivos junto a sociedade nacional e, inevitavelmente, asseguraria a sua reprodução cultural.

2.1.1. WARÃ

Propõe-se aqui verificar algumas das alterações provocadas nessa ordenação tradicional, para que seja possível uma análise da resignificação do *Ró*. Dentre essas mudanças o *warã* surge como um elemento central, já que esse espaço simboliza muito mais do que o centro geográfico da aldeia tradicional xavante, sendo praticamente o centro da vida sociocultural desse povo.

O *warã*, como ilustrado parcialmente em poucas linhas no item “Aldeias e moradias xavante na TI São Marcos” dessa dissertação é o principal espaço de socialização entre os xavante. É no *warã*, por exemplo, que ocorrem integralmente inúmeros rituais xavante e, mesmo aqueles rituais que não tomam esse espaço como sua principal dimensão espacial, ora se iniciam nele ora se encerram nele. O *warã* também representa o centro político da aldeia,

onde são realizadas as principais reflexões e deliberações sobre questões que afetam o grupo como um todo. Nesse sentido, o *warã* sinergicamente irradia influência sobre todos os outros elementos concêntricos do “mapa cósmico” xavante.

O *warã*, no entanto, tem sofrido ao longo do tempo severos desgastes advindos, por exemplo, da diminuição de rituais o que tem atenuado sua importância. Isso se deve, entre outros fatores: à morte de antigos indígenas que conheciam a maior parte dos rituais; ao cristianismo, que condenou tais antigas crenças e práticas; a degradação dos cerrados, que desarticulou as camadas circulares concêntricas do cosmos xavante, esvaziando os significados de alguns rituais; a influência não indígena sobre os jovens, que passaram a assumir uma postura de enfrentamento e/ou descaso em relação aos conselhos realizados no *warã*; e aos êxodos, que terminou por diminuir o número de praticantes e desestimulando as práticas.

Outro fator que pode ser considerado foram as seguidas tomadas de decisões sobre o destino das Terras Indígenas durante o Projeto Xavante que, de forma segregada, realizaram-se em espaços alheios aos limites das reservas, ignorando, portanto, o conselho dos homens e anciãos. A disposição não tradicional das aldeias, também impactou diretamente o *warã*. As imagens usadas a seguir mostram claramente que o *warã* é preterido em novas e pequenas aldeias, onde, por isso, não ocorrem uma série de interações sociais sob padrões tradicionais³⁵.

A descaracterização do *warã*, contudo, imprimiu aos xavante uma necessidade de refuncionalização desse espaço de forma a não perder seu valor simbólico, pois sua desarticulação fatalmente resultaria não só numa desagregação política, mas também numa fragilização do sistema concêntrico como um todo. Essa refuncionalização, inusitadamente, se deu através da prática do futebol.

O futebol surge como um fator extremamente poderoso na atração e retorno dos indígenas ao *warã*. A prática desse esporte passou a magnetizar e empolgar os Xavante de todas as faixas etárias e, assombrosamente, até as mulheres que tradicionalmente sempre foram segregadas desse espaço, passaram a frequentá-lo seja na torcida ou na prática do esporte. O

³⁵ A não existência desses espaços deve ser analisada e interpretada no contexto maior da TI, especialmente na TI São Marcos. Os moradores das aldeias menores não tradicionais, seja por dissidência ou por busca de mais recursos, separaram suas moradias, mas não se apartaram completamente do convívio social realizado no *warã* das aldeias maiores. No caso da TI São Marcos, por exemplo, os *wapté* (jovens) dessas novas aldeias continuam frequentando e sendo aconselhados por seus padrinhos no *Hö* (casa dos jovens) presente nas aldeias São Marcos, sofrendo, portanto, influência direta do *warã* através das decisões ou rituais que são realizados nesse espaço dos quais eles fazem parte.

warã da aldeia São Marcos, por exemplo, acolhe os mais variados torneios, entre todas as idades e, por isso, acaba por receber times de outras aldeias, inclusive aquelas que não possuem esse espaço ancestral.

Os torneios possuem um calendário bem definido, com dias e horários específicos, atendendo hierarquicamente primeiro a necessidades do mais velhos que podem escolher os horários de seus jogos, de forma se desgastarem menos. As equipes são formadas no interior dos respectivos clãs, de acordo com a faixa etária e, dependendo do torneio, é possível assistir embates disputadíssimos que literalmente concentram a atenção geral da TI.

Ao final das competições, segundo relatos, é possível visualizar rituais de comemoração em danças circulares no *warã*³⁶. Essas comemorações-rituais muitas vezes coincidem com períodos de importantes rituais o que, conscientemente, já é previsto na organização do calendário das competições. O futebol assim, assumiu ao longo dos anos um papel fundamental na cultura xavante, pois, entre outras coisas, reativou e ressignificou a importância do *warã*.

A despeito disso Garfield (2011) faz um relato interessante:

Na noite de 17 de julho de 1994, durante uma festa, dei as mãos a índios xavante, formando um grande círculo no centro da aldeia de Parabubure, no Mato Grosso. Os índios dançavam e cantavam harmoniosamente na língua Jê. Homens e mulheres batiam os pés no chão em ritmos diferentes, encenando ritualmente a divisão de gênero da sociedade xavante. O isolamento de Parabubure, muito distante de outro povoado, dava um ar sombrio à cerimônia, iluminada apenas pelo céu esrelado do Mato Grosso. Se os antepassados dos índios tivessem ressuscitado e pudessem acompanhar o ritual, por um instante poderiam pensar que pouco havia mudado e que os xavante continuavam indiscutivelmente donos de seu território e fiéis preservadores dos costumes ancestrais [...] os xavante não estavam [...] encenando um ritual de tempos remotos. Estavam comemorando a vitória do Brasil na Copa do Mundo.

A passagem descrita por Garfield (2011), apesar de ilustrar definitivamente a importância do futebol para os Xavante, é realizada com certo pesar, especialmente pela razão que motivou a comemoração xavante: a vitória do Brasil na Copa do Mundo. A comemoração, segundo o autor, lhe deu a impressão de estar num ritual, impressão essa que logo foi substituída por uma percepção de estar vivenciando mais um fator de aculturação dos indígenas.

³⁶ Me foi permitido anos atrás na aldeia São Marcos assistir a uma partida, porém como minha chegada era recente, não me foi autorizado registrar fotograficamente o jogo. Me lembro que as duas equipes eram formadas pelos mais velhos e, ainda assim, o jogo era muito duro fisicamente, de muita disposição, com raros momentos de genialidade e com poucos sorrisos, pois futebol segundo alguns na torcida é coisa séria.

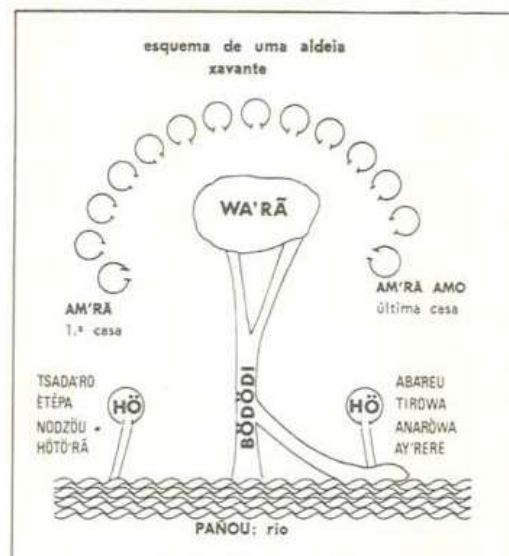
A adoção do futebol segundo suas próprias estruturas sociais e a ressignificação simbólica do *warã*, sob um ponto de vista alternativo ao do autor, mostra que os Xavante são capazes de dialogar e negociar com as diferentes situações que ocorrem nos espaços em que eles estão imersos, sejam elas internas ou externas a sua própria cultura. Os Xavante, assim, mostram-se conscientes de suas mudanças culturais e desconstróem qualquer passividade ou vitimismo na (re)produção das suas teias simbólicas de significados.

2.1.2. ALDEIAS E MORADIAS XAVANTE

A aldeia e a moradia xavante, durante as pesquisas empíricas em campo, revelaram-se importantes signos na paisagem da TI São Marcos, pois em algumas aldeias conservam importantes simbolismos da cosmogonia xavante, enquanto em outras esboçam interessantes ressignificações que, mais do que adaptações culturais, revelam estratégias políticas necessárias à manutenção da própria TI. O antropólogo Bartolomeo Giaccaria, ao longo de mais de 40 anos de convivência com os Xavante, em uma longa entrevista, forneceu dados primários importantes sobre essas mudanças contextualizando-as nos cenários sociopolíticos em que elas ocorreram.

Giaccaria (1984, 2000, 2016) dedicou várias páginas em suas diferentes obras à descrição do modelo tradicional, do seu declínio e da atual configuração das aldeias e moradias xavante, propondo, inclusive, medidas que minimizassem os aspectos negativos das mudanças estruturais da aldeia e da moradia xavante.

Figura 15 – Composição e distribuição tradicional de uma aldeia xavante

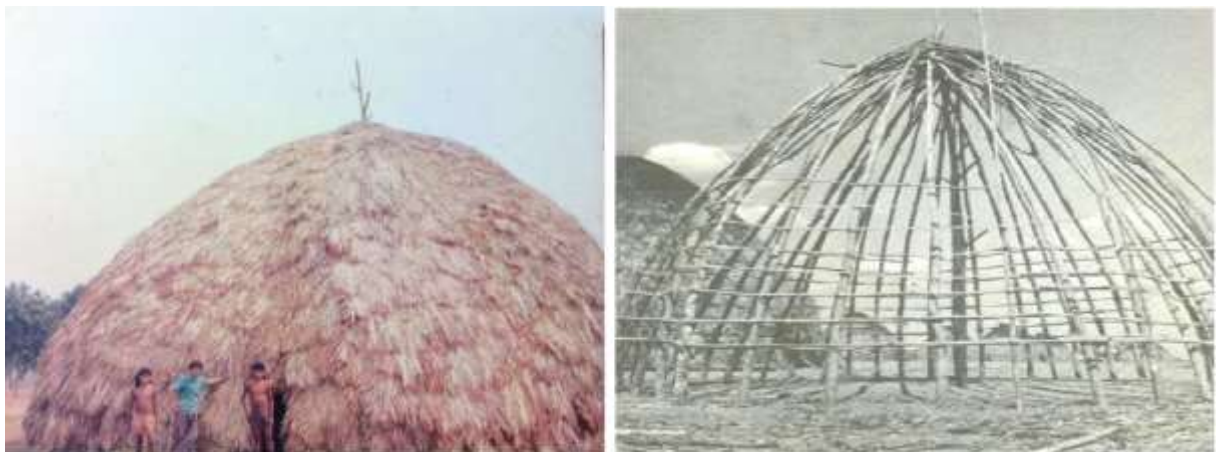


Fonte: Giaccaria & Heide (1984)

Tradicionalmente a aldeia xavante, segundo o autor, tem as moradias (*Rí*) dispostas em formato de ferradura ou semicírculo, com as respectivas entradas voltadas para o pátio central da aldeia (*Warã*)³⁷. O *Hö* é o espaço reservado aos meninos (*wapté*) em processo de amadurecimento e aprendizagem, e fica localizado nas pontas da ferradura, seja na direita ou na esquerda. Os caminhos internos, por fim, ligam as moradias entre si e estas com o *warã*. Há ainda os caminhos que ligam o *warã* com o cerrado (*hö*) e com o grande curso d'água (*pañou*).

A casa Xavante (*Rí*) é circular com um diâmetro entre cinco e seis metros, possui um pilar central para o qual convergem as outras estacas que compõem o círculo e sustentam a cobertura de palha. As palhas utilizadas nessa cobertura são de dois tipos: a palha de indaiá, que cobre a porção superior por ser mais resistente ao desgaste principalmente das chuvas; e a palha de buriti, que cobre as “paredes”. A casa xavante possui uma única entrada voltada para o *warã*.

Figura 16 – Alicerces do (*Rí*), a casa tradicional xavante



Fonte: Giaccaria & Heide (1984)

Ao centro da casa fica uma área reservada ao fogo, as cestas contendo os mantimentos ficam suspensas em estacas fincadas no chão em vários pontos da casa, os arcos e as flechas ficam presos as palhas das paredes e as esteiras para dormir ficam dispersas pelo chão ao redor do fogo. Nessa casa, de caráter matriarcal, convivem membros necessariamente com algum grau de parentesco que formam diferentes famílias. Essas famílias estão distribuídas da seguinte

³⁷ O *Warã* é o centro geográfico da aldeia e, ao mesmo tempo, representa o centro socioespacial da sociedade Xavante. No entanto, esse lugar é reservado ao convívio dos homens feitos, enquanto os jovens (*retey'wa*) ocupam um lugar periférico, e as mulheres são condicionadas às moradias. O *warã* simboliza o mundo dos homens, enquanto as moradias representam o mundo feminino.

maneira: os mais velhos à esquerda da entrada, aqueles estão logo em seguida na linha hierárquica ficam à direita e os casais mais jovens distribuem-se pelo espaço restante.

Figura 17 – Esquema de uma casa xavante tradicional



Fonte: Giaccaria & Heide (1984)

Giaccaria & Heide (1984) fazem algumas considerações sobre as casas Xavante dizendo que o conforto ambiental decorrente do uso de material vegetal é muito bom diante de um contexto ambiental com médias térmicas tão elevadas. Esse conforto, inclusive, se estende à todas as famílias já que a simetria circular não cria áreas privilegiadas. Juntamente a isso, a inexistência de paredes divisórias estimula a socialização entre os membros de uma mesma casa, reforçando os laços sociais. Nas palavras dos próprios autores:

Existe, pois, uma correlação profunda entre a estrutura da cabana e da aldeia Xavante e a vida dos seus habitantes. Com isto não se quer afirmar que haja uma relação determinante entre a estrutura da cabana e o comportamento dos membros que habitam (a este propósito temos algo mais significativo: as relações parentais, a divisão sexual do trabalho, etc.). É, pois, certo que todo comportamento assim determinado encontra no interior da cabana o seu espaço ideal. Estas considerações, que podem parecer teóricas demais, encontram sua confirmação no fato que de onde a estrutura da aldeia e da casa foi conservada, a cultura Xavante não se encontra em estado de colapso, como acontece nos lugares em que estas condições não foram observadas. Nestes últimos, no que concerne à casa, se nota o aparecimento de situações privilegiadas, e contemporaneamente situações de confusa promiscuidade e de marcado isolamento. É também sintomático o fato de que, apenas se

delinea a possibilidade de recuperação da cultura Xavante, a primeira preocupação é restaurar a disposição original no interior da aldeia e das cabanas (GIACCARIA & HEIDE, 1984, p. 59).

A afirmação feita pelos autores, apesar de sintomática, hoje encontra mais do que as limitações teóricas reconhecidas por eles mesmos, pois as novas estruturas tanto das aldeias como das moradias, acompanham um movimento de mudança que apresenta numerosos aspectos negativos, mas também alguns positivos. Porém, antes de continuar interpretando tais mudanças é conveniente ilustrá-las e descrevê-las.

A TI São Marcos é composta atualmente por 43 aldeias³⁸ distribuídas desigualmente no território da reserva, cada uma apresentando especificidades que vão desde a sua demografia até a disposição das aldeias e suas moradias. Alguns exemplos marcantes na representação dessas diferenças são as aldeias que, de um lado, possuem disposição tradicional, como por exemplo, as aldeias São Marcos, Namukurá, Nossa Senhora Guadalupe e Nossa Senhora das Graças; e, de outro, aldeias com disposições não tradicionais como as aldeias Divina Providência, Rainha da Paz, Terra Prometida, São Gabriel, São Luiz, Imaculada Conceição, Sagrada Família e Nossa Senhora Aparecida.

Todas essas aldeias, porém, refletem funções, ainda que distintas, importantes para o contexto atual xavante. As aldeias ditas tradicionais como afirmado anteriormente, reforçam antigos simbolismos culturais e contribuem para a coesão desse povo, enquanto aquelas com disposições não tradicionais engendram novos simbolismos que igualmente trazem benefícios à população xavante.

As aldeias em formato não tradicional, apesar de simbolizar cisões internas de poder e expor certa relação de clientelismo entre grupos de indígenas e a FUNAI, promovem novas conquistas aos Xavante, já que elas ao serem reconhecidas tanto pelos Xavante quanto pela FUNAI, passam a receber recursos para sua manutenção o que, sob determinado ponto de vista, fortalece o poderio político da etnia na captação de recursos e estimula um crescimento vegetativo tão importante à reprodução cultural.

Figura 18 – Visão orbital da aldeia São Marcos apresentando uma disposição tradicional

³⁸ É importante ressaltar que 4 das 43 aldeias xavante localizam-se fora dos limites da TI São Marcos, são elas: Nova Esperança, Jundiáí, Jesus de Nazaré e Namukurá. As três primeiras localizam-se no interior da Terra Indígena Meruri, ocupada pela etnia Boróro; enquanto a última – Namukurá – localiza-se fora dos limites de qualquer reserva indígena. Essas aldeias, apesar de excederem os limites da TI São Marcos, são consideradas parte dessa reserva, pois, da mesma forma, estão sob a supervisão da regional da FUNAI de Barra do Garças e contam com o auxílio da Missão Salesiana São Marcos. Por isso, convencionou-se dizer que a TI São Marcos é composta por 43 aldeias: 39 dentro dos limites da TI e 4 além dessas fronteiras.



Fonte: Digital Globe, 2017 / Google Earth.

Figura 19 – Visão orbital das aldeias com disposição não tradicional Divina Providência (acima) e Rainha da Paz (abaixo).



Fonte: Digital Globe, 2017 / Google Earth.

A tabela³⁹ a seguir é resultado de um levantamento de dados primários junto a TI São Marcos realizado pelo agrônomo e agente indigenista Yuri Muriel Sousa, lotado na Regional da FUNAI em Barra do Garças. Essa tabela, através de dados empíricos, sustenta a importância das aldeias não tradicionais ao evidenciar um significativo acréscimo de recursos e de desenvolvimento da população na TI São Marcos, seja através do incremento da infraestrutura (escolas, coleta de lixo) ou através de geração de renda (servidores ou aposentadorias).

Tabela 3 – Levantamento das principais características das aldeias com disposição não tradicional.

Aldeias	Fundação	Cadique	População	Nº Casas	Carro	Aposentados	Servidores
Divina Providencia	21/04/2004	Reginaldo Abhoodi Ts.	14	2	-	0	2
Imaculada Conceição		Agneio Temrite Wadzat.	77	7	NÃO	2	0
N. S. Aparecida	12/10/1975	Domingos Tsui'me Abh.	118	10	NÃO	5	1
Rainha da Paz		Cloves Tsipe	41	6	NÃO	14	1
Sagrada Família		Jorge Were'ê	96	11	SIM	5	0
São Gabriel	22/07/2000	Cirino Hi'a'u Urébété	21	4	NÃO	1	0
São Luiz	17/05/1989	Evelino Tsere'omowi	29	4	NÃO	3	1
Terra Prometida	14/06/1998	Ramiro Odzorive	17	2	NÃO	1	1

Aldeias	Professor	Estudantes	Escola	Coleta de Lixo	Presença de Roça	Excedente Agrícola	Modznb (milho) / Tipos	Batata Nativa	Uhi
Divina Providencia	0	0	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM / 2	SIM	SIM
Imaculada Conceição	3	12	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM / 2	SIM	SIM
N. S. Aparecida	2	0	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM / 2	NÃO	SIM
Rainha da Paz	10	120	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM / 2	SIM	SIM
Sagrada Família	3	45	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM / 2	SIM	SIM
São Gabriel	1	0	Extensão	NÃO	SIM	SIM	SIM / 2	SIM	SIM
São Luiz	1	0	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Terra Prometida	0	0	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: FUNAI / Regional Barra do Garças.

As aldeias não tradicionais, além disso, cumprem um papel importante na manutenção dos limites da reserva através do uso territorial, pois quase sempre localizam-se em locais mais isolados da TI, como é o caso da aldeia Terra Prometida, que resguarda uma extensa faixa na região leste da reserva onde há uma intensa atividade agropecuária que, vez ou outra, avança sobre as terras xavante. Outra função importante dessa dispersão é a diminuição da pressão sobre os recursos disponíveis na TI, já que nas áreas de maior densidade demográfica o consumo e degradação dos recursos tendem a ser bem mais intensas.

As aldeias com disposição não tradicionais, em suma, podem simbolicamente podem revelar assimetrias nas relações de poder entre os indígenas ou ainda evidenciar um

³⁹ Os números apresentados por Sousa tomam ainda outra dimensão quando o autor, ao estabelecer uma série de relações entre as variáveis analisadas, propõe um índice geral de segurança alimentar, estruturado em vários subíndices, a saber: índice organizacional, índice habitacional, índice de infraestrutura e renda per capita. Naturalmente, todos esses subíndices que compõem o índice geral de desenvolvimento da TI foram elaborados sob uma perspectiva organizacional de forma a auxiliar o trabalho dos agentes indigenistas na identificação dos fatores que podem causar a insuficiência alimentar da população atendida.

aprofundamento da dependência e do condicionamento xavante aos recursos econômicos externos, o que seguramente representa mais um fator de aculturação. Ainda assim, tais aspectos não invalidam a importância política que essas transformações trazem para a população dessas aldeias e para a TI como um todo, pois elas ampliam as teias de significados xavante através das dinâmicas que elas propõem, renovando de certa forma a cultura.

Figura 20 – Visão orbital da aldeia não tradicional Terra Prometida que resguarda a fronteira leste da TI São Marcos.



Fonte: Digital Globe, 2017 / Google Earth.

As teias de significados, inclusive, se alteram através das moradias xavante que, ao longo do tempo, assim como a disposição das aldeias, tem variado significativamente no tempo e no espaço. Tais mutações encontram escassos exemplos na TI São Marcos, pois devido a sua extensão, a reserva ainda oferece minimamente os recursos necessários para a confecção das casas tradicionais como as palhas de indaiá e buriti.

Outras Terras Indígenas xavante não oferecem a mesma oportunidade o que, entre outras coisas, pressionou os indígenas a desenvolverem alternativas para manter não só suas moradias,

mas também os próprios limites de suas reservas. A análise dessas mudanças, mesmo que externas à TI São Marcos, são extremamente relevantes, pois são ótimos exemplos de novos simbolismos na paisagem xavante. Apesar disso, Giaccaria (2016) oferece interessantes imagens e análises dos resultados da implantação de novos tipos de moradia nas Terras Indígenas xavante Sangradouro e Marãiwatsedé.

Figura 21 – Moradias xavante nas Terras Indígenas Sangradouro (esquerda) e Marãiwatsedé (direita).

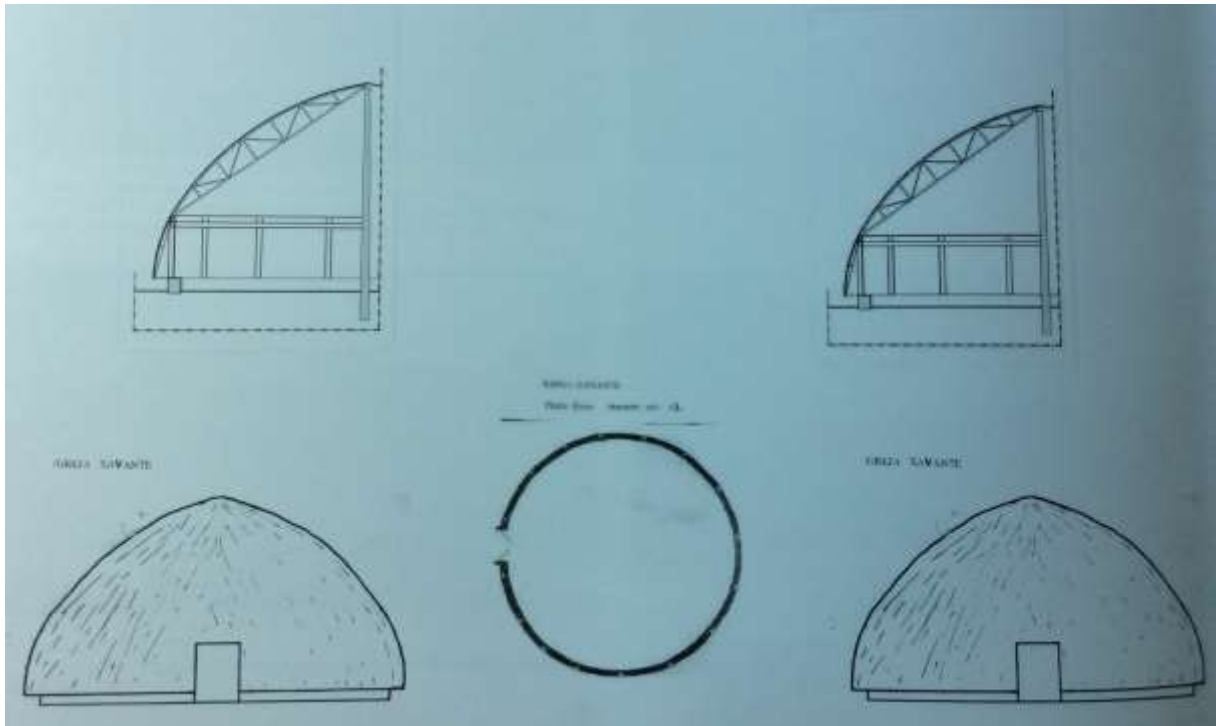


Fonte: Giaccaria (2016)

Giaccaria (2016) relata que escassez de matéria prima obrigou os Xavante a buscar alternativas para construir moradias mais perenes, entretanto, eles não queriam abrir mão da simbologia do *Rí* e, ao mesmo tempo, desejavam assegurar conforto ambiental e menor dependência em relação aos materiais vegetais, desse modo os indígenas solicitou a assistência do salesiano em busca de uma solução. Giaccaria, em sua entrevista concedida a essa pesquisa, relatou que viajou a Itália a procura de arquitetos que pudessem desenvolver um projeto que atendessem às demandas xavante e, felizmente, com a ajuda de Sergio Giaccaria, arquiteto e pesquisador do *Research Centre European Commission* ligado ao *Institute for Energy and Transport* na Holanda, ele foi bem sucedido.

O projeto apresentado foi aceito tanto por indígenas quanto pela FUNAI que, por sua vez concedeu os recursos necessários para a construção das novas moradias, inicialmente na TI Sangradouro, e colaborou tecnicamente para uma capacitação xavante na construção de suas novas moradias. Posteriormente o mesmo projeto foi reutilizado e refinado através de avanços tecnológicos – como os telhados ecológicos – na TI Marãiwatsedé. Dessa forma, mais uma vez os Xavante conseguiram não só adaptar-se à novas situações, mas criativamente procuraram manter aspectos fundamentais de sua organização sociocultural.

Figura 22 – Esboço do projeto arquitetônico utilizado na construção de novas moradias nas Terras Indígenas Xavante Sangradouro e Marãiwatsede.



Fonte: Giaccaria (2016)

Contudo, as novas disposições das aldeias xavante e as alterações estruturais em suas moradias tradicionais simbolizam uma cultura em movimento que, ao ressignificar signos, consegue revitalizar e transmutar símbolos “pretéritos”, viabilizando, portanto, a sua própria reprodução sociocultural.

2.1.3. ESCOLAS XAVANTE

Tradicionalmente os xavante iniciavam as crianças e os jovens em sua cultura através das caminhadas pelo *Ró*. O seminomadismo demandava extensas peregrinações pelos cerrados onde os conhecimentos botânicos, faunísticos, sazonais e espirituais eram compartilhados e ensinados aos mais jovens.

A coleta, a caça e o plantio obedeciam a um calendário cuidadosamente elaborado que convergia, inclusive, com os rituais que precediam ou se seguiam à essas atividades de subsistência. Dessa forma, ambos os empreendimentos, o de subsistência e os rituais, faziam parte de uma mesmo universo que, de maneira dialógica, alimentavam os Xavante e nutriam sua cultura.

Naturalmente, a redução dos xavante aos limites das reservas e o desmatamento restringiram o seminomadismo nos cerrados e, conseqüentemente, reduziram ao mínimo as caminhadas pelo *Ró*. Isso implicou não só uma profunda mudança da dieta tradicional, como também atenuou a importância de diversos rituais e, principalmente, desmantelou a estrutura de ensino-aprendizagem disseminada pelos Xavante ao longo de sua história.

O território e a territorialidade xavante ao perderem sua fluidez e abrangência, nesse contexto, fez com que sua paisagem material e imaterial sofresse mudanças profundas e irreversíveis, as quais acabaram por alterar, em consequência, importantes elementos do sistema simbólico xavante. Assim, é possível afirmar que não foram apenas as reservas e os desmatamentos que desconstruíram o método de ensino xavante, mas também toda a ressignificação simbólica decorrente desse processo.

As restrições, mudanças e ressignificações espaciais fizeram ruir um “sistema de ensino” milenar, no entanto, dos escombros surgiram novas práticas e meios de disseminação cultural adaptados a nova realidade (im)posta. Essa mudança começa, paradoxalmente, com o aprendizado da língua portuguesa, que permitiu a uma parte da comunidade, segundo os próprios indígenas, a “conhecer parte dos segredos do *waradzu*”.

Para os Xavante dominar a língua é conhecer os segredos do outro, pois para eles as “coisas” faladas correspondem as “coisas” pensadas, ou de outra forma, correspondem aquelas que vem de dentro, que estão lá dentro. Conhecendo a língua, segundo eles, você conhece não só a pessoa interlocutora, mas também uma parte da estrutura social em que ela foi formada e, como um quebra-cabeças, eles vão juntando “interlocutores-peças” que juntos vão formar um esboço de sua sociedade.

Assim, entender o português, para os Xavante, foi premissa básica para se adaptar e (re)construir uma nova forma de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, o Xavante não foi vítima, mas sim um agente de transformação, pois ele se abriu para o aprendizado da língua portuguesa sem colocar de lado sua língua vernácula. O aprendizado do português, é importante salientar, foi realizado inicialmente através de instituições escolares confessionais salesianas instaladas nas aldeias a com a concessão dos Xavante.

Essas escolas eram administradas integralmente pelos religiosos que decidiam desde o conteúdo a ser ministrado, passando pelos horários de estudo, até a seriação, entre outras coisas. A participação dos indígenas, nesse contexto, apesar de parecer ser extensamente passiva,

possuía uma estratégia pautada num firme objetivo: aprender o português e tudo o mais possível sobre o mundo do *waradzu*, só que no interior de seu próprio território o que, de certa forma, “amortecia” o impacto das mudanças advindas do universo externo.

Após décadas de aprendizado não só da língua, mas também da religião e outros aspectos culturais alguns membros passaram a ser estimulados e a buscar um desenvolvimento intelectual e acadêmico maior através do ingresso ensino superior. A ascensão dos Xavante, assim como de várias etnias indígenas ao ensino superior, principalmente aos cursos de licenciatura voltados ao ensino dos próprios indígenas, finalmente, permitiu aos Xavantes, em especial da TI São Marcos, voltar a ser protagonista no ensino de suas crianças e jovens.

A formação de um quadro docente completo na TI São Marcos, por exemplo, permitiu a reivindicação e instalação de uma escola estadual no interior da reserva, a qual foi e é totalmente administrada pelos indígenas. À primeira vista, a inserção de uma instituição escolar pública no interior da reserva pode gerar uma série de reflexões e sentimentos difusos, porém alguns cuidados por parte dos índios foram tomados para que essa não fosse mais um fator de aculturação: o primeiro é que o ensino necessariamente deveria ser feito em dois idiomas, o xavante e o português; segundo, o conteúdo ministrado abrangeria não só os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), mas também aos anseios indígenas; e, por fim, os materiais didáticos deveriam ser traduzidos para o xavante.

Atualmente, outro fator de destaque na escola xavante é o acesso a internet que, se de um lado instiga crianças e jovens ao consumo ou até ao êxodo, por outro, facilita a comunicação, a organização e a militância entre os povos Xavante e entre outras etnias indígenas. Uma prova disso é que, através de redes sociais, como o Facebook ou LinkedIn os indígenas tem organizado manifestações, tem compartilhado suas conquistas pessoais e coletivas, num sentido de fortalecer a luta por direitos.

Contudo, a renovação do ensino-aprendizagem xavante mostra muito mais do que um fator adaptativo ou de inserção frente a sociedade nacional, pois ele mescla novas abordagens de conhecimentos tradicionais e olhares culturais ancestrais sobre as novas realidades que se interpõem ao cotidiano escolar e da vida xavante como um todo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de uma dissertação não é levantar ou comprovar hipóteses, mas sim exercitar o ato da reflexivo. O pesquisador ao realizar esse exercício deve procurar estabelecer relações e refinar suas ideias procurando seu próprio desenvolvimento intelectual. A consciência de suas limitações e a simplicidade, nesse contexto, são as maiores virtudes que um pesquisador em desenvolvimento pode adquirir durante e ao final desse processo.

A ciência tem a função de melhorar a vida das pessoas, a pesquisa científica, por isso, só é relevante quando efetivamente contribui para mudanças positivas sobre a realidade vivida. Fazer ciência, portanto, deve ser antes de tudo um ato altruísta. O escritor Rubem Alves em uma de suas parábolas propõe que joguemos mais frescobol e menos tênis, pois quando jogamos tênis enxergamos no outro um adversário, aquele a quem devemos forçar ao erro, aquele que devemos derrotar para sairmos vencedores. Enquanto ao jogar frescobol, nos esforçamos para não deixar a bola cair, exercitamos a cumplicidade, torcemos para que o outro acerte, para que ele, ao invés de adversário, seja nosso parceiro.

Exercitar a reflexão e registrar esse ato simboliza em primeiro plano uma entrega, um compartilhamento, lição essa que constantemente é ensinada pelas populações indígenas americanas. Através de sua cumplicidade eles ensinam o valor da simplicidade que em muitos momentos, nos dias de hoje, dá lugar a uma complexidade que só afasta não aproxima.

Refletir sobre as culturas autóctones, dessa forma, é uma maneira de alimentar a chama que aproxima as sociedades, ainda que especialmente no Brasil, essas reflexões sejam tão delicadas e desencadeadoras de conflitos. As culturas indígenas ao se modificarem ao longo do tempo renovam não só seus praticantes, mas também aqueles que a apreciam e a sentem.

A interpretação de símbolos culturais, como afirmado anteriormente através das proposições de Clifford Geertz, são projeções sobre realidades já interpretadas o que pode, de um lado aproximar e, de outro, afastar as diferentes sociedades. Procurar compreender e interpretar os símbolos culturais em seu contexto de criação torna-se dessa forma fundamental, pois assim estabelece-se uma relação mais harmoniosa entre diferentes culturas.

A interpretação e compreensão desses símbolos contribui para a valorização das culturas que os plasmaram, naturalizando as heterogeneidades e desconstruindo obstáculos entre diferentes culturas que geram conflitos. O estudo das culturas, conseqüentemente, é uma tarefa,

ainda que árdua, extremamente necessária, pois dessa forma é possível amenizar numerosos conflitos que ainda hoje acontecem.

O papel da Geografia, nesse contexto, é igualmente relevante pois o espaço ao comportar símbolos materiais e imateriais, é fonte perene de cultura. O estudo de fenômenos espaciais engendra, portanto, a possibilidade de contribuir para a diminuição ou mesmo a mitigação de disputas e conflitos, pois ao compreender as múltiplas facetas inerentes às relações entre o Homem e o espaço, o geógrafo assume um papel decisivo num entendimento mais conciso da realidade.

Os territórios, suas diversas territorialidades e paisagens, nesse contexto, devem ser profundamente analisados, pois é através das relações imateriais de poder do território e dos símbolos culturais da paisagem que se torna possível uma compreensão mais elaborada da condição humana. Refletir sobre o território e a paisagem xavante corresponde, em certa medida, a uma reflexão sobre a própria cultura desse povo, valorizando-a e contribuindo direta ou indiretamente para sua reprodução e manutenção. A maior resistência xavante para a manutenção de sua população é, portanto, a sua própria cultura que de maneira dinâmica tem se modificado e se ressignificado símbolos culturais ao longo do tempo, renovando-se, portanto, frequentemente.

Alguns elementos culturais são centrais e estruturantes, seja na sociedade xavante ou em qualquer outra, dentre esses destaca-se o idioma. A língua é um dos principais meios de transmissão da cultura, pois ela denomina e, juntamente com os outros sentidos, atribui significado a todo o universo (cosmogônico) de um povo. No caso dos Xavante, é através dela que se torna possível a comunicação com seus ancestrais e com os espíritos.

Os Xavante tradicionalmente sonham para estabelecer comunicação com seu universo imaterial e, sendo parte deste, com seus ancestrais. Não é possível se fazer entender através português, especialmente quando se conversa com aqueles que nunca aprenderam esse idioma. Os mais variados significados da vida cotidiana foram plasmados no interior de uma língua específica repleta de signos e símbolos, por isso compartilhar com os ancestrais, buscar visões ou aconselhamentos destes, deve ser feito em xavante, pois, além de ser o idioma que eles entendem é o que expressa com mais precisão (obviamente) o cerrado cosmogônico xavante.

O sonho pode ser aprendido. Os rituais e as canções entoadas durante as cerimônias, em idioma xavante, guiam os iniciados e iniciantes e, naturalmente, contribuem para estabelecer

uma conexão com o universo imaterial. Os espíritos do cerrado, presentes em todos rituais seja na forma de animais nativos ou entidades não-humanas compartilham dos signos, símbolos e significados constituídos na língua xavante. Logo, falar xavante ao longo dos rituais constrói uma organização mental e uma ligação com o mundo imaterial que se consolida através dos sonhos.

A língua, com isto, torna-se uma ponte fundamental entre o Xavante e seus mundos material e imaterial, pois ao permitir a denominação e atribuição de significado aos signos e símbolos, ela contribui decisivamente para a construção cultural desse povo. Logo, a língua torna-se um elemento “concreto” de coesão que, se esquecida, pode comprometer severamente outras estruturas socioculturais.

Ao longo desse trabalho a capacidade de adaptação e transmutação dos Xavante foi exaltada, no entanto alguns limites não podem ser transpassados, como é o caso da língua. A criação de um dicionário e de uma gramática xavante, por exemplo, viabilizaram a alfabetização bilíngue, tanto laica quanto religiosa, dos mais jovens, criando condições para uma flexibilização não uma concessão.

Outro aspecto fundamental e complementar a isso são as estruturais sociais de parentesco que, apesar de estimular casamentos precoces, tem mantido por mais tempo os mais jovens nas aldeias, até que atinjam uma maturidade cultural capaz de dialogar com a sociedade externa. Os casamentos entre os diferentes clãs ajudam no fortalecimento das relações de parentesco e, conseqüentemente, reforçam laços sociais de unidade.

Assim, os jovens passam a assumir mais responsabilidades, participam dos rituais de passagem e absorvem os ensinamentos dos mais velhos. Isso cria, por fim, as condições necessárias para a manutenção do território e suas territorialidades que, na perspectiva dessa dissertação, também é condição básica para perpetuação da existência Xavante.

Por fim, reafirma-se aqui que a manutenção da língua, das estruturas sociais e do território são três condições básicas do ser Xavante e, que se forem perdidas, provavelmente fragilizarão a cultura xavante de maneira irremediável. Outra posição clara aqui é a de que os Xavante ou qualquer outra etnia indígena não pode e, nem tampouco, deve procurar viver de maneira exclusivamente tradicional, pois a mudança é inexorável à condição humana e é justamente a capacidade de flexibilização que permite a um grupo humano responder a situações que se interpõem ao seu cotidiano, de modo sempre a buscar a manutenção da vida.

Nas palavras de Vital Farias em sua canção “Saga da Amazônia”: “Só é cantador quem traz no peito o cheiro e a cor de sua terra, a marca de sangue de seus mortos e a certeza de luta de seus vivos”. Contudo, o compromisso dessa dissertação é com a reflexão, com a cumplicidade e com a simplicidade como formas de amenizar conflitos e, aproximar cada vez mais, as diferentes culturas que se reproduzem nos diferentes espaços terrestres, sejam elas indígenas ou não. Ahow!

7. Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de – Caminhos antigos e povoamento do Brasil, 2ª edição – Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960.
- ABREU, Silvana de - Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense. Contexto, propósitos e contradições. Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP. São Paulo. 2001.
- AB’SABER, Aziz – Contribuição à geomorfologia da área dos cerrados – *in* Simpósio sobre o Cerrado – São Paulo: EDUSP, 1963.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de – Anais da Província de Goiás – Brasília: SUDECO/Governo de Goiás, 1979 (1863).
- ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de; HASSUI, Yociteru – O Pré-Cambriano do Brasil – São Paulo: Ed. Edgar Blücher, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de – A questão do território no Brasil, 2ª edição – São Paulo: Hucitec, 2004.
- CHAIM, Marivone Matos – Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811, 2ª edição – São Paulo: Ed. Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional pró-Memória, 1983.
- _____ - Política indigenista em Goiás no século XVIII – *in* Revista de Antropologia – São Paulo: Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, 1989, págs. 175-182.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de – *in* História dos índios no Brasil / Org. Manuela Carneiro da Cunha – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- DAVIS, Shelton – Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- DE PAULA, Luís Roberto – Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial Xavante. Tese (Doutorado) Departamento de Antropologia, FFLCH, USP – São Paulo, 2007.
- FREIRE, José Rodrigues – Relação da Conquista do Gentil Xavante conseguida pelo Ilmo. Sr. Tristão da Cunha Menezes – Coleção de textos e documentos. São Paulo: FFLCH-USP, 1951 (1790).

GARCIA, Romyr Conde – Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do Projeto Colonial. Tese (Doutorado) Departamento de História, FFLCH, USP - São Paulo, 2003.

GIACCARIA, Bartolomeo; HEIDE, Adalberto – Xavante (Auwe Uptabi: povo autêntico): pesquisa histórico-etnográfica – São Paulo: Ed. Dom Bosco, 1972.

GIACCARIA, Bartolomeo – Abadzi'rãihidiba: iniciação familiar – Campo Grande: UCDB, 2016.

GOMIDE, Ma. Lúcia Cereda – *Maranã Bödödi: A territorialidade Xavante no Ro*. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia, FFLCH, USP – São Paulo, 2008.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (organizadores) – Geomorfologia do Brasil, 2ª edição – Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.

HARVEY, David – A produção capitalista do espaço – São Paulo: Annablume, 2005.

HUE, Sheila Moura – Primeiras cartas do Brasil: 1551-155 – tradução, introdução e notas – Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2006.

LATOUCHE, Serge - A ocidentalização do mundo – Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

MACHADO, Luiz Eduardo G.; CEDRO, Diego B. - Evolução do uso agropecuário no período de 1975 a 2008 no município de Barra do Garças – MT – Goiania: UFG, 2009.

MARTINS, José de Souza - Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político – Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1981.

_____ - Expropriação e Violência: a questão política no campo, 2ª edição – São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

_____ – Sobre o modo capitalista de pensar – São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

_____ - A chegada do estranho – São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

MAYBURY-LEWIS, David – A sociedade Xavante (Akwe shavante society, 1967) – Tradução: Aracy Lopes da Silva – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert – Ideologias Geográficas, 5ª edição – São Paulo: Ed. Anablume, 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de – BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização – *in* Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163 Organizador: Maurício Torres - Brasília: CNPq, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio – História Econômica do Brasil – São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

_____ - Formação do Brasil contemporâneo: colônia – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins – A experiência Xavante com o mundo dos brancos – Araraquara: EDUNESP, 1991.

_____ - Eu te batizo... em nome da servidão (a catequese dos Xavante) – *in* Revista de Antropologia – São Paulo: Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, 1989, págs. 133-150.

RIBEIRO, Berta -

RIBEIRO, Darcy - Índios e a civilização da integração das populações indígenas no Brasil moderno – Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1977.

SBADARLLOTTO, Pedro – Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas Reservas – Campo Grande: Missão Salesiana, 1996.

TAUNAY, Afonso D'Escrangolle – História das Bandeiras Paulista, 3ª edição – São Paulo: Ed. Melhoramentos; Brasília, INL, 1975 – TOMO I.